BIBLIOTECA de HISTÓRIA 2

FERNAND BRAUDEL

O MEDITERRÂNEO e o Mundo Mediterrânico

VOL. II

Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

O AUTOR:

Fernand Braudel nasceu em Meuse em 1902. Licenciado em História, leccionou em Argel, Paris e São Paulo, antes de, em 1937, se tornar director de estudos na *École Pratique des Hautes Études*. A partir de 1946 é um dos responsáveis pela revista *Annales,* fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, ao último dos quais sucede, em 1949, no *Collège de France* e, em 1956, na presidência da VI Secção da referida *École,* onde estimula o diálogo inovador da História com as restantes ciências sociais. Em 1962 é nomeado administrador da *Maison des Sciences de l'Homme*.

Doutor *honoris causa* por Bruxelas, Oxford, Madrid, Genebra, Florença, Varsóvia, Cambridge, São Paulo, Pádua, Londres, Chicago, Saint Andrews e Edimburgo, Fernand Braudel é hoje considerado um dos maiores especialistas mundiais, tendo colaborado na *Cambridge Economic History of Europe* e na *Encyclopedia Americana*.

O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II, tese que redigiu durante a sua detenção no campo de concentração de Lübeck e que defendeu em 1947, inaugurou uma nova maneira de encarar a História e foi considerada pelo *New York Times* como «a obra histórica mais significativa do nosso tempo».

ÍNDICE

Índice dos mapas, quadros e gráficos 13
Índice das ilustrações 14

Segunda Parte

DESTINOS COLECTIVOS E MOVIMENTOS DE CONJUNTO (continuação)

4 — OS IMPÉRIOS 17

1. *Nas origens dos Impérios* 21

A grandeza turca: da Ásia Menor aos Balcãs 21
Os Turcos na Síria e no Egipto 28
O Império Turco visto de dentro 30
A unidade espanhola: os Reis Católicos 30
Carlos V 33
O Império de Filipe II 36
Acaso e razões políticas 39

2. *Meios e fraquezas dos Estados* 41

O «funcionário» 42
Sobrevivências e venalidade 48
As autonomias locais 52
As finanças e o crédito ao serviço do Estado 54
1600-1610: será a hora propícia aos Estados médios? 61

5 — AS SOCIEDADES 65

1. *Uma reacção senhorial* 66

Senhores e camponeses 67
Em Castela: Grandes e titulares frente ao Rei 71
«Hidalgos» e «regidores» de Castela 76
Outros testemunhos 78
As sucessivas nobrezas da Turquia 80
Os «Tschiftliks» 86

2. *A traição da burguesia* 87

Burguesias mediterrânicas 88
A traição da burguesia 91
A nobreza em leilão 93
Contra os novos nobres 95

3. *Miséria e banditismo* 96

Revoluções imperfeitas 97
Luta de classes? 100
Contra os errantes e os vagabundos 101
Ubiquidade do banditismo 105
O banditismo e os Estados 107
O banditismo e os senhores 112
O aumento do banditismo 114
Os escravos 116
Conclusões possíveis 117

6 — AS CIVILIZAÇÕES 119

1. *Mobilidade e estabilidade das civilizações* 120

A lição dos incidentes 120
Como viajam os bens culturais 123
Irradiação e recusa de empréstimos 126
Sobrevive a civilização grega? 131
Permanências e fronteiras culturais 132
Um exemplo de fronteira secundária: a Ifriqya 134
Lentidão das trocas e das transferências 135

2. *Recuperação de civilizações* 138

Os Turcos nas planícies do Leste balcânico 138
O Islão mourisco 145
Problemas mouriscos 145
Uma geografia da Espanha mourisca 147
O drama de Granada 152
Granada depois de Granada 155
Supremacia do Ocidente 160

3. *Uma civilização contra todas as outras: o destino dos Judeus* 165

Seguramente uma civilização 166
Ubiquidade das comunidades judaicas 173
Judaísmo e capitalismo 176
Judeus e conjuntura 182
Compreender a Espanha 185

4. *As irradiações exteriores* 188

As etapas do Barroco 189
Será preciso discutir? 191
Um gran de centro de irradiação mediterrânica: Roma 191
Outro centro de irradiação: a Espanha 195
Mais uma vez: a decadência do Mediterrâneo 197

7 — AS FORMAS DA GUERRA 199

1. *A guerra das esquadras e das fronteiras fortificadas* 200

Guerras e técnicas 202
Guerras e Estados 204

Guerras e civilizações 206
A guerra defensiva face aos Balcãs 208
O «lime» veneziano 209
Sobre o Danúbio 211
No centro do mar: nas costas de Nápoles e da Sicília 213
A defesa das costas de Itália e de Espanha 219
Nas costas da África do Norte 220
Os presídios, «à falta de melhor» 225
Por ou contra as «razzias» 228
Psicologia da defensiva 229

2. *O corso, forma supletiva da grande guerra* 230

O corso, indústria antiga e generalizada 231
O corso ligado às cidades 236
Corso e despojos 239
Cronologia do corso 240
O corso cristão 241
Rapinas cristãs no Levante 245
A primeira e prodigiosa fortuna de Argel 248
A segunda e sempre prodigiosa fortuna de Argel 250
A que conclusões podemos chegar? 254
Resgate de cativos 255
Uma guerra expulsa a outra 257

8 — À LAIA DE CONCLUSÃO: CONJUNTURA E CONJUNTURAS 261

As apostas à partida 261
O «trend» secular 262
As longas flutuações 265
Bancarrotas espanholas e conjunturas 266
Guerras internas e externas 267
Conjuntura e história geral 268
As crises curtas 269

Terceira Parte

OS ACONTECIMENTOS, A POLÍTICA E OS HOMENS

1 — 1550-1559: RETOMADA E FIM DE UMA GUERRA MUNDIAL 279

1. *Nas origens da guerra* 279

1545-1550: a paz no Mediterrâneo 279
A questão de África 282
Consequências e repercussões de Muhlberg 286

2. *A guerra no Mediterrâneo e fora do Mediterrâneo* 294

A queda de Trípoli: 14 de Agosto de 1551 294
Os incêndios do ano de 1552 300
A Córsega para os Franceses, a Inglaterra para os Espanhóis 304
As abdicações de Carlos V: 1554-1556 309

3. *Regresso à guerra. As decisões continuam a vir do Norte* 315

A ruptura das tréguas de Vaucelles 315
Saint-Quentin 318
A paz do Cateau-Cambrésis 322
O regresso de Filipe II a Espanha 326

4. *A Espanha em meados do século* 331

O alerta protestante 331
O mal-estar político 334
As dificuldades financeiras 336

2 — OS ÚLTIMOS SEIS ANOS DA SUPREMACIA TURCA: 1559-1565 343

1. *A guerra contra os Turcos, uma loucura espanhola?* 343

A ruptura das conversações hispano-turcas 344
A supremacia naval dos Turcos 347
A expedição de Djerba 349

2. *A recuperação hispânica* 363

O ano de 1561 a 1564 363
Contra os corsários e contra o Inverno: 1561-1564 368
O levantamento da Córsega 376
A calma da Europa 380
Alguns números sobre a recuperação marítima da Espanha 383
D. Garcia de Toledo 388

3. *Malta, prova de força (18 de Maio-8 de Setembro de 1564)* 390

Houve surpresa? 390
A resistência dos cavaleiros 392
O socorro de Malta 393
O papel da Espanha e de Filipe II 396

3 — NAS ORIGENS DA SANTA LIGA: 1566-1570 403

1. *Os Países Baixos ou o Mediterrâneo?* 403

A eleição de Pio V 403
Os Turcos na Hungria e no Adriático 406
O recomeço da guerra na Hungria 411
Os Países Baixos em 1566 415
1567-1568: sob o signo dos Países Baixos 421

2. *A viragem da guerra de Granada* 431

O recrudescimento das guerras 431
Os inícios da guerra de Granada 435
Uma consequência de Granada: a tomada de Tunes por Euldj Ali 441
Granada e a guerra de Chipre 443
Os inícios da guerra de Chipre 450
O socorro de Chipre 459

4 — LEPANTO 465

1. *A batalha de 7 de Outubro de 1571* 466

Uma conclusão tardia 466
O factor diplomático França 472
D. João e a sua frota chegarão a tempo? 475
Os Turcos perante Lepanto 478
A batalha de 7 de Outubro 480
Uma vitória sem consequências? 482

2. *1572, ano dramático* 485

A crise francesa até à noite de São Bartolomeu, 24 de Agosto de 1572 485

Ordens e contra-ordens a D. João de Áustria, Junho-Julho de 1572 493
As expedições da Moreia 497

3. *A «traição» de Veneza e as duas conquistas de Tunes: 1573-1574* 504

Defender Veneza 504
A conquista de Tunes por D. João de Áustria, outra vitória sem consequências 506
A perda de Tunes: 13 de Setembro de 1574 512
No Mediterrâneo, finalmente a paz 518

5 — AS TRÉGUAS HISPANO-TURCAS: 1577-1584 523

1. *A missão de Margliani, 1578-1581* 524

Marcha-atrás: as primeiras tentativas de paz de Filipe II 525
No tempo de D. João 527
Um estranho triunfador: Martín de Acuña 530
Giovanni Margliani 532
O acordo de 1581 541

2. *A guerra abandona o centro do Mediterrâneo* 546

A Turquia frente à Pérsia 546
A guerra contra a Pérsia 548
Os Turcos no oceano Índico 554
A guerra de Portugal, viragem do século 556
Alcácer Quibir 558
O golpe de força de 1580 563
A Espanha abandona o Mediterrâneo 565

6 — O MEDITERRÂNEO FORA DA GRANDE HISTÓRIA 567

1. *Problemas e dificuldades turcas* 569

Depois de 1589: as revoltas na África do Norte e no Islão 570
A crise financeira turca 577
1593-1606: retomada das grandes operações nas frentes da Hungria 578

2. *Das guerras civis francesas à guerra aberta contra a Espanha: 1589-1598* 586

Guerras de Religião na França mediterrânica 586
A guerra hispano-francesa: 1595-1598 598
A paz de Vervins 601

3. *A guerra não terá lugar no mar* 604

O falso alerta de 1591 604
João André Dória não quer combater a armada turca: Agosto-Setembro de 1596 611
1597-1600 613
Falso alerta ou ocasião falhada em 1601? 614
A morte de Filipe II, 13 de Setembro de 1598 616

CONCLUSÃO 619

Anexos

AS FONTES 629

1. *As fontes manuscritas* 629

I. Os arquivos espanhóis 630

II. Os arquivos franceses 633
III. Os arquivos de Itália 636
IV. Os arquivos do Vaticano 640
V. Os arquivos de Ragusa 640
VI. Os arquivos europeus fora do Mediterrâneo e de França 641

2. *As fontes cartográficas* 642

A. Fontes actuais 642
B. Fontes antigas 642

3. *As fontes impressas* 645

A. As grandes publicações documentais 645
B. As obras essenciais 651
C. Lista alfabética das obras citadas no texto e nas notas 653

ÍNDICE DOS NOMES PRÓPRIOS 689

ÍNDICE DAS MATÉRIAS 723

7

AS FORMAS DA GUERRA

A guerra não é, simplesmente, a contracivilização.

Nós, historiadores, colocamo-la constantemente em causa sem conhecer, nem procurar conhecer *a sua* ou *as suas* naturezas. O físico já não ignora a constituição secreta da matéria... Colocamo-la em causa, e é bem necessário: pois a guerra não deixa de actuar sobre a vida dos homens. Os cronistas empurram-na para o primeiro plano das narrações: os contemporâneos não têm outra preocupação senão a de formular conclusões acerca dela, de distinguir responsabilidades e consequências.

Se estamos decididos a não exagerar de modo algum a importância da história das batalhas, não pensamos afastar a poderosa história da guerra, formidável, perpétua movimentação da vida dos homens. Durante o meio século com que nos ocupamos, marca os ritmos e as estações, abre e fecha as portas do tempo. Mesmo aparentemente apaziguada, continua a sua surda pressão, sobrevive.

Mas não terei a pretensão, a propósito destes dramas, de tirar conclusões filosóficas sobre a «natureza» da guerra. A *polemologia* não passa de uma ciência na infância, se acaso é uma ciência. Ser-lhe-ia preciso, ao ultrapassar os incidentes, compreender os ritmos longos, as regularidades, as correlações. Ainda não atingimos esse ponto.

1. A guerra das esquadras e das fronteiras fortificadas

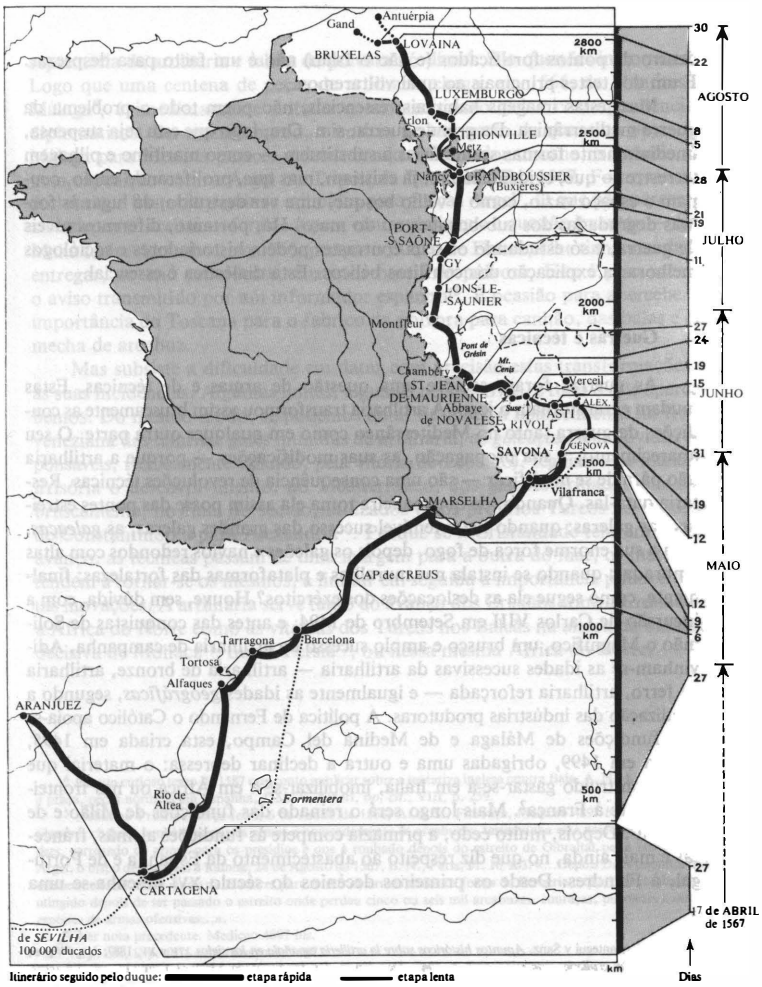
Fale-se da grande guerra do Mediterrâneo, e imediatamente se evocam as finas e poderosas silhuetas das galeras, a sua vida adormecida no Inverno, as suas corridas no Verão ao longo das margens. Os documentos abundam em pormenores sobre as suas deslocações, a sua manutenção, o seu luxo dispendioso. Centenas de discursos de especialistas dizem, tentam dizer, o que elas custam de cuidados, víveres, homens e dinheiro. E a experiência mostra imediatamente que é difícil reagrupá-las em movimentos de conjunto, tanto mais que em grandes formações devem juntar-se aos barcos redondos que levarão os volumosos abastecimentos. Depois destes lentos preparativos, as partidas são bruscas e as viagens, em suma, rápidas. Qualquer ponto da margem pode ser atingido. Contudo, não exageremos a importância dos golpes que as esquadras de galeras desferem. As tropas que desembarcam, sendo disso o caso, não se afastam de modo algum das margens. Em 1535, Carlos V apodera-se de Tunes e não vai mais longe; em 1541, tenta, sem êxito, apoderar-se de Argel: a sua campanha apenas o levou do cabo Matifou às elevações que dominam a cidade. De igual modo, em 1565 a armada turca culmina no cerco de Malta onde fica imobilizada. Em 1572, o velho Garcia de Toledo aconselha a D. João de Áustria, a seguir a Lepanto, no caso em que houvesse uma expedição dos vencedores ao Levante, que ataque uma ilha, em vez de terra firme.

Falar de guerra é sonhar igualmente depressa com esses numerosos exércitos que, com o século XVI, nos chocam pelo aumento dos seus efectivos. Deslocá-los e, previamente, uni-los, são outros tantos grandes problemas. São precisos meses em Lyon para reunir mercenários e peças de canhão, a fim de que um belo dia o rei de França «salte de improviso sobre os montes»[1]. Em 1567, o duque de Alba realiza o feito de conduzir as suas tropas de Génova para Bruxelas, mas estes são transportes pacíficos e não uma série de combates. Do mesmo modo, é necessário o enorme potencial turco para lançar os exércitos do Sultão de Istambul para o Danúbio, ou de Istambul para a Arménia, e para travar a luta tão longe das bases de partida. Estas são proezas dispendiosas, fora de série. E desde que seja opor-se ao inimigo, qualquer movimento um pouco longo ultrapassa as possibilidades vulgares.

Última imagem a evocar: a das praças fortes, já decisivas no século XVI, e que serão tudo, ou quase tudo, no século XVII. Face aos Turcos e aos corsários, a Cristandade encheu-se de protecções, abrigando-se por detrás da arte do engenheiro e do trabalho de pá e picareta. Esta vasta fortificação testemunha a mentalidade de um mundo. Pois, tanto os *limes* como as muralhas da China são sempre os sinais de um certo estado de espírito. Que a Cristandade se envolva

[1] A. d. S., Modena, Venezia 15, 77. VI.104, J. Tebaldi ao Duque, Veneza, 16 de Agosto de 1522.

63. O duque de Alba atinge a Flandres, Abril-Agosto de 1567



A deslocação, pacífica é certo, do duque de Alba e das suas tropas, num curso de quase 3000 km é um feito. De notar as etapas rápidas no mar e para a travessia dos Alpes...; a necessidade de contornar o espaço hostil da França. Cálculos e verificações feitos por J. J. Hémardinker.

dentro de pontos fortificados (e não o Islão) não é um facto para desprezar. É um dos testes principais ao qual voltaremos.

Mas, estas imagens habituais, essenciais, não põem todo o problema da guerra mediterrânica. Da grande guerra, sim. Ora, logo que esta seja suspensa, imediatamente formas secundárias a substituem — corso marítimo e pilhagem terrestre — que, evidentemente, já existiam, mas que, proliferando então, ocupam o espaço vazio, como o velho bosque, uma vez destruído, dá lugar às formas degradadas dos sub-bosques ou do mato. Há, portanto, diferentes níveis de guerra, e só estudando os seus contrastes podem historiadores e sociólogos melhorar a explicação dos conflitos bélicos. Esta dialéctica é essencial.

Guerras e técnicas

As guerras foram sempre uma questão de armas e de técnicas. Estas mudam e transtornam o jogo. A artilharia transformou assim bruscamente as condições da guerra tanto no Mediterrâneo como em qualquer outra parte. O seu aparecimento, a sua propagação, as suas modificações — porque a artilharia não pára de se modificar — são uma consequência de revoluções técnicas. Restaria datá-las. Quando, de que maneira toma ela assim posse das pontes estreitas das galeras; quando faz o temível sucesso das grandes galeras, as *galeaças*, com a sua enorme força de fogo, depois os galeões e navios redondos com altas amuradas; quando se instala nas muralhas e plataformas das fortalezas; finalmente, como segue ela as deslocações dos exércitos? Houve, sem dúvida, com a incursão de Carlos VIII em Setembro de 1494, e antes das conquistas de Solimão o Magnífico, um brusco e amplo sucesso da artilharia de campanha. Adivinham-se as idades sucessivas da artilharia — artilharia de bronze, artilharia de ferro, artilharia reforçada — e igualmente as idades *geográficas*, segundo a localização das indústrias produtoras. A política de Fernando o Católico apoia-se nas fundições de Málaga e de Medina del Campo, esta criada em 1495, aquela em 1499, obrigadas uma e outra a declinar depressa: o material que terão construído gastar-se-á em Itália, imobilizar-se-á em África ou nas fronteiras, frente à França[2]. Mais longo será o reinado das fundições de Milão e de Ferrara[3]. Depois, muito cedo, a primazia compete às fundições alemãs, francesas e mais ainda, no que diz respeito ao abastecimento da Espanha e de Portugal, à Flandres. Desde os primeiros decénios do século XVI desenha-se uma

[2] José Arantegui y Sanz, *Apuntos históricos sobre la artilleria española en los siglos XIV y XV*, 1887; Jorge Vigon, *História de la artilleria española*, tomo I, 1947. Decadência das fundições de Málaga? Contudo, ver Simancas, E.° 499, Cobre entregado al mayordomo de la artilleria de Málaga, 1541-1543. Sobre Málaga e o seu arsenal cerca de meados do século, Pedro de Medina, *op. cit.*, p. 156.

[3] Os historiadores italianos não marcam com demasiada boa vontade a decadência das fundições de Milão? A expedição das peças fazia-se ora por Génova (sobretudo arcabuzes e armas brancas, 30 de Agosto de 1561, Simancas, E.° 1126) ou pelo Pó e Veneza (artilharia carregada a bordo de uma nave portuguesa para Messina, Veneza, 25 de Abril de 1573, Simancas, E.° 1332).

supremacia da artilharia e talvez da pólvora nórdicas[4]. São questões importantes. Logo que uma centena de peças de artilharia chega, em 1566, da Flandres a Málaga[5], é imediatamente notado o acontecimento pelas correspondências diplomáticas. Do mesmo modo, a notícia de um envio de quarenta peças de Málaga para Messina parece, a determinado embaixador toscano, o anúncio de uma expedição contra Argel ou Trípoli da Berberia[6]. Em 1567, Fourquevaux declara que bastariam quinze mil balas para forçar Argel[7]. O que não parecerá excessivo se se aceitar — fora da áspera controvérsia que a questão levantou — que Malta tenha sido salva, em 1565, porque o duque de Florença lhe tinha mandado entregar, no ano precedente, duzentos barris de pólvora. Este é pelo menos o aviso transmitido por um informador espanhol[8]. É ocasião para aperceber a importância da Toscana para o fabrico da pólvora para canhão, das balas e da mecha de arcabuz.

Mas subsiste a dificuldade em datar com precisão estas transformações e as suas incidências. Algumas linhas, algumas perspectivas, é tudo o que apercebemos. Do mesmo modo, se podemos datar de 1550[9] o aparecimento na frota veneziana das temíveis galés munidas de artilharia, as *galeaças* (sem dúvida responsáveis, tecnicamente falando, pela vitória de Lepanto), seguimos de maneira irrisória o desenvolvimento, no Mediterrâneo, dos galeões armados que são bruscamente, no final do século, utilizados pelos próprios Turcos no trajecto de Constantinopla para Alexandria[10]. Porque se a Cristandade tem um nítido avanço, as técnicas passam de uma margem para a outra do mar, os materiais tendem a tornar-se os mesmos, a limitar em seguida a importância política destas inovações. A artilharia serve tanto ao avanço dos Cristãos contra Granada e a África do Norte como às vitórias dos Turcos nos Balcãs na altura da batalha decisiva de Mohacz[11], ou na Pérsia[12], ou nessa mesma África do Norte.

[4] Cf. um curioso texto de 1587 que conto publicar sobre a tentativa inglesa contra Baía, A. N., K. Em relação à praça, peças nórdicas em Espanha, 1558, E. Albèri, *op. cit.*, VIII, p. 259.

[5] Nobili ao Principe, terça-feira, 6 de Junho de 1566, A. d. S., Florença, Mediceo 4897 *bis*. Claro que da Flandres chegam também as outras armas e nomeadamente os arcabuzes, testemunha esse navio vindo da Flandres, carregado de armas para os presídios e que é roubado depois do estreito de Gibraltar pelos corsários de Argel, o bispo de Limoges à Rainha, 24 de Agosto de 1561, B. N., Paris, Fr. 16. 103: «...Depois Deus permitiu que um bom e forte navio vindo da Flandres para munir de armas todos os fortes da Berberia tenha sido combatido e atingido depois de ter passado o estreito onde perdeu cinco ou seis mil arcabuzes, couraças, pistoletes e outras espécies de armas ofensivas...».

[6] Ver nota precedente. Mediceo 4897 *bis*.

[7] *Op. cit.*, I, p. 167, 4 de Janeiro de 1567.

[8] D. Francisco Sarmiento ao Grande Comendador de Castela, Roma, 28 de Setembro de 1565, *CODOIN*, CI, pp. 112-114. A opinião relatada é a do Grão-Mestre de Malta.

[9] F. C. Lane, *op. cit.*, pp. 31-32.

[10] E. Albèri, *op. cit.*, III, V (Matteo Zane), p. 104 (1594).

[11] O êxito dos Turcos é aí devido a uma concentração de artilharia na linha de combate.

[12] Os Persas temem a artilharia e os arcabuzes turcos, J. Gassot, *op. cit.*, p. 23; «...porque não usam bastões de fogo...».

Guerras e Estados

A guerra é uma despesa, um desperdício. Já dizia Rabelais, sem o ter inventado, evidentemente, que «os nervos das batalhas são os pecúnios».

Escolher o momento da guerra ou da paz, não experimentar nem uma nem outra, é em princípio privilégio dos fortes: mas não deixa de ter surpresas. Perto de cada príncipe, e mesmo no seu coração, a difícil partilha está sempre suspensa. Incarna-se muitas vezes nestes eternos antagonistas: os partidos da guerra e da paz. A Espanha de Filipe II deu disso, até 1580, o exemplo clássico. Durante anos, foi posta a questão: quem venceria, junto do Rei Prudente, os amigos de Ruy Gomez o pacífico (continuarão agrupados mesmo depois da sua morte) ou os adeptos do duque de Alba, o bélico, sempre pronto a recorrer à força para se impor? Mas que príncipe, que senhor político não teve sempre na sua frente estas duas tendências, devidamente representadas por uma série de homens? Contra o próprio Richelieu, no final do dramático ano de 1629, não existirá o pacífico ministro Marillac[13]? Entre os dois partidos, os acontecimentos forçam muitas vezes a escolha e empurram para a frente «o homem das circunstâncias».

As despesas de guerra oprimem os Estados e inumeráveis são então as guerras que não valem a pena. Ver-se-á a miserável, a dispendiosa guerra da Irlanda arruinar as finanças da rainha Isabel no final do seu reinado glorioso e, mais do que qualquer outra razão, preparar previamente a paz de 1604. No Mediterrâneo, a guerra é tão dispendiosa que se seguem bancarrotas, tanto em Espanha como na Turquia. As despesas de Filipe II são enormes. Em 1571, calculava-se em Madrid que a manutenção de uma frota aliada (a de Veneza, do Papa e da Espanha), formada por duzentas galeras, cem navios redondos e cinquenta mil soldados, custaria todos os anos mais de quatro milhões de ducados[14]. Estas frotas, verdadeiras cidades flutuantes, devoram créditos e abastecimentos. A manutenção anual de uma galera custava tanto como a sua construção, ou sejam, seis mil ducados[15] cerca de 1560 e o número aumentaria

[13] Georges Pagès, in *Rev. d'hist. mod.*, 1932, p. 114.

[14] *Relatione fatta alla Maestà Cattolica in Madrid alli XV di luglio 1571...*, B. N., Paris, Oc 1533, f.os 109 a 124.

[15] Ver em relação ao início do reinado de Filipe II o *asiento* a meio soldo para as galeras toscanas (Simancas, E.° 1446, f.° 107), uma galera recebe por mês 250 ducados, a onze reais de prata o ducado. Em relação ao preço de construção, Relacion de lo que han de costar las XV galeras que V. M. manda que se hagan en el reyno de Sicilia este año, 1564, Simancas, E.° 1128; para quinze galeras chega-se a um total arredondado de 95 000 escudos, sem contar com as armas a distribuir aos marinheiros. Este preço é representado como muito vantajoso pelo relatório que pomos em causa. Distingamos que o corpo bruto da galera representa menos de metade do preço líquido, sendo a outra metade representada pelas velas, os remos, as antenas, os mastros, o cordame, as cadeiras, os ferros, os recipientes, as pás e outras ferramentas de bordo, os barris, o fio para coser as velas, o sebo para tirar o limo dos costados... Num total, repita-se, de 95 000 escudos, os corpos das quinze galeras representam 37 500, o cordame 9000, as velas quase 20 000, os mastros e antenas 3000, os remos 2900, a artilharia 22 500. Deixa-se assim de lado nestes cálculos o preço de compra dos forçados ou dos escravos. Esta é, com os indispensáveis abastecimentos em bolacha, a grande despesa de manutenção. Nas vinte e duas galeras da Sicília existem, em Maio de 1576, 1102 forçados, 1517 escravos, 1205 remadores voluntários; em Maio de 1577, os números em decréscimo são

ainda mais. De 1534 a 1573, os armamentos marítimos foram, pelo menos, multiplicados por três. No momento de Lepanto, existem no Mediterrâneo entre quinhentas e seiscentas galeras, tanto cristãs como muçulmanas, ou seja (reportemo-nos aos cálculos dados em nota)[16], de 150 000 a 200 000 homens, entre remadores, marinheiros e soldados, todos lançados ao acaso da navegação, ou para falar como Garcia de Toledo, dos elementos — a água, o fogo, a terra, o ar — porque todos os elementos ameaçam a vida precária dos homens no mar. Em 1573, um extracto de conta siciliano referente a fornecimentos feitos à frota (bolacha, vinho, carne salgada, arroz, azeite, sal, cevada) eleva-se a cerca de quinhentos mil ducados[17].

Portanto, a guerra das esquadras representa grandes mobilizações de dinheiro e de homens: soldados esfarrapados que se recrutam em Espanha e que serão vestidos em rota, quando são vestidos; lansquenetes que atingem a pé a Itália por Bolzano e vão amontoar-se na Spezia, à espera da passagem das galeras; italianos, aventureiros que se recrutam ou acolhem para encher os vazios que as deserções e as epidemias cavam. E sobretudo essas longas cadeias de forçados a caminho dos portos, nunca suficientemente numerosos para manejarem os remos vermelhos das galeras... Daí a necessidade de tratar com violência os miseráveis[18], de possuir escravos, de recrutar remadores voluntários; Veneza encontrá-los-á até na Boémia. Na Turquia, no Egipto, enormes levas de homens esgotam os recursos da população. Voluntários ou não, uma massa considerável precipita-se para a beira do mar.

Se se acrescentar que o exército de terra também é dispendioso — um *tercio* espanhol (cerca de cinco mil combatentes) significava para uma campanha, soldo, abastecimento e transportes incluídos, 1 200 000 ducados, segundo um cálculo do final do século[19] —, compreende-se então que correlação se estabelece entre a guerra, despesa prodigiosa, e os rendimentos dos príncipes. Por meio destes rendimentos, a guerra liga-se finalmente a todas as actividades dos homens. Contudo, a sua modernidade, a sua rápida evolução fazem com que

---

respectivamente de 1027, 1440 e 661 (Simancas, E.° 1147), o que dá nos remos, por galera, no primeiro caso 173 homens, no segundo 143. Ora, há galeras reforçadas. A galera de um neto de Barba-Roxa (7 de Outubro de 1572, Serrano, *op. cit.*, II, p. 137) conta 220 escravos. Aos forçados acrescentam-se os oficiais, equipagens e infantaria. Em Agosto de 1570, para vinte galeras napolitanas, conta-se um efectivo total de 2940 homens, ou seja, em geral, um efectivo de 150 homens por galera. Portanto, cada galera representa pelo menos trezentos homens entre forçados, marinheiros e soldados. Em 1571-1573 com cerca de quinhentas ou seiscentas galeras, do Islão ou da Cristandade, é de 150 a 200 000 homens que a guerra das esquadras faz vogar, sem contar os que imobiliza em terra, nos portos e nos arsenais. Para um estudo dos preços líquidos, assinalemos os admiráveis recursos do Archivio di Stato de Florença e nomeadamente: Nota di quel bisogna per armar una galera atta a navicare, Mediceo 2077, f.° 128. Ver também Mediceo 2077, f.° 60.

16 Ver nota precedente.

17 Simancas, E.° 1141.

18 Ver assim o tratamento dos ciganos espanhóis levados nas galeras não pelos seus delitos mas *por la necesidad que havia de gente por el remo...*, D. João de Áustria a Filipe II, Cartagena, 17 de Abril de 1575, Simancas, E.° 157 f.° 11.

19 Morel Fatio, *L'Espagne aux XVIe et XVIIe siècles*, *op. cit.*, p. 218 e segs.; Nicolas Sanchez-Albornoz, «Gastos y alimentación de un ejército en el siglo XVI segun un presupuesto de la época», in *Cuadernos de História de España*, Buenos Aires, 1950.

rompa as amarras, destrua as energias mais sólidas e, um belo dia, condena-se a si mesma à paragem. A paz é feita destas fraquezas crónicas, dos repetidos atrasos no pagamento dos soldos, dos armamentos insuficientes, dessas desgraças que tanto temem sofrer os governos, mas que têm que aceitar como factos tão inevitáveis como o mau tempo e a tempestade.

Guerras e civilizações

Tudo participa nestas violências. Mas há guerra e guerra. Se se tiver em conta as civilizações, principais personagens, será preciso forçosamente distinguir as guerras «internas» desta ou daquela civilização e as guerra «exteriores» entre esses universos hostis. Praticamente, será colocar de um lado as Cruzadas, as *Djihads*, do outro as guerras internas da Cristandade ou do Islão, porque as civilizações queimam-se a si mesmas em intermináveis guerras civis, fratricidas: o Protestante contra o Romano, o Sunita contra o Chiita...

Estas distinções são de uma grande importância: oferecem-nos em primeiro lugar uma localização geográfica regular, porque Cristandade e Islão são espaços determinados, com as suas fronteiras conhecidas, continentais ou líquidas. Isto é evidente. E oferecem-nos também, mais curiosamente, uma cronologia. Ao longo dos anos, um período de guerras «internas» sucede a um período de guerras «exteriores», numa ordem bastante nítida. Não se trata de uma orquestra perfeita, nem de bailados marcados no seu pormenor. E todavia, a sucessão é clara: sugere perspectivas no meio de uma história confusa e que de repente se esclarece, sem que tenha havido artifício ou ilusão. Não se escapa à convicção de que conjunturas ideológicas de sinal contrário se afirmam, depois se substituem. Do lado da Cristandade, em que a documentação é mais rica, a cruzada, ou seja, a guerra exterior, impõe o seu clima até cerca de 1570-1575. É exigida com mais ou menos fervor, já com desvios, habilidades, frouxidão, recusas — recusas de contribuintes aqui, de negligentes noutro lado. Mas, não teve sempre a cruzada os seus fervorosos partidários e os seus derrotistas? As notas dissonantes nada retiram ao facto de que um sentimento geral de religião combativa atravessa a Cristandade do século XVI. Em Espanha, isto é evidente. Mas em França também, apesar das habilidades e dos compromissos da política real. Encontrar-se-iam facilmente em Ronsard traços deste espírito de cruzada, pintado de helenismo. Salvar a Grécia, «olho do mundo habitável», e trabalhar por Cristo... O sentimento persiste mesmo nos países do Norte, passados ou em vias de passar para o protestantismo. Em toda a Alemanha, cantavam-se *Türkenlieder* oriundas dos longínquos campos de batalha do Sudeste. Ao mesmo tempo que pedia que a Alemanha se libertasse da exploração romana, Ulrich de Hutten exigia que com o dinheiro que assim se recuperaria se fortificasse o Reich e que este fosse alargado em detrimento do Turco. Do mesmo modo, Lutero terá sempre militado a favor de uma guerra contra os senhores de Constantinopla; em Antuérpia, falou-se muitas vezes de romper com o Infiel e mais

ainda, em Inglaterra, onde sempre se preocupavam com os êxitos católicos no Mediterrâneo, alegravam-se ao mesmo tempo com as derrotas do Turco: Lepanto terá ao mesmo tempo inquietado e alegrado os corações ingleses[20].

Mas, Lepanto é uma conclusão. Um eclipse da cruzada anunciava-se há muito tempo. O brilho da vitória de 1571 cria ilusões: quem dirá do isolamento de D. João de Áustria, cruzado tardio, como mais tarde seu sobrinho D. Sebastião, o herói de Alcácer Quibir? O seu sonho está atrasado para a época. A razão consiste, em parte, na ascenção da reacção católica contra a Reforma, pelo menos a partir de 1550, uma mudança de frente ideológica. A Cristandade mediterrânica renuncia a uma guerra para correr para uma outra: a sua paixão religiosa mudou de direcção.

Em Roma, a reviravolta manifesta-se com os inícios do pontificado de Gregório XIII (1572-1585) que é inaugurado, com efeito, por uma brusca hostilidade contra a Alemanha protestante. Esta é a grande tarefa do Soberano Pontífice e não essa moribunda Santa Liga que herdou e que se quebra, em Abril de 1573, com a traição dos Venezianos... Toda a política romana pende para o Norte, no momento oportuno para o êxito das conversações hispano-turcas. Mais de uma vez, temia-se então no ambiente de Filipe II as consequências dessas tréguas anuais assinadas com o Sultão, entre 1578 e 1581. Mas o Papado continuou silencioso. O seu objectivo era, a partir de então, a luta contra o Norte protestante e portanto, empurrar o Rei Católico para as questões da Irlanda e, para além da Irlanda, contra a Inglaterra: é ocasião para vermos o Rei Prudente não precedendo, mas seguindo as tropas da Contra-Reforma...

Que com esta mudança de vento no último terço do século XVI, a ideia de Cruzada contra o Islão perca a sua força, nada de mais natural. Em 1581 a Igreja de Espanha não protestará contra o abandono da guerra turca, mas contra o pagamento de impostos que se tornaram sem objectivo...

Todavia, depois de 1600, com o afrouxar das guerras protestantes e o lento regresso à paz da Europa cristã, a ideia de cruzada retoma força e vigor mesmo nas margens do Mediterrâneo, tal como em França por ocasião da guerra turco-imperial de 1593-1606. «Depois de 1610 — nota um historiador[21] —, a turcofobia com que era trabalhada a opinião pública degenerará em verdadeira mania.» Todo um fogo de artifício de projectos e de esperanças se derrama então; até que mais uma vez, a guerra protestante, a guerra «interior», lhe ponha termo, em 1618.

Estas explicações de conjunto são mais ou menos irrefutáveis, mesmo se não podemos dispor de uma evidente cronologia que permitiria ver se as paixões seguem ou precedem — ou, como penso, precedem e seguem estes desvios, provocando-os, alimentando-os, queimando-se depois na acção iniciada. Mas,

---

[20] Cf. ainda as curiosas interpretações possíveis da política de Isabel em relação ao Sultão; ela não quer ter demasiado o ar de pactuar com os inimigos da Cristandade, W. A. R. Wood, *op. cit.*, p. 27.

[21] L. Drapeyron, *art. cit.*, p. 134. Sobre todas estas questões, G. de Vaumas, *op. cit.*, p. 92 e segs.

uma explicação que só tem em conta um dos beligerantes possivelmente é de todo insuficiente. A nossa maneira de raciocinar como ocidentais continua a ser muito agradável. Com efeito, a outra metade do Mediterrâneo faz, vive também a sua história. Ora, um estudo novo, e tanto mais exemplar quanto é breve[22], sugere que existiram, do lado turco, fases análogas, *conjunturas* síncrones. O Cristão abandona o combate, desconfia do Mediterrâneo, mas o Turco faz o mesmo, e no mesmo momento; interessa-se pela fronteira da Hungria ou pela guerra marítima no mar Interior, mas não menos pelo mar Vermelho, pela Índia, pelo Volga... Segundo as épocas, os centros de gravidade e as linhas de acção do Turco deslocam-se, em correlação com as modalidades de uma guerra «mundial». Nas nossas conversações esta ideia foi muitas vezes evocada por Frédéric C. Lane. Tudo depende de uma história bélica que vai do estreito de Gibraltar ou dos canais da Holanda até à Síria ou ao Turquestão. E esta história tem apenas um ritmo: as suas mudanças são electricamente as mesmas. Em dado ponto, Cristãos e Muçulmanos confrontam-se no *Djihad* e na Cruzada, depois viram as costas uns aos outros para encontrarem os seus conflitos internos. Mas esta álgebra de paixões confluentes é também, como tentarei dizer, na conclusão desta segunda parte[23], uma consequência das pulsações lentas da conjuntura material, a mesma para o mundo inteiro que, no século XVI, inaugurou a sua vida unitária.

A guerra defensiva face aos Balcãs

Perante os Turcos, o Mediterrâneo Cristão enche-se de fortalezas. Esta é uma das formas mais constantes da sua guerra. Ao mesmo tempo que combate, estende as suas linhas de detenção e protecção: cobre, couraça o seu corpo. Política instintiva e unilateral: o Turco pelo seu lado, com efeito, fortifica pouco e mal. Do mesmo modo, os Argelinos e o Xerife. Trata-se neste caso de diferenças de técnicas ou de atitudes? Aqui, uma confiança na força viva dos janízaros, dos *spahis* e das galeras; ali, pelo contrário, uma necessidade de segurança e, mesmo durante as grandes lutas, uma certa preocupação em economizar forças e despesas? Do mesmo modo, se os Estados cristãos mantêm, no Levante, serviços de espionagem importantes, não é apenas por receio, mas também para medir com exactidão o perigo que ameaça e proporcionar aí o esforço da defesa. O Turco não virá: então desmobiliza-se depressa o que for possível, anula-se o que ainda não está em vigor. Este é um jogo ridículo, diz Bandello[24], quebrar a cabeça para saber o que farão ou não farão o Turco ou o Sófi; tem razão, porque os bons disputadores em que pensa nada sabem dos projectos e segredos destes poderosos personagens, se eles discorrem até perderem o fôlego.

[22] W. E. D. Allen, *Problems of Turkish Power in the XVIth Century*, Londres, 1963.
[23] Ver infra, pp. 267-268.
[24] *Op. cit.*, IX, p. 138.

Em relação aos príncipes as coisas passam-se de outra maneira: este jogo determina muitas vezes a importância dos meios de defesa a aplicar.

A Cristandade mediterrânica dispôs portanto contra o Islão de uma série de «cortinas», de «frentes» fortificadas, longas linhas defensivas por detrás das quais, consciente da sua superioridade técnica, se sente melhor abrigada. Estas linhas estendem-se da Hungria até às fronteiras mediterrânicas, numa série de zonas fortificadas que separam as duas civilizações uma da outra.

O «limes» veneziano

A vigilância de Veneza nas orlas do mar ocidental é antiga. Frente aos Turcos, a Senhoria estende os seus presídios, as suas guardas litorais, nas costas da Ístria, da Dalmácia e da Albânia, até às ilhas Jónicas e mais além, até atingir Cândia e Chipre: este último ponto de apoio, conquistado pela Senhoria em 1479, será conservado por ela até 1571. Mas este longo e estreito Império marítimo — essa planta parasita foi atingida pelos sucessivos avanços dos Turcos. Assim, para não remontar mais atrás, a paz de 12 de Outubro de 1540[25] tinha-a amputado de preciosos postos na costa dálmata, Nadino e Laurana, de algumas *isolette* do Arquipélago, Quios, Patmos, Casino, e as ilhas «feudais», como Nio, feudo dos Pisani, Stampalia, feudo dos Quirini e Paros, domínio senhorial dos Venier. Veneza teve que abandonar também, na Grécia, os postos importantes de Malvasia e de Napoli di Romania. Trinta e três anos mais tarde, pela paz separada de Abril de 1573, completada pelos difíceis acordos de 1575[26], cedia igualmente postos na Dalmácia, pagava uma indemnização de guerra e renunciava a Chipre, perdida de facto desde 1571. Comparou-se muitas vezes Veneza ao Império britânico; então a Veneza do final do século XVI seria como que um Império britânico que já não culminaria nas Índias. Mas que esta comparação não se confunda: estas terras fronteiriças de Veneza são formadas por elementos minúsculos, praças fortes frequentemente arcaicas... As cidades e as ilhas contam aí raramente alguns milhares de habitantes. Em 1576 Zara teve um pouco mais de sete mil[27], Spalato um pouco menos de quatro mil[28], Cataro apenas um milhar por causa da epidemia de 1572, Cefalónia apenas vinte mil[29], Zante quinze mil[30], Corfú 17 517[31]. Apenas Cândia, com os seus duzentos mil habitantes, tem um certo peso, é o elemento pesado da nova cadeia. Mas sabe-se que a ilha grega não está segura, viu-se em 1571, ver-se-á em 1669. Em geral, tal como é, este império nada pesa demograficamente em

[25] Giuseppe Cappelletti, *Storia della Repubblica di Venezia*, VIII, p. 302, e segs.
[26] H. Kretschmayr, *op. cit.*, III, p. 74.
[27] Relação de Andrea Giustiniano, 1576, B. N., Paris, Ital. 1220, f.° 81.
[28] *Ibid.*, f.° 69.
[29] *Ibid.*, f.° 34 v.° e 35.
[30] *Ibid.*, f.° 25 v.°
[31] *Ibid.*, f.° 39 e segs.

relação a Veneza e à sua Terra Firme, a quem se atribuía por volta da mesma época uma população global de um milhão e meio de habitantes[32].

É portanto milagre se a barragem se aguenta ao largo das costas turcas. Lembremos que em 1539 os Espanhóis não conseguiram manter-se na testa de ponte de Castelnuovo, nas costas balcânicas[33]. A anormal solidez veneziana é um triunfo de adaptação, o resultado de repetidos cálculos: manutenção minuciosa dos postos, vigilância do Arsenal, essa poderosa fábrica, incessante passagem das naus e das galeras. Acrescentemos a atracção, a dedicação das populações fronteiriças, o valor dos homens que aí comandam pela Senhoria, a coragem dos deportados que aí expiam a sua pena. Sem contar a eficácia das escolas práticas de artilharia e a facilidade de recrutar soldados entre os Albaneses, os Dálmatas ou os Gregos destes agitados confins.

Contudo, nas duas extremidades da sua cadeia de postos, Veneza experimenta dificuldades. A Leste, Chipre já não luta, é pouco defensível e a sua população não está muito segura. A ilha, como Rodes, tem o azar de estar demasiado perto da Ásia Menor e portanto à mercê dos cometimentos turcos: a derrota de 1571 obrigará ao recuo da antena veneziana sobre a Cândia, salva com justeza em 1572 e que a Senhoria sente desde então constantemente ameaçada pela cobiça do seu vencedor. Na outra extremidade da cadeia, a Norte, nas fronteiras da Ístria e do Friul, Veneza toca nas terras habsburguesas e quase nas terras turcas. Daí um duplo perigo, tanto mais grave quanto ameaça a Terra Firme, a própria existência de Veneza. De 1463 a 1479 já se tinham verificado incursões turcas até Piave[34] e em frente das terras habsburguesas, os limites, estabilizados, de facto, desde 1518[35], ainda o não são de direito, ou seja, sem contestação. É contra todos estes perigos que Veneza construirá a dispendiosa e sólida praça forte de Palma, no final do século.

O Império veneziano, que não passa de um fio, uma série de posições avançadas, não encerra o enorme Império turco, mas perturba-o. Em Veneza, não se deixa de conhecer a extrema fragilidade destas posições. Sem cessar, os embaixadores e os bailios da Senhoria tentarão, por meio de entendimentos e subornos, defendê-las em Constantinopla contra a possibilidade de um ataque. Constantemente, por razões políticas ou comerciais, na sequência de incidentes de vizinhança, por causa de um navio que carrega sem autorização, por causa de um corsário que age demasiado à sua vontade, por causa de uma galera veneziana que policia demasiado rudemente, surgem incidentes, envenenam-se. Em 1582, Sinan Paxá tenta provocar a Senhoria conscientemente e a ocasião é boa para vituperar contra os Venezianos, para exigir as suas ilhas «que são os pés do próprio corpo do Estado do Sultão»[36].

---

[32] B. N., Paris, Ital., 427, f.° 274, 1569.

[33] A. Morel Fatio, in *Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, t. XXXIX, p. 12 e segs. da edição especial. Tentativa também vã, cinco anos mais cedo, em Coron, na Moreia.

[34] Fernand Grenard, *Grandeur et décadence de l'Asie*, p. 77.

[35] Carlo Schalk, *Rapporti commerciali tra Venezia e Vienna*, Veneza, 1912, p. 5.

[36] X. de Salazar a S. M., V., 24 de Março de 1582, Simancas, E.° 1339.

Mas a linha veneziana talvez se tenha mantido exactamente por causa da sua fraqueza, porque o Turco arranjou aí amplas aberturas, as janelas e as portas que lhe permitem atingir o Ocidente: Modon que, apesar de mal fortificada, resistirá por altura do cerco dramático de 1572, e que, cerca de 1550, já Belon du Mans considerava como a «chave da Turquia»; mais ao Norte, Navarino que será fortificada a partir de 1573[37], e finalmente Valona, na Albânia, infelizmente rodeada de um país incessantemente agitado, mas que era, apesar disso, uma excelente base, ponto de partida para o alto mar e para a Cristandade. Pode dizer-se que esta destruição do *limes* veneziano, tornando-o menos perturbador, lhe terá permitido manter-se durante mais tempo?

Sobre o Danúbio

A Norte dos Balcãs[38], o Império turco atingiu e ultrapassou o Danúbio, importante mas frágil fronteira. Apoderou-se de metade das Províncias Danubianas, se é que não foi o senhor, pelo menos o senhor seguro, da florestal e alpestre Transilvânia. A Oeste, avançou através dos vales longitudinais da Croácia, para além de Zagreb até aos cortes estratégicos do Kulpa, do Alto Sava e do Drava, frente a regiões pobres, montanhosas, de difícil acesso, semidesprovidas de homens, através das quais o bloco dinárico se articula com a massa poderosa dos Alpes. Assim, a fronteira turca, ao Norte dos Balcãs, imobilizou-se muito depressa, tanto no extremo Oeste como no Leste, perturbada dos dois lados pela hostilidade das montanhas. Os homens, evidentemente, acrescentaram aí o que era seu: no Leste moldavo e valáquio sucedem-se os grandes e devastadores avanços tártaros difíceis de conter ou orientar. No Oeste, organizou-se uma fronteira alemã, pelo menos no Windischland, entre o médio Sava e o Drava Central, sob o comando do *Generalkapitän* de Laybach. O decreto imperial que a organizou foi promulgado em Linz, em 1538. Em relação ao Windischland, depois à Croácia, instituições militares fronteiriças iam avançar por si só, na época de Carlos V e de Fernando. Um regulamento de 1542 fixou a organização de toda a zona. Como em breve escreverá Nicolas Zriny, em 1555, era a

[37] P. de Canaye, *op. cit.*, p. 181.

[38] Em relação a todo o parágrafo apresenta-se-nos a enorme e nem sempre compreensível literatura relativa à Hungria. A. Lefaivre, *Les Maggyars pendant la domination ottomane en Hongrie*, 1526-1722, Paris, 1902, 2 vol. Livros alemães recentes em parte orientados por preocupações actuais, Rupert von Schumacher, *Des Reiches Hofzaun, Gesch. der deutschen Militärgrenze im Südosten*, Darmstadt, 1941; Roderich Gooss, *Die Siebenbürger Sachsen in der Planung deutscher Südostpolitik*, 1941 (politico e pormenorizado); Friedrich von Cochenhausen, *Die Verteidigung Mitteleuropas*, Iena, 1940, parcial e sumário; G. Müller, *Die Türkenherrschaft in Siebenbürgen*, 1923; Joh. Loserth, «Steiermark und das Reich im letzten Viertel des 16. Jahrhunderts», in *Zs. d. hist. Ver. f. Steiermark*, 1927, sobre a missão de Friedrich von Herberstein que vai, em 1594, pedir socorro ao Reich contra os Turcos. Sobre a vida religiosa e a penetração do protestantismo, uma abundante bibliografia que se encontrará resumida no t. III do *Manuel* de K. Bihlmeyer, p. 69; *Mémoires de Guillaume du Bellay, op. cit.*, II, p. 178. Os soldados húngaros que formam a cavalaria ligeira «a quem se dá por vezes o nome de Hussardos são considerados pelos Alemães como semibárbaros....», G. Zeller, *Le siège de Metz*, Nancy, 1943, p. 15. Sobre o abastecimento da guerra da Hungria, Johannes Müller, *Zacharias Geizkofler 1560-1567*, Viena, 1938.

defesa, a *Vormauer* da Estíria e, por isso, de todo o Estado hereditário austríaco. Não seria aliás esta defesa em comum, necessária e feita à sua custa, que iria pouco a pouco cimentar, numa unidade muito real, esse *Erbland* austríaco, até aí partilhado em pequenos Estados e pátrias diversas[39]? Em 1578, no Kulpa, elevava-se a sólida fortaleza de Karlstadt; na mesma época, Hans Lenkowitch tinha autoridade sobre a fronteira croata e eslava cuja organização era de novo definida pelo *Brucker Libell* (1578). O traço mais original era o enraizamento, ao longo da fronteira, de numerosos camponeses sérvios, que fugiam da autoridade e do território dos Turcos. Estes camponeses recebiam terras e isenções. Estavam agrupados em grandes famílias, verdadeiras companhias patriarcais e democráticas onde o Ancião repartia as tarefas militares e económicas.

Com os anos, a organização destes confins militares reforçou-se; temos talvez o direito de pensar, segundo uma nota de Busbec[40], que se tal fronteira conseguiu estabelecer-se é porque continuou durante muito tempo, até cerca de 1566 pelo menos, bastante tranquila. Tranquilidade, imobilidade parciais. Porque se nas alas, a resistência era possível, continuava a ser mais aleatória no centro da fronteira, através do enorme país descoberto da Hungria. Falámos demasiadas vezes das catástrofes destes infelizes países, da horrível confusão que provocam a sua divisão depois de 1526, das suas querelas, das suas divisões fratricidas, da sua submissão quase completa à ordem turca em 1541, para que seja necessário voltar ao assunto. Incorporada no mundo turco, a Hungria só deixava entre as mãos cristãs uma estreita faixa fronteiriça. As suas planícies e os seus rios ofereciam-se às invasões, sendo a mais importante a do Danúbio. Depois do avanço turco sobre Viena em 1529, foi preciso, para defender o que se tornara a defesa do mundo alemão, multiplicar os obstáculos artificiais ao longo dos caminhos e dos rios; criar e manter uma frota danubiana, uma centena de navios calculava já, em 1532, o *Generaloberst* do arsenal de Viena, Jerónimo de Zara. Foi o *Salzamt* de Gmünden quem recebeu a ordem de construir estes barcos, além das suas habituais barcas para o transporte do sal... Chamavam-lhes *Nassarnschiffe, Nassadistenschiffe*. No nosso francês do século XVI, trata-se de *nassades*, mas o nome de *Tscheiken*, copiado da palavra turca de *Caïque*, venceu finalmente. Existiram assim até ao século XIX, no Danúbio, *Tscheiken*, e nas suas margens *Tscheikisten*. Em 1930, durante uma festa retrospectiva em Klosterneuburg, expuseram-se ainda *Tscheiken* do tempo do príncipe Eugénio.

Com o final do século XVI estabilizou-se a grande fronteira húngara. Nunca se apaziguou. A guerrilha, com as suas incessantes incursões, as suas caças ao escravo ou ao imposto também não desviou o seu traçado. Uma zona de torres de vigia, de fortes, de castelos, de fortalezas, formou aí pouco a pouco uma rede fortificada, com malhas mais ou menos cerradas, entre as quais

[39] F. von Cochenhausen, *op. cit.*, pp. 86-87.
[40] *Op. cit.*, II, p. 82 e segs.

passavam facilmente as tropas de assalto, mas onde paravam e embaraçavam os exércitos compactos contra os quais a rede fora estendida. Aqui, como em outros lados, como na Croácia e na Eslavónia, a paz trouxe resultados organizadores, sobretudo a partir de 1568 e depois da trégua de Andrinópolis, renovada em 1574-1576 e em 1584. Esta paz relativa só foi rompida em 1593, mas vinte e cinco anos de acalmia tinham bastado para incrustar no solo a longa e durante muito tempo flexível fronteira. Em 1567, com toda a evidência, era ainda frágil: «Certamente, desse lado — escrevia Chantonnay de Viena[41] —, a Cristandade está mal coberta» tanto mais que, acrescentava Fourquevaux, os soldados alemães da Hungria são particularmente sórdidos. Os Turcos «não sentem por eles mais respeito do que pelas mulheres e derrotaram-nos de todas as vezes que se bateram»[42]. Isto era exacto em1567; e ainda o era mais em 1593, quando a guerra se vai reiniciar com o Turco. O francês Jacques Bongars[43], que visitará esta zona fronteiriça desde Raab até Neutra, na Primavera do ano de 1585, nota no seu *Journal* as múltiplas precauções da defesa cristã: só no distrito de Raab erguem-se doze fortalezas — e estamos em tempo de paz — com mais de cinco mil infantes e trezentos cavaleiros de guarnição. Em Comorn, como uma precaução suplementar, há uma oficina que fabrica balas e pólvora dentro da própria praça. As escaramuças e os combates são quotidianos ao longo de todos estes *limes*[44].

No centro do mar: nas costas de Nápoles e da Sicilia

Nas costas de Nápoles e da Sicília, a que podemos acrescentar Malta, que faz a ligação com o Magrebe, apresenta-se-nos um sector muito diferente. A sua posição, na charneira central do mar, confere-lhe o seu valor estratégico. «É a frente do mar da Itália contra o perigo turco»[45], ou seja, frente às vigias que esta possui na Albânia e na Grécia. A sua missão é ao mesmo tempo oferecer uma base às frotas hispânicas, resistir às armadas turcas, defender o seu próprio território contra os ataques dos corsários.

Brindisi, Tarento, Augusta, Messina, Palermo, Nápoles podiam servir de centros de reunião às galeras cristãs. Brindisi e Tarento talvez demasiado a Leste, Palermo e Augusta muito mais dirigidas para África do que para o Levante. Nápoles demasiado longe na sua retaguarda. A posição de Messina venceu. Foi, nas horas de perigo, a praça marítima essencial do Ocidente. A sua posição de emboscada, no seu corredor de água, as suas facilidades de abastecimento em trigo siciliano e estrangeiro, a sua proximidade de Nápoles fizeram a sua

41 *CODOIN*, CI., 7 de Junho de 1567, p. 229.
42 Fourquevaux, *op. cit.*, I, p. 239, 17 de Julho de 1567.
43 L. Anquez, *Henri IV et l'Allemagne*, pp. XXI-XXIII.
44 *Ibid.*, p. XXII.
45 A. Renaudet, *L'Italie...*, p. 12.

fortuna. De Nápoles chegavam-lhe homens, velas, bolacha, barricas de vinho, vinagre, pólvora «fina», remos, mecha e «varas» de arcabuz, balas de ferro... Quanto à posição da cidade, não avaliemos demasiado segundo as nossas ideias actuais: no tempo da primazia turca foi sempre lícito às armadas muçulmanas forçar a rota do estreito, feito que, sendo necessário, com os seus riscos e perigos, galeras isoladas ou pequenas frotas de corsários conseguiam. É que a estreita via de água era imensa, à medida dos tiros de artilharia do tempo e difícil de vigiar.

Desde o início do século XVI, Nápoles e a Sicília nas suas margens como no interior das suas terras, estão semeadas de fortalezas e de fortificações, muitas vezes fora de uso e cujos muros caem em ruínas. Raramente têm em conta a artilharia, a necessidade de lhe preparar baluartes e cavaleiros, e, prevendo a do inimigo, reforçar os muros, as trincheiras ou manter as obras à flor da terra. A destruição e a reconstrução destas fortalezas fora de moda, a construção de novos elementos representaram o trabalho de várias gerações: Catano, a partir de 1541[46], começou a juntar ao recinto medieval bastiões capazes de cruzar os seus fogos. A iniciativa só estará terminada em 1617, depois de três quartos de século de esforços e de despesas.

É nas proximidades de 1538 que este grande trabalho terá começado em todo o Mezzogiorno, em Nápoles, sob o impulso de Pietro di Toledo, na Sicília, sob o impulso de Ferrante Gonzaga. É que 1538 é o ano de La Preveza, e em que as frotas turcas, desde logo descarregam os seus poderosos golpes contra as costas de Nápoles e da Sicília, sem que seja possível detê-las no mar. A anónima *Vita di Pietro di Toledo*[47] indica que o vice-rei mandou então dar início às fortificações de Reggio, Castro, Otranto, Leuca, Gallipoli, Brindisi, Monopoli, Trani, Barletta, Manfredonia, Viesti, assim como às de Nápoles. A partir desta época, parece, construíram-se torres de vigia nas costas napolitanas. Sabemos que em 1567 havia 313 torres no Reino[48]. Ferrante Gonzaga realizou na Sicília, de 1535 a 1543[49], o mesmo que Pietro di Toledo fez em Nápoles. Mandou construir 137[50] torres nos litorais do Leste e do Sul, este defendido um pouco pela natureza, aquele exposto aos golpes dos Turcos e em breve convertido, «frente ao Império otomano, numa simples fronteira militar»[51]. Sobre esta linha nevrálgica, a partir de 1532, tinham sido iniciadas obras de fortificação em Siracusa[52]. Este era, como dirá o próprio Ferrante Gonzaga num relatório do

[46] Rosario Pennisi, «Le Mura di Catania e le loro fortificazioni nel 1621», in *Arch. st. per la Sicilia Orientale*, 1929, p. 110.

[47] *Arch. st. it.*, t. IX, p. 34.

[48] Simancas, E.° 1056, f.° 30.

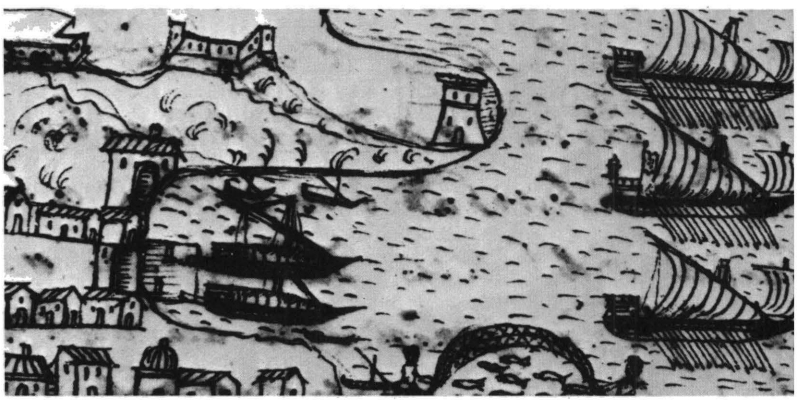
[49] G. Capasso, «Il governo di D. Ferrante Gonzaga in Sicilia dal 1535 al 1543», in *Arch. st. sic.*, XXX e XXXI.

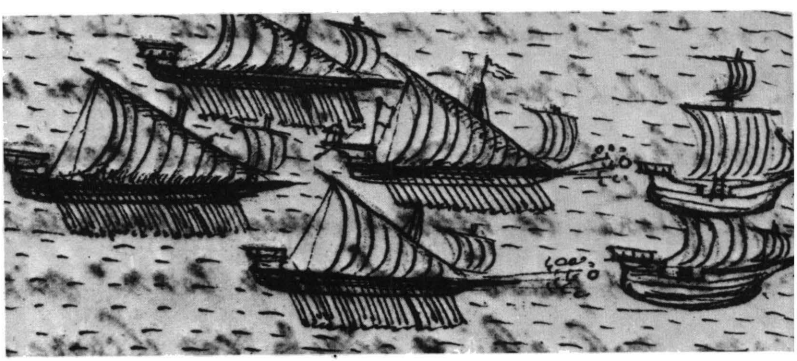
[50] G. La Mantia, «La Sicilia e il suo dominio nell'Africa settentrionale dal secolo XI al XVI», in *Arch. st. sic.*, XLIV, p. 205, nota.

[51] Hans Hochholzer, *art. cit.*, p. 287.

[52] L. Bianchini, *op. cit.*, I, pp. 259-260.

25. O CERCO DE UMA PRAÇA AFRICANA, por Vicente Carducho. Talvez o Peñon de Vélez (1564). Beleza dos tipos de navios. Madrid, Academia de S. Fernando.





26, 27, 28. GALERAS NA TEMPESTADE, NO PORTO, EM COMBATE. Segundo os desenhos de um forçado toscano por volta de 1560. Manuscrito da Biblioteca Marciana, em Veneza.

Rei[53], o único lado exposto da ilha. O lado Norte é montanhoso; o lado Sul, *la più cattiva e più fluttuosa spiaggia di quei mari*[54], não oferece nenhum reduto onde a frota inimiga possa alojar-se. O mesmo não se passa com o Leste, com as suas costas baixas, férteis, de fácil acesso. Daí a necessidade de fortificar, além de Siracusa, Catano e Messina que à sua chegada, em 1535, encontrou *abandonate et senza alcuno pensamento di defenderle*[55]. Mas ainda não estarão fortificadas quando ele as abandonar.

Não é pois num dia, nem mesmo num efémero reinado de vice-rei, que tudo pode ser mudado. Na Sicília, as fortificações continuarão sob os sucessores de Ferrante, tal como em Nápoles sob os sucessores de Pietro di Toledo. A tarefa sempre em curso[56], muitas vezes recomeçada, nunca está terminada, é cortada por ordens e contra-ordens. Dizia-se em Nápoles que cada vice-rei estava a braços com a construção das vinte fortalezas do Reino (dezanove exactamente em 1594), desfazia o que o seu predecessor tinha feito[57]; é dizer muito e não reconhecer as dificuldades. Os responsáveis são perturbados pela falta de créditos, obrigados a parar o trabalho aqui, para o iniciar mais longe, ou para reparar o que se abate (as torres de vigia na Sicília, terminadas em 1553, têm de ser reconstruídas de 1583 a 1594), retomar e modernizar uma a uma todas as fortalezas. Finalmente, é preciso estender os estaleiros mais para longe em direcção ao Ocidente, prova de que o perigo que se pretende evitar se dirige para o Oeste. O corso berberesco e as grandes viagens turcas de antes de 1558 cerca por todos os lados as posições sicilianas e napolitanas; se bem que é necessário ocupar-se a partir de então da costa do mar Tirreno, de Palermo[58], ocupar-se de Marsala[59], de Trapani[60], de Sorrento[61], de Nápoles[62], de Gaeta...

O grande perigo nem por isso deixa de estar no Leste. É sobretudo nesta direcção que funciona o sistema defensivo. Eis-nos em Nápoles, em 1560. Há um ano que estão em curso obras para fortificar Pescara[63], a ilha de Brindisi, a grande praça de Tarento[64]. Depois de discussões, revogou-se definitivamente a ordem dada, depois retomada pelo duque de Alba (enquanto era vice-rei de Nápoles, em 1557), de ter de desmantelar uma série de pequenas praças do cabo de Otranto e da terra de Bari: Nolseta, Sovenazo, Vigella, Galignano, Nola, com a condição de que estas pequenas cidades fortificassem e se guardassem a si mesmas, tudo pormenores que mostram suficientemente a dificuldade das obras e a

[53] Milão, 31 de Julho de 1546, B. N., Paris, Ital., 772, f.° 164 e segs.
[54] *Ibid.*, f.° 164.
[55] *Ibid.*
[56] Simancas, E.° 1050, f.° 136, 3 de Dezembro de 1560, e E.° 1052, f.° 10.
[57] *Arch. st. it.*, t. IX, p. 248; Simancas, E.° 1051, f.° 68.
[58] 2 de Maio de 1568, Simancas, E.° 1132; 1576, Simancas, E.° 1146, a questão está sempre na ordem do dia.
[59] G. La Mantia, *art. cit.*, p. 224, nota 2.
[60] L. Bianchini, *op. cit.*, I, p. 55.
[61] Conforme foi saqueada pelos Turcos, 31 de Janeiro de 1560, Simancas, E.° 1050, f.° 14.
[62] 26 de Fevereiro de 1559, Simancas, E.° 1049, f.° 91.
[63] Fourquevaux ao corrente, 29 de Dezembro de 1565, Fourquevaux, *op. cit.*, I, p. 36.
[64] G. C. Speziale, *Storia militare di Taranto*, Bari, 1930.

imperfeição da linha defensiva. De igual modo, antes do Verão, reforçam-se estas diversas praças fortes. A milícia de Nápoles fornece de oito a dez mil homens e poderia fornecer vinte mil. Como tem de atravessar o Reino e alojar-se aí, alegram-se que sejam soldados da região e não estrangeiros[65]. Colocam-se assim, em Maio de 1560, quinhentos soldados de infantaria em Manfredonia, setecentos em Barletta, seiscentos em Trani, quatrocentos em Bisceglie, trezentos em Monopoli, mil em Brindisi, mais três companhias de Espanhóis no forte, quinhentos milicianos em Tarento, oitocentos em Otranto, oitocentos em Cotrone. Além disto, um milhar de homens armados e duzentos cavaleiros são alojados na Púglia e seis mil Italianos retirados para constituírem uma reserva onde se irão buscar em caso de ataque[66]. Ao mesmo tempo que se ocupa o litoral e se reforçam as praças fortes, vela-se pela evacuação dos *lugares abiertos*, quer dizer, as cidades e aldeias da costa. Na Sicília, em 1573, o painel de defesa não pode alargar-se a toda a ilha[67] e contentaram-se em guardar Messina, Augusta, Siracusa, Trapani e Milazzo, abandonando momentaneamente, por demasiado fracas, Taormina, Catano, Terranova, Licata, Girgenti, Sciacca, Mazzara, Marsala, Castellammare, Termini, Cefalù e Patti...

Estas são as ocupações de Verão (com aproximação do Inverno todo o sistema recua) dos vice-reis da Sicília e de Nápoles até cerca dos anos 1580 e mesmo depois. Nesta época, a ameaça turca era menos viva e sentir-se-á mais o peso destes encargos militares, nomeadamente na Sicília onde a cavalaria (guarda essencial da ilha montanhosa) devora literalmente os rendimentos do Reino. Em geral, se se pretende exactamente considerar ainda momentaneamente esse sensato sistema de defesa, a massa de homens que emprega, as engrenagens complicadas de estafetas, de ligações, de sinais ópticos que ele implica, não se ficará admirado com as surpresas desagradáveis dos Turcos, ocupados com esta defesa maleável. Se, na generalidade, 1538 marca o início deste tortuoso sistema de defesa, é só depois de 1558 que parece estar em ordem[68]. A sua eficácia é assinalada pelos Venezianos. Em 1583, um relatório do Provedor da frota, Niccolò Suriano, declara: «Ainda não há muito tempo que toda a costa da Púglia, desde o Cabo de Santa Maria até Tronto, possuía muito poucas torres de vigia. As fustas turcas também costeavam sem cessar essas margens, provocando grandes prejuízos à navegação e aos territórios, e contentando-se com estas boas ocasiões, não penetravam no coração do Golfo. Agora, por causa destas torres, acontece que a gente da terra está defendida... e os pequenos barcos navegam com muita segurança durante o dia. Se surge um barco inimigo, podem esconder-se sob as torres onde ficam em segurança, corajosamente defendidos

[65] 10 de Janeiro de 1560, Simancas, E.° 1050, f.° 9; *Ordenanzas de la milicia de Napoles* (1563), imp. Simancas, E.° 1050, f.° 54.

[66] Simancas, E.° 1050, f.° 43 (18 de Maio de 1560); disposições análogas em 1561, Simancas, E.° 1051, f.° 52 (5 de Abril de 1561).

[67] E. Albèri, *op. cit.*, II, V, p. 483.

[68] Ver assim um registo das guarnições costeiras em Nápoles em Maio de 1567; Simancas, E.° 1056, f.° 67; na Sicília, em 1583 ou 1585, Simancas, E.° 1154.

pela artilharia de que estão bem fornecidas. Se bem que presentemente as fustas ultrapassem o monte de Ancona, seguras de encontrar boas presas sem grande risco.» E como nesta altura são os barcos venezianos que são tomados, em vez dos barcos espanhóis em rota para Nápoles, compreende-se bem o sentido deste discurso e as suas conclusões, a saber: que o Papa e os duques de Ferrara e de Urbino deveriam exactamente fazer torres de vigia, semelhantes às do Reino de Nápoles[69]. Será para desdenhar assim do trabalho dos vice-reis espanhóis?

A defesa das costas de Itália e de Espanha

A linha napolitana e siciliana, prolongada pela ligação poderosa de Malta até à costa da Berberia onde o presídio de La Goleta será solidamente implantado até 1574, não é geralmente ultrapassada pelas armadas turcas. Não quer dizer que seja capaz de as deter. Mas, reunido o seu saque, os Turcos raramente pensam em ir mais longe. Todavia, nada os impede disso, quando o desejam, tal como não é impedido o movimento entre a Turquia e a Berberia. Por outro lado, o corso argelino está activo. Muito ao longe, a Cristandade tem pois de defender as suas costas, equipá-las com torres e fortalezas, organizar-se profundamente...

Tal como as obras de defesa da Sicília, esta muralha não se ergue num dia; é erguida, é deslocada, é modernizada. Quando? Como? É difícil precisá-lo. Em 1563[70], aconselha-se que seria preciso substituir as velhas torres de Valência, por obras novas onde a artilharia encontraria lugar. Em Barcelona, trata-se imediatamente de saber quem deverá pagar: o Rei, a cidade, a *Lonja*[71]? Em Maiorca, em Agosto de 1536[72], vigias assinalam velas inimigas do alto das *atalayas*. Portanto, nesta época, existem torres na ilha. De quando datam? Em 1543, levantam-se fortificações em Alcudiat, mas que fortificações? Do mesmo modo, quando se constroem, na Córsega, as torres de vigia redondas, que é preciso distinguir das torres quadradas das fortificações aldeãs[73]? Será a partir de 1519-1520 que se organiza em Valência uma guarda costeira, baseada no modelo da Santa Hermandad[74], com «relógios» e serviços de alerta? Pouca coisa neste caso, dado que, em 1559, Filipe II, de Bruxelas, se espanta que apenas existam seis homens na fortaleza de Alicante[75]. Em 1576, ainda se fazem projectos sobre a fortificação de Cartagena[76]. Pelo contrário, em Granada, em

[69] V. Lamansky, *op. cit.*, pp. 600-601.

[70] 31 de Março de 1563, referência de arquivo perdida.

[71] A. de Capmany, *op. cit.*, IV, apêndice, p. 84, 20 de Julho de 1556.

[72] 29 de Agosto de 1536, A. N., K 1690.

[73] P. B., «Tours de guet et tours de défense. Constructeurs de tours», in *Petit Bastiais*, 19 de Junho-14 de Julho de 1937.

[74] K. Häbler, *Gesch. Spaniens*, t. I, pp. 26-27.

[75] 31 de Março de 1559, Simancas, E.° 137.

[76] *CODOIN*, II, p. 183.

1579, há um serviço de defesa das costas, sob a direcção de Sancho Dávila, *Capitán general de la costa*[77]. Talvez porque este sector provoca receios particulares. Do mesmo modo, a Sardenha, obrigada a pensar na sua defesa (temos os projectos pormenorizados da fortificação da ilha cerca de 1574[78]) constrói torres sob o governo do vice-rei, D. Miguel de Moncada, cerca de 1587[79]. A par dos bancos de coral da ilha, os pescadores refugiam-se por detrás destas torres e utilizam a artilharia para se defenderem[80].

É claro que estas obras nunca estão terminadas. Há sempre alguma coisa para completar a fim de assegurar a protecção dos *poveri naviganti*[81] e dos habitantes das costas. E no conjunto, trata-se de obras a uma escala muito mais pequena do que aquelas de que falávamos mais acima. As costas de Espanha recebem muitas vezes a visita dos corsários sobretudo berberescos, mas têm pouco que temer das esquadras de Constantinopla. E, de qualquer modo, isto é muito diferente.

Nas costas da África do Norte

Na África do Norte o problema defensivo coloca-se com mais clareza do que em outras partes[82]. Não é mais simples, mas é melhor conhecido. Por muito estreita que seja, a cadeia dos presídios mistura-se com as histórias das regiões que delimita: é uma confluência. Daí as múltiplas luzes que iluminam e precisam os pormenores e o conjunto do problema. Estabelecidas na época de Fernando o Católico, sobretudo de 1509 a 1511, as *fronteras* foram então estabelecidas na margem de um país arcaico, inconsistente, incapaz de se defender. Só, talvez, as preocupações do Aragonês, demasiado tentado pelas riquezas de Itália, impediram a Espanha de se apoderar das profundezas da região do Magrebe. Mas a ocasião perdida já não voltou a apresentar-se. A partir de 1516, os Barba-Roxa implantavam-se em Argel; em 1518, colocavam-se sob a protecção do Sultão; em 1529, a sua cidade libertava-se da pequena fortaleza perturbadora do Peñon, que os Espanhóis possuíam desde 1510. Antes desta data, Argel tinha irradiado por todo este país frusto do Magrebe Central, lançando para aí

---

[77] *CODOIN*, XXXI, pp. 162, 165, 169. J. O. Asin, artigos in *Boletin de la R. Academia Española*, 1928, XV, pp. 347-395 e 496-542 e *Bulletin Hispanique*, XXXV, 1933, pp. 450-453 e XXXIX, 1937, pp. 224-245. Cf. igualmente Mariano Alcocer Martinez, *Castillos y fortalezas del antiguo reino de Granada*, Tânger, 1941; A. Gamir Sandoval, *Organización de la defensa de la costa del Reino de Granada desde su reconquista hasta finales del siglo XVI*, Granada, 1947.

[78] Relacion de todas las costas del Reyno de Cerdaña (s. d.), Simancas, E.° 327, documento de uma extrema importância, posterior a 1574.

[79] Francesco Corridore, *op. cit.*, p. 18.

[80] F. Podesta, *op. cit.*, p. 18.

[81] 20 de Março de 1579, A. d. S., Génova, L. M., Spagna 82417.

[82] Fernand Braudel, «Les Espagnols et l'Afrique du Nord», in *Revue africaine*, 1928; «Les Espagnols en Algérie», in *Histoire et Historiens de l'Algérie*, 1930. Desde este artigo, apenas uma contribuição de conjunto, Robert Ricard, «Le Problème de l'occupation restreinte dans l'Afrique du Nord (XVe-XVIIIe)», in *Annales d'histoire économique et sociale*, 1937, pp. 426-437.

as suas rápidas colónias, instalando aí as suas guarnições, aproveitando para si os tráficos desta ampla zona intermédia. Desde então, um país mantido de dentro opõe-se aos Espanhóis e ameaça-os. As grandes expedições de Carlos V contra Tunes, em 1535, contra Mostaganem, em 1558, nada alteraram a esta situação. Aliás, depois da derrota contra Mostaganem, que originou o abandono de vastos projectos de aliança marroquina, começava uma outra época, a terceira época dos presídios.

Inaugurada por Filipe II, está sob o signo da prudência e do cálculo, já não da aventura. Claro que os grandes projectos de expedição africana não deixam de florescer. Mas delibera-se muito e age-se pouco sobre pontos que se sabe, que se julga pelo menos, particularmente fracos. É o caso da expedição de Trípoli que acaba numa catástrofe em Djerba, em 1560. Ela é ainda mais do que do soberano, o feito do vice-rei da Sicília, o duque de Medina Celi, e do Grão-Mestre de Malta. A grande tentativa contra o Peñon de Velez, montada com mais de cem galeras em 1564, é a montanha que dá à luz um rato. O ano de 1573, a retomada de Tunes por D. João de Áustria e a obstinação deste último em conservar a sua conquista, contra seu irmão e os seus conselheiros que apenas desejam a evacuação e o desmantelamento da praça, é um brusco avanço de megalomania, breve ressurgimento dos tempos de Carlos V como houve alguns na história do Rei Prudente...

Na verdade, pacientemente, por meio de uma política contínua, sem brilho, mas eficaz com o tempo, entre os anos de 1560-1570, reforçou-se e desenvolveu-se a linha dos presídios. Argamassa, cal, tijolos, barrotes, pranchas de madeira, pedras, cestos com terra para as trincheiras, pás, alviões, eis do que falam as cartas dos presídios. A par da autoridade dos capitães das praças, aumentam o papel e a autoridade do *veedor*, esse «ecónomo», esse tesoureiro pagador. E também a do engenheiro, esse civil, que nem sempre deixa de provocar conflitos. Giovanni Battista Antonelli será assim encarregado de obras em Mers el Kebir[83] e um outro italiano, Il Fratino (que Filipe II empregará também em Navarra) deslocará em bloco o antigo presídio de Melilla para o recolocar perto da sua lagoa. Dois desenhos seus, conservados em Simancas, dão a perspectiva da pequena praça, no seu novo local, minúsculo amontoado de casas em redor da igreja, frente à costa abrupta, imensa. Il Fratino trabalhou igualmente em La Goleta[84], o que lhe valeu relatórios muito tempestuosos com o

---

[83] Juan Baptista Antoneli a Eraso, Mers el Kebir, 29 de Março de 1565, Simancas, E.° 486. Em conflito com F. de Valencia, F. de Valencia ao Rei, Mers el Kebir, 8 de Fevereiro de 1566, Simancas, E.° 486.

[84] Sobre as fortificações de La Goleta, Alonso Pimentel ao Rei, 29 de Maio de 1566, Simancas, E.° 486; 9 de Junho de 1565, *ibid.*; Luis Scriva ao Rei, 7 de Agosto de 1565, *ibid.*, a fortificação «va de tel arte que a bien menester remedio»; Filipe a Figueroa, 5 de Novembro de 1565, Simancas, E.° 1394, decidiu fortificar La Goleta, pede emprestados 56 000 escudos a Adam Centurione; Fourquevaux ao corrente, 24 de Dezembro de 1565, anuncia a partida de Fratino e de carpinteiros, *op. cit.*, I, pp. 10 e 19; *Lo que se ha hecho en la fortificacion de la Goleta; Instruction sopra il disegno della nova fabrica della Goleta*, 1566, Simancas, E.° 1130; Filipe II a D. Garcia de Toledo, Madrid, 16 de Fevereiro de 1567, ordem de enviar 50 000 escudos a Figueroa para os mandar imediatamente para La Goleta, Simancas, E.° 1056, f.° 88; Fourquevaux, 30 de Setembro de 1567, *op. cit.*, I, p. 273.

governador Alonso Pimentel, querela típica de gente reclusa, agudizada até ao assassínio, com denúncias recíprocas[85]!... Mas isso não impediu que o presídio crescesse; em redor do primitivo rectângulo bastonado da «velha Goleta», as estampas de 1573 e de 1574 mostram todo um ornamento de fortificações novas, terminadas desde o Verão de 1573[86]. Acrescentemos um moinho de vento, armazéns, cisternas, «cavaletes», sobre os quais se coloca uma poderosa artilharia de bronze. Porque a artilharia é a força, a razão de ser das fortalezas de África.

No tempo de Filipe II os presídios aumentam, enchem-se de fortificações novas, devoram os materiais de construção trazidos muitas vezes de muito longe (em Mers el Kebir, um barco desembarca cal de Nápoles), exigem sem parar novos «pioneiros», *gastadores*. Orão e o seu anexo de Mers el Kebir — que em 1580 se converterá numa obra-prima do género — são um formigueiro. No final do século já não é uma fortaleza, mas uma zona fortificada organizada ao preço de grandes despesas e de esgotantes obras. O soldado, como o vulgar *gastador*, maneja aí pá e enxada. Diego Suárez, esse soldado cronista de Orão que trabalha no Escorial durante a sua juventude, não tem palavras para enaltecer a obra realizada. É tão bela como o Escorial, resume. Mas esta excepcional obra-prima só se construiu nos últimos anos do reinado de Filipe II, tendo, em 1574, corrido um risco singular... O governo espanhol estava então à beira da segunda bancarrota do reinado, a de 1575. Na Tunísia, D. João de Áustria, que acabava de tomar Tunes, mantinha-se aí contrariamente às suas instruções[87] e a sua teimosia terminava na catástrofe de Agosto-Setembro de 1574 que permitiu aos Turcos tomarem ao mesmo tempo La Goleta e Tunes. Este duplo fracasso demonstrava que estas duas fortalezas, partilhando o abastecimento da metrópole, se tinham finalmente unido uma à outra. Daí a pensar que o duplo presídio de Orão e de Mers el Kebir, que eram unidos por um mau caminho terrestre de uma légua, impraticável para a artilharia, era talvez também ele um erro, bastava um passo. A investigação do príncipe Vespasiano Gonzaga, terminada no local em Dezembro de 1574[88], concluía com a necessidade de abandonar Orão, que se desmantelaria e arrasaria, para consagrar toda a força do presídio em Mers el Kebir, melhor situado e dispondo de um bom porto. «La Goleta — escrevia o investigador perdeu-se no dia em que Tunes nos pertenceu.» Fortificar Orão? Não conseguiriam fazê-lo todos os engenheiros do mundo, a menos que aí erguessem uma enorme cidade. Ora, justamente, passado o alerta, é esta «enorme» cidade[89] que os Espanhóis cavaram pacientemente na rocha,

---

[85] El Fratin ao Rei, La Goleta, 5 de Agosto de 1566, Simancas, E.° 486.

[86] 20 de Maio de 1573, Simancas, E.° 1139.

[87] Ver infra, terceira parte, capítulo IV.

[88] Vespasiano Gonzaga a Filipe II, Orão, 23 de Dezembro de 1574, Simancas, E.° 78, ver sobre o seu regresso, B. N., Paris, Esp. 34, f.° 145 v.°; Mediceo 4906, f.° 98; consulta do Conselho de Estado, 23 de Fevereiro de 1575, E.° 78 (ou o recuo sobre Mers el Kebir ou a fortificação de Arzeu).

[89] Sobre os trabalhos de Orão e de Mers el Kebir, Diego Suárez, *op. cit.*, pp. 27-28 (em trinta anos as fortificações de Orão custaram três milhões) pp. 148-149, 209, 262.

preparando o quadro de segurança onde florescerá mais tarde a «Corte chica», a pequena Madrid oranesa, como se dirá no século XVIII, com algum exagero...

A queda dos pontos de apoio da Tunísia, em 1574, não teve as consequências que se teriam podido temer. Nenhuma catástrofe se seguiu em relação à Sicília e a Nápoles. É certo que estas se serviram da arma que lhes restava: as suas esquadras de galeras[90]. Em 1576, o marquês de Santa Cruz, com as galeras de Nápoles e de Malta, conduzia uma expedição punitiva nas margens do Sahel tunisino e saqueava as ilhas Kerkenna, apoderando-se dos indígenas, dum gado abundante, incendiando as casas, deixando por detrás de si desgastes de mais de vinte mil ducados. Repentinamente, todas as costas do Sahel se esvaziaram dos seus habitantes e uma galeota reforçada foi dar o alarme até Constantinopla[91]. As esquadras móveis tinham vantagem. Parece que os Espanhóis o compreenderam então e deliberaram que a melhor defesa das costas ameaçadas era deitar ao mar galeras, em vez de as deixar, como se fizera demasiadas vezes antes dos anos 1570, cuidadosamente agrupadas em Messina, à espera dos ataques turcos. Muitos projectos de reconquistas foram adiantados depois da queda de Tunes. Um deles, em 1581, estabelece de início: em primeiro lugar, ser forte no mar[92]... Era, finalmente, depois de muitas voltas, o que se chama começar pelo princípio.

Este novo modo de defesa — pela agressão — arriscava mesmo ser mais vantajoso do que antigamente por causa do restabelecimento económico do Magrebe. Uma relação espanhola de 1581[93] assinala Bona como uma cidade populosa, fabricando faiança muito bela, exportando manteiga, lã, mel e cera; Bugia ou Cherchell como portas de saída para os produtos agrícolas da sua província que a enorme praça comercial de Argel não absorve totalmente, de tal modo que, mais perto ainda da cidade dos *raïs*, no estuário do Oued el Harrach e na ponta do cabo Matifu, barcas vêm buscar lã, trigo, aves domésticas para a França, Valência e Barcelona. Estas precisões juntam-se àquilo que diz Haedo da actividade do porto de Argel, pela mesma época de 1580... Portanto, ao longo das duras e inospitaleiras costas do Magrebe, há, ao contrário do que acontecia antes, presas numerosas e lucrativas. Além disso, o método não será mais económico do que o dos presídios? Um relatório financeiro[94], a situar entre os anos de 1564-1568, faz o balanço das despesas dos presídios desde o Peñon de Velez, recuperado a Oeste em 1564, até La Goleta (Trípoli perdida em 1551 e Bugia tomada pelos Argelinos em 1555 faltam à chamada). O soldo das guarnições estabelece-se deste modo: o Peñon doze mil ducados, Melilla

---

[90] O facto bem visto por E. Pellissier de Raynaud, «Expéditions et établissements des Espagnols en Barbarie», in *Exploration scient. de l'Algérie*, t. VI, 1844, in-8.°, pp. 3-120. Cf. também B. N., Paris Ital. 127, f.° 72.

[91] Relacion de lo que se hizo en la isla de los Querquenes, Simancas, E.° 1146.

[92] Relation de todos los puertos de Berberia que deben de ganarse y fortificarse, Simancas, E.° 1339.

[93] *Ibid.*

[94] Relacion de lo que monta el sueldo de la gente de guerra que se entretiene en las fronteras de Africa, Simancas, E.° 486.

dezanove mil, Orão e Mers el Kebir noventa mil, La Goleta oitenta e oito mil. Ou seja, um total de 209 000 ducados[95]. Notar-se-á a despesa relativamente grande de La Goleta: a sua guarnição, forte de um milhar de homens, efectivo normal, mais um milhar, efectivo extraordinário, custa tanto como o duplo presídio oranês, que conta então 2700 soldados e 90 cavaleiros. É que o soldo atribuído ao infante de Orão (mil maravedis por mês) é mais baixo *por ser la tierra muy barata*, sendo aí a vida barata[96]. A Oeste, só a guarnição do Peñon tem o alto pagamento de Itália[97]...

Este número de duzentos mil ducados diz respeito apenas às despesas de pessoal, ao que se acrescenta uma infinidade de outras despesas. Há a manutenção e a construção das fortificações: Filipe II envia também para a construção da nova Goleta cinquenta mil ducados em 1566, e de novo cinquenta mil ducados dois anos mais tarde, não sendo esses dois envios forçosamente os únicos. Há, além disso, o abastecimento em munições que é muito dispendioso. Por exemplo, em 1565, um envio[98] só para La Goleta, eleva-se a 200 q de chumbo, 150 de corda para arcabuzes, cem de pólvora fina (a vinte ducados o quintal), mil cestos para terra, mil pás com os seus cabos, elevando-se tudo a 4665 ducados, sem contar as despesas de transporte. Ora, em 1560, para um envio da mesma ordem de grandeza, foi preciso utilizar oito galeras. Para as construções, cada presídio tinha a sua caixa pessoal, sobre a qual se retirava, sendo disso o caso, para se reembolsar em seguida. Valeria a pena estudar detalhadamente estes orçamentos. Poder-se-ia elaborar (independentemente da primeira entrega de fundos exigida pela própria conquista, quinhentos mil ducados por exemplo para a tomada do Peñon, em 1564, não incluindo as despesas da frota) o pesado balanço destas minúsculas fortalezas, constantemente a concertar, a consolidar ou a alargar, a abastecer, a alimentar...

Para comparar, notemos que na mesma época, a guarda das Baleares (todavia muito ameaçadas) só custa 36 000 ducados e o mesmo a guarda da costa entre Cartagena e Cádis. Quanto à manutenção anual de uma galera, é então de sete mil ducados. A guarda dos presídios imobiliza, entre 1564 e 1568, cerca de 2500 homens a título de guarnições normais (2850) e 2700 a título extraordinário (ou seja, transportados na Primavera, retirados no início do Inverno, em princípio pelo menos, porque os atrasos nas chegadas e mais ainda nas partidas são frequentes). Cinco mil homens, mais do que o Rei Católico mantém em todo o Reino de Nápoles[99]! Sem querer entrar em cálculos e considerações destes *speculativi* de que fala um agente genovês, poderá dizer-se que talvez tivesse

---

[95] B. N., Paris, Dupuy 22.

[96] Filipe II a Peralte Arnalte, Escorial, 7 de Novembro de 1564, Simancas, E.° 144, f.° 247.

[97] Em 1525, a despesa total dos presídios calculada em 77 000 ducados, E. Albèri, *op. cit.*, I, II, p. 43. Em 1559, a manutenção avaliada muito pesada, sem mais, E. Albèri, *op. cit.*, I, III, p. 345.

[98] Simancas, E.° 1054, f.° 170.

[99] Onde o número é variável: 2826, Abril de 1571, Simancas, E.° 1060, f.° 128; 3297, 11 de Maio de 1578, Simancas, E.° 1077.

sido preferível manter trinta galeras do que os presídios de África? O mérito destes números, em todo o caso, é mostrarem, sem sombra de dúvida, a importância do esforço que a Espanha fez, frente às costas berberescas.

Os presídios, «à falta de melhor»

Robert Ricard[100] pergunta-se se esta solução, «à falta de melhor», não se prolongou fora da estação. No México, Cortês, ao desembarcar, incendiava os seus barcos: precisava triunfar ou morrer. Na África do Norte, pôde sempre contar-se com o barco portador de água, de peixe, de tecidos ou de *garbanzos*. A intendência encarregava-se de abastecer e alimentar os seus soldados... A superioridade técnica do Cristão, permitindo-lhe colocar e manter presídios «onde se defendia com o canhão», dispensou-o de um esforço mais directo e mais lucrativo? Sim, em certa medida. Mas o país também se defendeu pela sua imensidade e pela sua aridez. É impossível viver aí, como os conquistadores da América, empurrando na sua frente manadas de bois e varas de porcos. Pensou-se em colocar aí homens; desde a época de Fernando o Católico, tratou-se de povoar as cidades de Mouriscos castelhanos; cerca de 1543 pensou-se colonizar o cabo Bom[101]. Mas, como viveriam os transplantados? E nesta Espanha aventureira que a América e os bons albergues de Itália atraem, onde encontrar os homens? Pensou-se também em animar economicamente estas cidades-fortalezas, ligar-lhes fosse como fosse o vasto interior de que teriam podido viver. Houve, na época de Fernando o Católico, depois de Carlos V, uma curiosa política económica[102] para desenvolvimento das escalas norte-africanas, com o propósito de aí dar um importante lugar aos navios catalães e obrigar a arribarem aí as galés venezianas. Em vão aliás... Em 1516[103], a duplicação dos direi-

---

[100] *Art. cit.*, supra, p. 220, nota 82, e *Bulletin Hispanique*, 1932, pp. 347-349.

[101] Memorial de Rodrigo Cerbantes, Contador de La Goleta (cerca de 1540), *Rev. Africaine*, 1928, p. 424.

[102] Os privilégios norte-africanos concedidos aos veleiros catalães; pragmática de 8 de Dezembro de 1511, dada em Burgos, pragmática nova concedida pela Rainha Germana em 1512; *Real executoria* dada em Logroño nesse mesmo ano de 1512 contra os oficiais de África; nomeação de um cônsul para Tripoli; protestos ainda em 1537 nas Cortes de Monzon contra os governadores de África..., A. de Capmany, *op. cit.*, I, 2, pp. 85-86, II, pp. 320-322. Mas as correntes norte-africanas desviam-se dos portos cristãos ou tripolitanos, M. Sanudo, *Diarii*, XXVII, col. 25 (desvio para Misurata ou Tadjura); verdade oranesa, *CODOIN*, XXV, p. 425, Karl J. von Hefele, *op. cit.*, p. 321 (massacre dos mercadores cristãos em Tlemcen em 1509), caravanas que vão para Bona, em 1518, La Primaudaie, *art. cit.*, p. 25. Creio que em relação à política espanhola a respeito do negócio veneziano entre a África do Norte e a Espanha dá-se a nota justa, até maior informação, em H. Kretschmayr, *op. cit.*, II, p. 178, tentando a Espanha fazer passar em 1516 por Orão esse comércio entre África do Norte e Ibéria. Daí a duplicação dos direitos de alfândega nos portos espanhóis que arruinaria o comércio veneziano. Em 1518, Veneza (C. Manfroni, *op. cit.*, I, p. 38) tentaria em vão forçar a porta oranesa; o facto liga-se mal com o que apercebemos da questão. Mais tarde, Carlos V ao tomar Tunes (1535) praticará a política da porta aberta, J. Dumont, *op. cit.*, IV, 2.ª parte, p. 128, Jacques Mazzei, *Politica doganale differenziale*, 1930, p. 249, nota 1. Sobre estas questões económicas, por detrás da «cruzada» hispânica, toda uma imensa investigação está por fazer. Cf. o precioso estudo de Robert Ricard, «Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)», in *Ann. de l'Inst. d'Ét. Orientales*, t. III, 1937.

[103] G. Cappelletti, *Storia della Repubblica di Venezia*, VIII, pp. 26-27.

tos de alfândega, nos portos mediterrânicos da Península, não obrigará os navios venezianos a concentrarem o seu comércio de África em Orão. Por si só, as correntes comerciais do Magrebe desviaram-se dos presídios espanhóis e preferiram, como pontos de saída, Tadjura, Misurata, Argel, Bona, todos portos ou praias que escapavam ao controlo dos Cristãos. O tráfico destes portos livres marca, à sua maneira, o fracasso das *fronteras* espanholas, tal como em Marrocos, com o final do século XVI, a fortuna dos portos marroquinos de Larache, Salé, o Cabo de Gué sublinha o afundar dos pontos de apoio portugueses, feitorias que durante muito tempo tinham sido prósperas. De igual modo, o comércio entre a Espanha e a África do Norte[104] — se não nos enganamos, muito mais inflectido para o Atlântico marroquino do que para a Berberia mediterrânica — pode exactamente animar-se de novo depois dos anos 1580, levar até às margens africanas, tecidos (panos, sedas, veludos, tafetás, panos rústicos), cochinilha, sal, perfumes, laca, coral, açafrão, milhares de dúzias de gorras, simples ou duplas, de Córdova ou de Toledo, trazer dos países berberescos açúcar, cera, sebo, couros de vaca ou de cabra ou até mesmo oiro, todas estas trocas (tirando algumas passagens por Ceuta e Tânger) se fazem fora dos presídios. Estes estão mais ou menos fora dos circuitos comerciais. Nestas condições, os presídios, tendo apenas em mãos o comércio dos bufarinheiros e dos taberneiros, não prosperaram nem se multiplicaram. Contentavam-se simplesmente em não morrer.

A vida dos presídios só podia ser miserável. Com a humidade, os víveres apodrecem, os homens morrem de febre[105]. O soldado passa fome durante todo o ano. Durante muito tempo, o abastecimento faz-se por mar, em seguida, mas apenas em Orão, as terras circunvizinhas fornecerão carne e trigo, complemento regular no extremo final do século[106]. As guarnições vivem geralmente como as tripulações dos navios, sem saber o que comerão no dia seguinte.

A estação reguladora de Málaga, com os seus *proveedores*[107], auxiliada por vezes pelos serviços de Cartagena, assegura o abastecimento do sector Oeste, Orão, Mers el Kebir e Melilla. Que tenham aí existido erros de serviço, prevaricações, temos disso a prova e o contrário seria para admirar. Não aumentemos estes factos veniais. O tráfico de Málaga é considerável. Tudo, por meio dos seus cuidados, é encaminhado para a África: munições, víveres, materiais

---

[104] Além de Haedo, *op. cit.*, p. 19, B. N., Paris, Esp. 60, f.os 112-113; 18 de Junho de 1570, Simancas, E.° 334; *CODOIN*, XC, p. 504, Riba y Garcia, *op. cit.*, p. 293; Investigação sobre o comércio na Berberia, 1565, Simancas, E.° 146; 1598, Simancas, E.° 178; 4 de Novembro de 1597, Simancas, E.° 179; 26e 31 de Janeiro de 1597, *ibid.*, 18 de Julho de 1592, A. N., K 1708. Em 1565, de Cádis, trinta navios partem para Marrocos. Em 1598, exportam-se cerca de sete mil dúzias de *bonetes*.

[105] Pescaire ao Rei, Palermo, 24 de Dezembro de 1570, Simancas, E.° 1133, os hospitais de Palermo cheios de doentes de La Goleta.

[106] O duque de Cardona ao Rei, Orão, 18 de Junho de 1593, G. A. A. Série C 12, f.° 81.

[107] Cartas muito numerosas destes *proveedores* conservadas em Simancas nos *legajos* E.° 138, 144, 145; 7, 21, 28 de Janeiro, 14 de Fevereiro, 6 de Março de 1559; E.° 138, f.os 264, 265, 266, 276, 7 de Janeiro, 14 de Setembro, 25 de Setembro, 29 de Novembro, 17 de Novembro, 31 de Dezembro de 1564; E.° 144, f.os 22, 91, 96, 278; E.° 145, f.os 323 e 324. Esta série Castilla não está em ordem e os fólios não correspondem a uma classificação numérica.

de construção, soldados, forçados, jornaleiros, prostitutas[108]. Abastecimentos e transportes colocam grandes problemas. Como em relação ao trigo: é preciso comprá-lo, mandá-lo vir do interior, em récuas de burros[109], meio de transporte muito dispendioso. Dos armazéns da intendência ao porto, depois do porto para os presídios, novas tarefas, novas demoras. O mar está cheio de piratas. É portanto no Inverno, quando o corso pára, que se aventuram a lançar sobre Orão um *corchapin*, duas ou três barcas, uma tartana, até mesmo um galeão marselhês ou veneziano[110] sobre o qual se lançou o embargo e que se obriga a transportar os víveres ou as munições. Mais uma vez, a barca é tomada por galeotas de Tetuão ou de Argel e é uma felicidade se se pode resgatá-la aos corsários, no momento em que, segundo o seu costume, ancoravam ao abrigo do cabo Falcão. Tanto o pirata como a intendência negligente, têm a responsabilidade das fomes contínuas dos presídios do Oeste.

La Goleta não tem um destino diferente e todavia tem a oportunidade de estar perto dos inesgotáveis celeiros de pão, de vinho, de queijo, do grão-de-bico napolitano e siciliano. Mas não passa quem quer, e quando quer, o estreito canal da Sicília. Quando Pimentel, em 1569, toma o comando de La Goleta, a praça já só tem, para o quotidiano, as suas reservas de queijos. Não tem pão nem vinho. Evidentemente, as intendências de Itália estão lá para alguma coisa. Será dela ou de Espanha que a guarnição terá recebido dois mil pares de calçado, em bom coiro de Espanha, mas de medida pequena[111]?

Além disso, a organização interna não é favorável ao bom andamento dos presídios. É o que deixa aperceber o regulamento de 1564 em Mers el Kebir[112]. O fornecimento dos víveres aos soldados é feito pelos armazenistas, ao preço fixado pelas listas de envio das mercadorias[113], e muitas vezes a crédito: é o perigoso sistema dos adiantamentos sobre o soldo, ocasião de dívidas incríveis para os soldados que compram sempre a crédito aos mercadores que passam. Por vezes, em caso de dificuldades ou de cumplicidade das autoridades locais, os preços aumentam desmedidamente. Para não saldarem as suas dívidas insustentáveis, soldados desertam e passam para o Islão. O que agrava tudo, é que o soldo é menos elevado em África do que em Itália. Mais uma razão, quando embarcam as tropas destinadas aos presídios, para não lhes dizer previamente o seu destino e, quando aí chegam para não as retirar. Assim, Diego Suárez passará vinte e sete anos em Orão, apesar de várias tentativas para fugir como passageiro clandestino, nas galeras. Só os doentes podem regressar da malfadada zona até aos hospitais da Sicília e de Espanha. De igual modo, os presídios são

---

108 Evidentemente é proibido trazê-los, com esses soldados contagiosos, ou os padres disfarçados de soldados. La orden ql Señor Francisco de Cordoba... Valladolid, 23 de Junho de 1559, Simancas, E.° 1210, f.° 37. Uma cortesã espanhola em La Goleta e em Tunes, Isabella de Luna, M. Bandello, *op. cit.*, VI, p. 336.

109 Simancas, E.° 145, f.os, 323 e 324, 25 de Setembro de 1564.

110 R. de Portillo ao Rei, Mers el Kebir, 27 de Outubro de 1565, Simancas, E.° 486.

111 Cerca de 1543, relatório de Rodrigo Cerbantes, G. G. A. Série C. Maço 3, n.° 41.

112 Relacion de lo que han de guardar los officiales de la fortaleza de Melilla, 9 de Abril de 1564, Simancas, E.° 486.

113 Diego Suárez, 28 de Julho de 1571, B. N., Madrid, cap. 34.

lugares de deportação. Nobres e ricos vão aí cumprir as suas penas. O neto de Colombo, Luis, preso em Valladolid por trigamia, condenado a dez anos de exílio, chegava a Orão em 1563; morreria aí a 3 de Fevereiro de 1563[114].

Por ou contra as «razzias»

Imaginemos a atmosfera destas guarnições. Cada praça é o feudo do seu comandante: Melilla durante muito tempo o dos Medina Sidonia; Orão durante muito tempo o da família Alcaudete; Trípoli, em 1513, é concedida a Hugo de Moncada, durante a sua vida[115]. O governador reina, com a sua família e os senhores que vivem em seu redor. Ora, o jogo dos senhores é a «razzia», a saída bem calculada, ao mesmo tempo desporto e engenho e também, reconheçamo-lo, estrita necessidade: é preciso policiar em redor da fortaleza, dispersar uns, proteger os outros, arranjar garantias, ter informações, apanhar víveres. Colocada à parte a necessidade, continua a ser grande a tentação de se envolver em escaramuças, de se emboscar nos hortos, nas proximidades de Tunes, de aí agarrar alguns tranquilos proprietários que vieram colher os seus frutos ou ceifar um campo de cevada; ou então, perto de Orão desta vez, depois da *sebka* alternadamente esplendorosa de sal ou coberta de água, ir surpreender um aduar cuja presença foi denunciada pelos espiões a soldo. Esta é uma caça mais apaixonante, mais perigosa, mais lucrativa do que a dos animais selvagens. Do espólio cada um tem a sua parte e o comandante retira por vezes «o quinto», privilégio real[116], quer se trate de trigo, de animais ou de pessoas. Acontece que soldados, entediados e angustiados, partem por si só à aventura, por gosto do lucro, da alimentação fresca ou por simples distracção. Forçosamente, estas «razzias» impediram muitas vezes o indispensável contacto pacífico entre a província e a fortaleza se levaram, talvez como se desejava, ao longe o terror do nome espanhol. Sobre este assunto, a unanimidade das opiniões não foi alcançada. É preciso atacar, diz Diego Suárez, e, ao mesmo tempo entender-se, aumentar o número dos *Moros de paz*, os indígenas submetidos que se abrigam em redor da fortaleza e por sua vez a protegem. *Cuantos mas moros, mas ganancia*, escreve o soldado cronista; retomando à sua conta o provérbio banal, quanto mais Mouros há, mais se ganha com eles, ou seja, há mais trigo, «pequenos víveres», gado[117]... Mas, poder-se-á abster de atacar, de aterrorizar, portanto, de afastar os preciosos abastecedores, sem romper com aquilo que,

---

[114] Alfredo Giannini, «Il fondo italiano della Biblioteca Colombina di Seviglia», in *R. Instituto Orientale, Annali*, Fevereiro de 1930, VIII, II. Outros *desterrados*: Felipe de Borja, irmão natural do Maestre de Montesa, Suárez, *op. cit.*, p. 147; o duque de Veraguas, Almirante de las Índias, *ibid.*, p. 161; Don Gabriel de la Cueva, *ibid.*, p. 107 (1555).

[115] G. La Mantia, *art. cit.*, p. 218.

[116] Diego Suárez, *Historia del Maestre ultimo de Montesa*, Madrid, 1889, p.°127.

[117] Diego Suárez, parágrafo 471, G. G. A.; a favor de um entendimento, parágrafo 469 e 470, *ibid.*, 481 e 482, mas noutra parte B. N., Madrid, cap. 34, as «razzias» são úteis, é pelo terror que inspiram que os Espanhóis dominam as regiões planas, impõem *seguros* e suserania. Uma «razzia», 13-16 de Novembro de 1571, rende

para os presídios, é um sistema tradicional de vida e de defesa, o desenvolvimento, voluntário e forçado, de uma zona de influência e de protecção, indispensável tanto aos presídios espanhóis como aos presídios portugueses de Marrocos? Sem isso, estas praças não poderiam sequer respirar.

Tal sistema não avançaria sem demoras nem erros graves. De Espanha viera a ordem superior, em 1564, de suspender as «razzias», em Agosto e Setembro: os indígenas, devidamente prevenidos, apressaram-se a trazer trigo e víveres para Orão. Neste interim, o oranês Andrés Ponze organizou uma incursão e voltou com onze prisioneiros. O golpe de mão, segundo os preços em vigor, pode representar um lucro de um milhar de ducados, e a soma evidentemente é importante. Mas Francisco de Valencia, que então comanda em Mers el Kebir, recusou participar no golpe. Adivinha-se que este Francisco gosta pouco da gente de Orão. Recusou e escreve o seu relatório. Esta desobediência às ordens superiores priva Orão do seu abastecimento de trigo e de cevada — os indígenas deixam, com efeito, de vir até ao presídio. Será um bem? E algo mais importante ainda: «Digo a Vossa Majestade que as incursões feitas até agora, na minha opinião, chamam a atenção dos Turcos para o Reino de Tlemcen»[118].

Esta afirmação, evidentemente, é exagerada. Se é preciso, entre as causas da vida difícil e recuada dos presídios, dar lugar às «razzias», elas de modo algum explicam o fracasso final da Espanha em terras de África. Nem a fome dos soldados andrajosos ou os estranhos padres que se ocupam com a sua alimentação espiritual, como esse francês que, em Melilla, se improvisou cura, talvez sem nunca ter recebido as ordens, e que aliás não deixa, por qual milagre, de estar sempre embriagado[119]; nem como a má fé dos indígenas, «os maiores mentirosos do mundo», diz um capitão espanhol, «os menos leais do mundo», exclama um italiano... Estas razões, que saltam aos olhos de um contemporâneo, diminuem perante a história. A medíocre utilização que a Espanha fez dos presídios africanos não passa de um dos aspectos da política dos Habsburgos, ou melhor, da Catolicidade.

Psicologia da defensiva

Este amplo espectáculo de um mundo, a Cristandade, eriçado de defesas face ao Islão, é um grande sinal, um importante testemunho. O Islão, especialista das guerras de ataque travadas com massas de cavalaria, não toma estas

---

350 prisioneiros e um imenso espólio de camelos, cabras, vacas... Pelo contrário, inumeráveis *correrías* resultam mal e custam muitos homens. As «razzias» fazem-se no Inverno para aproveitar a longa duração das noites, Diego Suárez, *op. cit.*, p. 87, dupla vantagem desta política atingir uns, proteger os outros, p. 69; o que os Mouros trazem para Orão, p. 50; o que lhes entrega por vezes o reino de Tlemcen, p. 50 (trigo por vezes exportado para a Espanha, Orão tem necessidade de quarenta mil fangas de trigo e doze mil de cevada por ano); soldados reformados em Orão, p. 263; a técnica das «razzias», p. 64 e segs.; a partilha do espólio, p. 125 e segs., exemplos, pp. 228-229, p. 260, p. 293. O regime da partilha mudou, depois de 1565, p. 90 e de maneira curiosamente favorável ao soldado.

118 Francisco de Valencia a Filipe II, Mers el Kebir, 8 de Fevereiro de 1565, Simancas, E.° 486.

119 12 de Fevereiro de 1559, Simancas, E.° 485; 2 de Março de 1559, *ibid.*

precauções. Está, como afirma Guillaume du Vair[120], «sempre no ar» para se abater sobre os seus inimigos. Em suma, duas atitudes. Poder-se-á explicá-las? Émile Bourgeois[121] notava, há muito tempo, a maneira desenvolta como a Cristandade abandonou ao Islão tantos espaços, nomeadamente os Balcãs e Constantinopla, completamente tomada como estava pela sua expansão para além do Atlântico. Perante o Islão, o mais lógico é que tente defender-se com o menor custo, com os seus canhões e as suas fortalezas. É uma maneira de lhe virar as costas.

Se o Islão procura o contacto, e se for preciso o contacto desesperado que é o tumulto, é pelo contrário porque quer continuar as conversações ou impô-las, porque precisa de participar nas técnicas superiores do seu adversário. Sem elas, não há grandeza. Sem elas, é impossível jogar, em relação à Ásia, o mesmo jogo que a Cristandade joga em relação a ele. Sob este ponto de vista, significativo é ver os Turcos, depois de terem feito a experiência, à sua custa, na fronteira de Carniole, tentarem, aliás em vão, correr a tiros de pistola os Persas por intermédio dos seus *spahis*[122]. Mais concludente ainda é a aproximação que se pode fazer do vocabulário náutico dos Turcos e dos Cristãos: *kadrigha* (galera), *kaliotta* (galeota), *kalioum* (galeão)[123]. As palavras, e também as coisas que elas significam, foram assimiladas pelos alunos do Leste. Vemo-los, no final do século, construírem sultanas, para o mar Negro, à imagem das galeaças do Ocidente, e, o que é mais, imitarem os galeões da Cristandade[124]. Os Turcos possuem aí uma vintena de grande tonelagem, com um calado de 1500 *botte* que asseguram, no último quarto de século, a ligação Egipto-Constantinopla, para o transporte dos peregrinos, do açúcar e do arroz[125]. Acrescentemos oiro, é certo, que é também transportado por terra.

Pelo contrário, os Turcos construíram um *limes* em relação aos Persas. É-se sempre rico em relação a alguém mais pobre.

2. O corso, forma supletiva da grande guerra

Depois de 1574, a guerra das armadas, dos corpos expedicionários e dos grandes cercos está praticamente terminada. Esboçará um regresso, depois de 1593, mas só será efectivo na fronteira da Hungria, fora do Mediterrâneo. Afastada a grande guerra, viria a paz? Totalmente, não, porque surgem e expandem-se outras formas bélicas. A regra é sem dúvida geral.

---

120 *Actions et traités*, 1606, p. 74, citado por Atkinson, *op. cit.*, p. 369.
121 *Manuel historique de politique étrangère*, t. I, Paris 1892, p. 12.
122 J. W. Zinkeisen, *op. cit.*, III, pp. 173-174.
123 J. von Hammer, *op. cit.*, VI, p. 184, nota 1.
124 E. Albèri, *op. cit.*, III, IV, p. 404 (1594).
125 *Ibid.*, p. 402.

Em França, as grandes desmobilizações que se seguiram à paz do Cateau-Cambrésis contribuíram poderosamente para o estabelecimento das nossas Guerras de Religião, agitações com o tempo muito mais graves do que as principais guerras. Pelo contrário, se a Alemanha está tranquila de 1555 a 1618 é porque envia para o exterior o excedente das suas forças aventurosas: Hungria, Itália e ainda mais para os Países Baixos e para a França. No início do século XVII, o fim das guerras externas ser-lhe-á mortal. Giovanni Botero sentiu curiosamente estas verdades, ao opôr, em relação ao seu tempo, a guerra francesa à paz espanhola, pagando a França o preço da sua inactividade externa, a Espanha tirando vantagem do facto de estar empenhada ao mesmo tempo em todas as guerras do mundo[126]. Paz no seu país, com a condição de levar o desassossego a outros.

A suspensão da grande guerra no Mediterrâneo, depois de 1574, foi seguramente uma das razões das agitações políticas e sociais em cadeia e da vadiagem. Em todo o caso, o fim da luta entre os grandes Estados coloca na primeira fila da história do mar, o corso, essa guerra inferior[127]. Ocupava já o seu importante lugar de 1550 a 1574, pavoneava-se, evidenciava-se nos momentos vazios da guerra oficial. Depois de 1574-1580, ensoberbece-se mais do que nunca e domina a partir de então uma história mediterrânica à sua estatura. As novas capitais da guerra já não são Constantinopla, mas Argel, já não é Madrid ou Messina, mas Malta, Livorno ou Pisa. Os recém-chegados substituem os poderosos da véspera. Uma história confusa substitui a grande história[128]

O corso, indústria antiga e generalizada

A pirataria, no Mediterrâneo, é tão antiga como a história. Estará em Bocácio[129], estará em Cervantes[130], estava já em Homero. Deve mesmo a esta antiguidade um ar mais natural (diremos mais humano?) do que noutras partes. No Oceano, também ele agitado, actuam no século XVI piratas mais cruéis sem dúvida do que os do mar Interior. Aliás, no Mediterrâneo, as palavras

---

[126] *Op. cit.*, p. 127.

[127] Sobre esta pirataria, imenso assunto sem fronteiras, ver as brilhantes páginas de Louis Dermigny, *La Chine et l'Occident. Le commerce à Canton au XVIIIe siècle, 1719-1833*, 1964, I, p. 92 e segs. Estas páginas põem em causa no século XVII a «grande cintura» da pirataria das Antilhas ao Extremo Oriente. Este aumento e esta ubiquidade são postos em relação com a desorganização dos grandes Impérios: o Turco, o Espanhol, o Império do Grande Mongol, a China da dinastia Ming que termina.

[128] As páginas que se seguem baseiam-se nos resultados de três livros essenciais: Otto Eck, *Seeräuberei im Mittelmeer*, Munique e Berlim (1.ª ed. 1940, 2.ª 1943) que só muito tardiamente consegui arranjar (continua a faltar na nossa Biblioteca Nacional). Godfrey Fisher, *Barbary Legend. War, Trade and Piracy in North Africa*, Oxford, 1957, defender os Berberescos, obriga a retomar os arquivos que se julgavam classificados de uma vez por todas. Finalmente, o livro rico de documentos inéditos de Salvatore Bono, *I corsari barbareschi*, Turim, 1964. Estas copiosas bibliografias destes três volumes, sobretudo do último, dispensam-me de multiplicar as referências.

[129] 5.º dia, 2.ª noticia.

[130] E encontra-se aí completamente no *Quichotte*, na *Ilustre Fregona*, II, p. 55; *El amante liberal*, I, pp. 100-101; *La española inglesa*, I, pp. 249, 255.

pirataria e *piratas* não são de modo algum de uso corrente, pelo menos antes do início do século XVII; é de *corso* e de *corsários* que se trata e a distinção, clara no plano jurídico, sem mudar os problemas radicalmente, tem a sua grande importância. O corso é a guerra lícita, tornada assim por uma declaração formal de guerra ou por patentes[131], passaportes, instruções, comissões... Por muito estranhas que possam parecer-nos, retrospectivamente, estas observações, o corso tem «as suas regras, os seus costumes vivos e tradições»[132]. Que Drake parta assim para o Novo Mundo sem qualquer ordem parecerá um acto ilegal a muitos dos seus compatriotas[133]. Seria errado julgar, com efeito, que não existe já, no século XVI, um direito internacional com os seus usos e uma certa força de pressão. Islão e Cristandade trocam embaixadores, assinam tratados e muitas vezes observam as respectivas cláusulas. Na medida em que o Mediterrâneo no seu todo é uma zona de conflitos contínuos entre universos intermédios e fratricidas, a guerra afirma-se uma realidade permanente, desculpa, justifica a pirataria; ora, justificá-la é classificá-la na categoria vizinha e nobre à sua maneira que é o corso. Os Espanhóis terão, no século XVI, duas linguagens: falam do corso berberesco no Mediterrâneo e da pirataria francesa, inglesa ou holandesa no Atlântico[134]. Se a palavra pirataria se estende no século XVII aos cometimentos do Mediterrâneo é porque a Espanha quer marcar com a infâmia as depredações do mar Interior e dá conta de que o corso de antigamente degenera, que já não passa senão de uma guerra camuflada e ilícita das potências cristãs contra os seus tráficos, a sua grandeza e as suas riquezas. A palavra pirataria só seria aplicada aos corsários argelinos, no dizer de um historiador[135], depois da tomada de Marmora pelos Espanhóis (1614) quando os corsários da cidade, expulsos da sua base, se refugiam em Argel. A palavra, com os navios do Atlântico, teria passado o estreito de Gibraltar. Mas o pormenor não é seguro.

Corso e pirataria, pensará contudo o leitor, é muitas vezes a mesma coisa: crueldades análogas, pressões que se impõem, monótonas, para a condução das operações, a venda dos escravos ou das mercadorias roubadas. Evidentemente, mas subsiste uma diferença: o corso é uma pirataria antiga, envelhecida no local, com os seus usos, os seus compromissos, as suas negociações. Ladrões e roubados não estão previamente de acordo, como numa perfeita *Commedia dell'Arte*, mas estão sempre prontos a discutir, depois a entenderem-se. Daí essas múltiplas redes de conivência e de cumplicidade (sem a cumplicidade de Livorno e a sua porta aberta, as mercadorias roubadas apodreceriam nos portos

131 Poucas cartas de corso no Mediterrâneo. Um exemplo, cartas de represálias de Filipe IV sobre os Franceses, Madrid, 2 de Agosto de 1625, B. N., Paris, Esp. 338, f.° 313. Sobre o Oceano, a pirataria exercendo-se entre Cristãos tem por isso necessidade de cartas de corso.

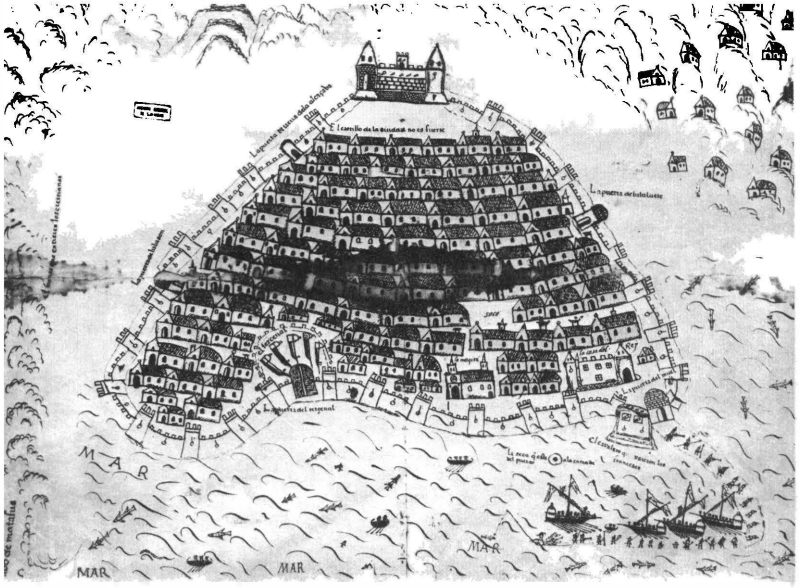
132 S. Bono, *op. cit.*, *passim* e pp. 12-13, 92 e segs.

133 G. Fisher, *op. cit.*, p. 140.

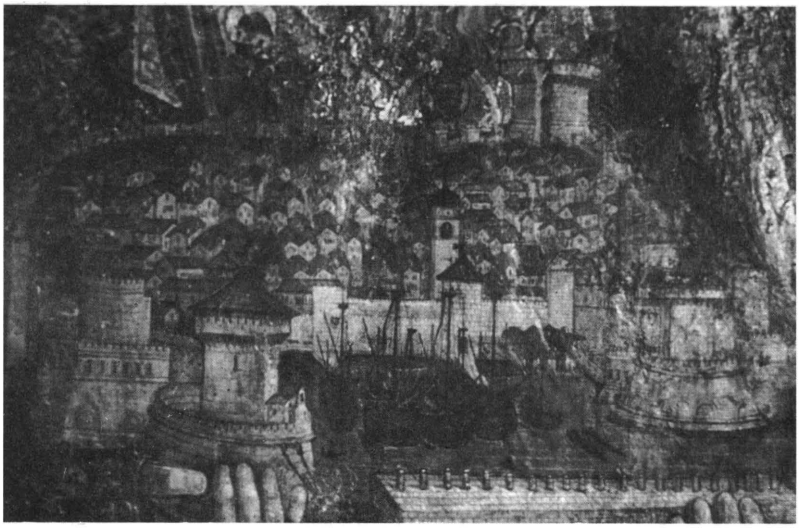
134 *Ibid.*, *passim* e pp. 84 e 139.

135 C. Duro, segundo G. Fisher, *op. cit.*, p. 138.

29. À VISTA DE TUNES (1535). Tapeçaria segundo Vermeyen. Ao longe, La Goleta e o seu canal, o lago de Tunes e a cidade. Em primeiro plano, as galeras.



30. ARGEL, 1563. Desenho *naif* mas em muitos aspectos exacto: o molhe, a rocha à entrada do porto, o cavaleiro construído pelos Franceses, o Arsenal, a mesquista da marinha, a praça do Soco (Zoco, *souk*, mercado), a Casbá, as muralhas. A. General de Simancas, E.° 487, mapas, planos y dibujos, VII-131.



31. RAGUSA EM 1499-1501, segundo o quadro de Nicolas Bozidarevitch. Saint Blaise, de quem se vêem as mãos em primeiro plano, apresenta o plano da cidade. O porto com a sua cadeia, as suas amarras, as muralhas da cidade. Convento dos Dominicanos em Dubrovnik.

da Berberia). Resultam daí para o historiador demasiado ingénuo alguns falsos problemas e perigosas simplificações. O corso não pertence apenas a um único lado, a um único grupo, a um único responsável, a um único culpado. É endémico. Todos, os miseráveis[136] e os poderosos, os ricos e os pobres, as cidades, os senhores e os Estados são apanhados nas malhas de uma rede que se estende a todo o mar. Os antigos historiadores ocidentais ensinaram-nos a só vermos os Muçulmanos e de preferência os Berberescos. A fortuna de Argel esconde o resto da paisagem. Mas esta fortuna não é única; Malta, Livorno são Argel cristãs, têm as suas prisões, os seus mercados de homens, as suas negociatas sórdidas... Mais, esta fortuna argelina gera as mais sérias reservas. Quem se esconde, quem actua por detrás das suas crescentes actividades, sobretudo no século XVII? Godfrey Fisher no seu belo livro, *Barbary Legend*, tem mil vezes razão em desmistificar-nos. É por todo o Mediterrâneo que o homem se persegue, se encerra, se vende, se tortura, que conhece todas as misérias, horrores e santidades dos «universos concentracionários».

Aliás, muitas vezes a aventura não tem nem pátria, nem religião: é ofício, meio de vida. Quando os corsários não encontram nada em Argel isso significa a escassez[137]. O corso então não diz respeito nem às pessoas, nem à nacionalidade, nem aos credos. É pura vilania; os Uscoques de Segna e de Fiúme pilham Turcos e Cristãos; as galeras e galeões dos corsários *ponentini* — assim são chamados os Ocidentais dos mares do Levante — fazem a mesma coisa[138]; apoderam-se de tudo o que podem apanhar, incluindo os navios venezianos ou marselheses, a pretexto de confiscarem a bordo as mercadorias de Judeus ou de Turcos. Em vão protestam a Senhoria e o Papa, protector de Ancona, que gostaria que de uma vez para sempre o pavilhão cobrisse a mercadoria. Mas o direito de visita, abusiva ou não, continua a pertencer aos corsários cristãos. Do mesmo modo, as galeras turcas utilizam-no para apanharem nos navios as mercadorias sicilianas ou napolitanas... Tanto de um lado como do outro, não passa de um pretexto. Aguentar-se-ão, apesar dos duros golpes que de vez em quando as galeras venezianas desferem aos corsários de qualquer espécie.

Mas, são franceses ou turcos esses navios que vêm pilhar Ibiza, em Agosto de 1536[139]? Como sabê-lo com certeza? São franceses sem dúvida, dado que entre os objectos roubados havia alguns pedaços de toucinho. Mesmo entre eles, Cristãos ou Muçulmanos, devoram-se. Em Agda, durante o Verão de 1588, soldados de Montmorency (sem soldo, pelo menos é o que dizem) começam a piratear com um bergantim e apoderam-se de tudo o que vem do

---

[136] S. Bono, *op. cit.*, p. 7, segundo A. Riggio: «O corso berberesco tinha tomado na Calábria a forma autêntica de uma luta de classes.»

[137] D. de Haedo, *op. cit.*, p. 116.

[138] Marin de Cavalli ao Doge, Péra, 8 de Setembro de 1559, A. d. S., Veneza, Senato Secreta, Constantinopoli, 2/B, f.° 186.

[139] Bernard Pançalba, governador da ilha à Imperatriz, Ibiza, 26 de Agosto de 1536, A. N., K 1690 (orig. catalão, tr. em castelhano).

golfo[140]. Em 1590, corsários de Cassis saqueiam duas barcas provençais[141]. Em 1593, um navio francês, o *Jehan Baptiste* (vem provavelmente da Bretanha), com todos os certificados e salvos-condutos necessários do duque de Mercœur e do agente espanhol de Nantes, D. Juan de Aguila, é todavia tomado pelo príncipe Dória, vendidas as suas mercadorias e a tripulação posta nas galés[142]. Em 1596, tartanas francesas e especialmente provençais saqueiam as costas de Nápoles e da Sicília[143]. Uma vintena de anos antes, durante o Verão de 1572[144], um navio marselhês, *Sainte-Marie et Saint-Jean*, capitaneado por Antoine Banduf, regressa de Alexandria com uma rica carga. O mau tempo separa-o da flotilha dos outros navios marselheses e encontra um navio mercante ragusano vindo de Cândia, que ia procurar trigo na Sicília para o levar para Valência. O grande cargueiro apodera-se da barca marselhesa, «afunda-a, afogando o dito capitão, os seus oficiais e marinheiros, tendo antes pilhado e roubado as suas mercadorias.» O mundo do mar é muitas vezes assim. Em 1566, um capitão de barco francês está em dificuldades em Alicante e sabe Deus se o Espanhol, a julgar pelas inumeráveis queixas dos marinheiros franceses, pode, quando quer, criar admiráveis dificuldades! Mas o capitão é ousado, apodera-se das pessoas que subiram a bordo e, além disso, escala as defesas da cidade[145]. Tudo é permitido, desde que se consiga. Em 1575, uma nau francesa carrega em Trípoli da Berberia passageiros mouros e judeus com destino a Alexandria, «gente de todas as idades e dos dois sexos.» O patrão da nau não hesita em conduzir passageiros e bagagens para Nápoles e aí, vender tudo[146]... Pequeno incidente, sem dúvida, mas que se repete: assim, em 1592, um certo Couture de Martigues embarca Turcos, em Rodes, para o Egipto e transporta-os para Messina[147]. Pura vilania: bandidos, durante o Verão de 1597, armaram alguns *leuti* e pirateiam na costa de Génova, ao acaso dos encontros[148]. Como nos contaram a história para que estes actos usuais dos marinheiros de qualquer nacionalidade nos pareçam apesar de tudo espantosos?

O corso ligado às cidades

Como *monsieur* Jourdain, o personagem de Molière, quantos marinheiros que navegam *more piratico* ficariam estupefactos ao serem chamados de corsários, quanto mais ainda de piratas? Sancho de Leyva, em 1563, não propõe par-

---

[140] Barcelona, 24 de Julho de 1588, Simancas, E.° 336, f.° 164.
[141] A. Com. Cassis, E E 7, 21 de Dezembro de 1580.
[142] Henrique IV a Filipe III, Paris, Fevereiro de 1600, Cartas de Henrique IV a Rochepot, pp. 3-4.
[143] 25 de Dezembro de 1596, Simancas, E.° 343.
[144] Os cônsules de Marselha aos Senhores duques e governadores da cidade e República de Génova, Marselha, 20 de Abril de 1574, A. d. S., Génova, Francia, Lettere Consoli, 1 2618.
[145] Madrid, 28 de Março de 1566, A. N., K 1505, B 20, n.° 91.
[146] Henrique III a Filipe II, Paris, 30 de Setembro de 1575, A. N., K 1537, B 38, n.° 113, cópia esp.
[147] P. Grandchamp, *op. cit.*, I, p. 42.
[148] A. d. S., Florença, Mediceo 2845, Giulio Gotti a seu irmão, Génova, 22 de Agosto de 1597.

tir, com algumas galeras da Sicília, para as costas da Berberia, para daí trazer cativos destinados ao remo, *para ver si puede haver algunos sclavos*[149]? Como qualificar o processo? Muitas vezes as esquadras destacam algumas galeras para entrarem em conversações e piratear se surgir a caça. Porque, piratear é fazer a guerra, a indispensável guerra aos homens, às embarcações, às cidades, às aldeias, aos rebanhos; é comer os bens de outrem, alimentar-se deles para ser forte. Em 1576, o marquês de Santa Cruz vai patrulhar as costas da Tunísia. Outros diriam mais simplesmente que foi saquear as pobres ilhas de Kerkennah[150]... Para saquear todos estão habilitados: os navios mercantes ingleses, depois de 1580, de modo algum se privam disso; têm mesmo a reputação (os Mediterrânicos fabricam-lha) de não terem piedade e escrúpulos. Mas o corso, à beira da pirataria, está nos costumes, segundo os usos do mar, *l'uzanza del mare*[151]. As marinhas oficiais dos Estados abrem-lhe as suas fileiras, vivem disso, derivam por vezes: é por meio do corso que a força turca se terá iniciado, desde o século XIV, nas costas da Ásia Menor[152]. E a própria frota turca, durante os seus giros em direcção ao Oeste, que faz ela senão «piratear» em grande escala?

O corso — diremos, o «verdadeiro» corso? — é a maior parte das vezes o feito de uma cidade, actuando com a sua própria autoridade, pelo menos à margem de um grande Estado. É uma verdade no século XVI, verdade ainda na época de Luís XIV. Quando o Rei-Sol já não consegue aguentar, contra a Inglaterra e seus aliados, a guerra de esquadra, pratica ou deixa praticar a guerra de corso. Saint-Malo e Dunquerque substituem-se à França.

Já no século XVI, Dieppe e, mais ainda, La Rochelle foram centros de corso, esta última no âmbito de uma verdadeira república municipal. No Mediterrâneo, enumerar os centros de corso é o mesmo que enumerar algumas cidades decisivas. Do lado cristão, La Valeta, Livorno e Pisa, Nápoles, Messina, Palermo, Trapani, Malta, Palma de Maiorca, Almeria, Valência, Segna, Fiúme; do lado muçulmano, Valona, Durazzo, Trípoli da Berberia, Tunes e La Goleta, Bizerta, Argel, Tetuão, Larache, Salé[153]... Deste lote, destacam-se três cidades novas: La Valeta, que os Cavaleiros de Malta construíram a partir de 1566; Livorno, refundada em certa medida por Cosme de Médicis; finalmente e sobretudo Argel, que as engloba todas na sua espantosa fortuna.

Claro que já não é a Argel berbere do início do século; mas uma cidade nova que cresceu «à americana», com o seu molhe, o seu farol, as suas arcaicas mas sólidas defesas, e, depois, as grandes obras de arte que acabam por a proteger. O corso encontra aí protecção e abastecimento, assim como uma mão-de-obra qualificada, calafates, fundidores, carpinteiros, velas, remos, um mercado

---

[149] 20 de Novembro de 1563, Simancas, E.° 1052, f.° 44.
[150] Simancas, E.° 1146 ou mesma relação, Simancas, E.° 1071, f.° 78.
[151] S. Bono, *op. cit.*, p. 3.
[152] F. Grenard, *op. cit.*, p. 54; W. Heyd, *op. cit.*, II, p. 258.
[153] R. Coindreau, *Les corsaires de Salé*, Paris, 1948.

activo para colocarem as suas presas, homens que se deixam embriagar pela aventura do mar, escravos para os remos, finalmente os prazeres da escala sem o que a vida com contrastes violentos dos corsários não teria a sua compensação. No regresso dos seus corsos, Alonso de Contreras, em La Valeta, que não é apenas a cidade dos duelos e das orações, em breve gastou as suas moedas de oiro com as *quiracas*, as prostitutas. Em Argel, os *raïs* em cada regresso de cruzeiro, festejavam com mesa posta, nas casas da cidade e nas casas de campo do Sahel, onde os jardins são os mais belos do mundo.

O corso, forçosamente, exige um circuito de intercâmbio. Argel só será um grande porto de corso ao tornar-se um centro comercial activo. Isso acontece quando Haedo a observa com o seu olhar atento, cerca de 1580. Para se equipar, alimentar-se, revender as presas, é preciso deixar vir até à cidade as caravanas e as naus estrangeiras, as barcas dos compradores de cativos, os barcos da Cristandade, marselheses ou catalães, valencianos, corsos, italianos das diversas Itálias, ingleses, holandeses. É também preciso que afluam, atraídos pelo bom odor do albergue, os *raïs* de todas as nacionalidades, muçulmanos e semimuçulmanos, por vezes nórdicos, com as suas galeras ou os seus elegantes veleiros de corso.

Portanto, uma cidade poderosa, que vive em liberdade, eis o melhor terreno para o corso. Cada Estado, no século XVI, está profundamente empenhado, apesar de tudo, no direito das pessoas e é obrigado a respeitá-lo. Ora, do direito das pessoas, as cidades de corsários riem-se se se apresentar a ocasião. Constituem mundos à margem. Argel, no auge da sua prosperidade, de 1580 a 1620, ouve ou não ouve as ordens do Sultão, segundo as suas conveniências, e é longe de Istambul a Argel. Também Malta é uma encruzilhada da Cristandade e que quer administrar-se a si mesma. Nada de mais revelador, em 1577-1578[154], por exemplo, do que os esforços do grão-duque da Toscana, senhor dos Cavaleiros de Saint-Étienne, nas negociações com o Turco, para distinguir a sua causa da dos Cavaleiros. Curioso Príncipe que nega a sua autoridade, todavia bem real.

Todavia, o papel da cidade não é tudo. Abaixo do corso urbano, desse grande corso existe uma pirataria de um grau inferior, próxima muitas vezes da mais miserável das vilanias. Minúsculos animais selvagens visitam os mares, giram entre as ilhas do Arquipélago, nas costas gregas do Oeste, à procura de uma caça à sua dimensão. A simples vista das torres de vigia, no litoral da Púglia, expulsa-os dessas paragens malsãs e abate-os nas costas e nas ilhas do Leste. Minúscula humanidade, com minúsculas ambições: apanhar um pescador, saquear um celeiro, roubar alguns ceifeiros, roubar sal às salinas turcas e ragusanas da Narenta... É neles que pensa Belon du Mans[155], que os viu actuar no Arquipélago, quando escreve: «Imaginemos, para começar, três ou quatro

[154] A. d. S., Florença, Mediceo 4274, 4279; Simancas, E.° 489, 1450, 1451; A. N., K 1672, n.° 22; G. Vivoli, *op. cit.*, III, p. 155.

[155] *Op. cit.*, p. 86 v.° e segs.

homens hábeis nas artes da marinharia, ansiosos por se lançarem à aventura, pobres que só têm alguma pequena barca ou fragata ou algum bergantim mal equipado e que levam a bordo, uma vez por outra, um quadrante para navegar chamado *bussolo*, alguns artefactos de guerra e algumas armas ligeiras para combater de mais longe. Para viverem, têm um saco de farinha e algumas bolachas, um pouco de azeite, mel, algumas résteas de cebolas e alhos e um pouco de sal que é a provisão de um mês. Feito isto, lançam-se à aventura. E se o vento os obriga a manterem-se no porto, levarão a barca para terra, a qual cobrirão de ramos de árvores e cortarão madeira com os seus machados e acenderão lume com o seu fusil... Farão uma torta com a sua farinha que cozerão da mesma maneira que os soldados romanos faziam, no tempo passado, em guerra.» Serão também assim os inícios dos flibusteiros no mar das Antilhas, no século XVII[156].

Além disso, não são estes pequenos carnívoros que têm as mandíbulas menos sólidas ou que farão as menores fortunas mais tarde. Porque o vento tem as suas rajadas e os seus caprichos. O corso é um mundo «à americana». Quem conservou os rebanhos torna-se, ou pode tornar-se, Rei de Argel. As biografias dos corsários mais afortunados estão cheias destes maravilhosos êxitos. Quando, em 1569, os Espanhóis pretendem aproximar-se de Euldj Ali, o pequeno pescador da Calábria tornado «rei» da cidade e que, em breve, iria espantar o mundo e reerguer a marinha do Sultão, oferecem-lhe no seu país um marquesado... A oferta que eles consideravam mais tentadora para um vilão.

Corso e despojos

Não há corso sem espólio. Por vezes pequenos lucros: se de Corfu se não trouxesse sal para a Albânia para daí trazer bolotas, a ilha não sofreria de uma incessante pirataria albanesa, explica-se, em 1536, no Senado de Veneza[157]. Estabelece-se um laço entre saqueadores e saqueados, laço variável, tanto mais que as vítimas se defendem. A artilharia, muito rapidamente, escalou os bordos das galeras e instalou-se aí, apesar de bastante pouco à vontade, dado que fez a conquista dos navios mercantes. A operação está mais do que terminada cerca de meados do século[158]. Em 1577, mesmo os mais pequenos navios que arribam a Sevilha, têm a sua artilharia de ferro ou de bronze, e o número das peças está genericamente em função da sua tonelagem[159]. Os litorais também se defendem, e cada vez mais eficazmente. Nada tem, pois, de estranho que segundo os anos, o corsário seja dissipador de navios ou saqueador de litorais. É uma simples questão de provisão e de oportunidade.

---

156 Alexandre O. Oexmelin, *Histoire des aventuriers flibustiers...*, Trévoux, 1775, t. I, pp. 124-131.
157 V. Lamansky, *op. cit.*, p. 592, nota 1.
158 Belon du Mans, *op. cit.*, p. 88 v.°
159 Ver acima, vol. I, cap. V, p. 333 e segs.

Durante os anos 1560-1565, o corso berberesco devasta todo o mar ocidental. Nesses anos, seria quase lícito falar de um encerramento do mar do Ponente. As queixas da Cristandade, feitas umas a seguir às outras, dizem-no muito bem «ou demasiado bem», e também esse facto de os piratas berberescos atacarem então as costas do Languedoque e da Provença[160]. É que o próprio êxito do corso reduz os espólios, porque este não pode viver sem comer, mesmo em casa dos amigos. Tanto pior então para os súbditos do rei de França! Argel desenvolve-se ainda com o início do século XVII, mas porquê? O corso argelino aventura-se no Oriente (menos do que se afirma[161]); precipita-se para o Adriático, apodera-se das barcas marselhesas, depois, para além de Gibraltar, com o auxílio dos seus recrutas nórdicos, leva os seus empreendimentos através do Oceano, atinge as costas inglesas a partir de 1631, corre sobre as pesadas carracas portuguesas, aparece na Islândia, na Terra Nova, no Báltico... Talvez o espólio normal do Mediterrâneo se rarifique? Em suma, o corso, nos seus movimentos e transformações, traduz à sua maneira, directa e rápida, os maiores movimentos da vida mediterrânica. O caçador segue a caça. A infelicidade para o manejo deste «indicador» — o corso — é que o recurso a uma estatística séria nos é praticamente recusado. Descrições, afirmações, diz-se, falsas notícias não implicam nenhuma possibilidade séria de enumerar.

Cronologia do corso

Algumas datas são um marco, comandam a história do corso: 1508, 1522, 1538, 1571, 1580, 1600. Cerca de 1500, excepto em Veneza, os cativos e os forçados substituem os remadores voluntários, até aí os únicos, ou quase, nos bancos das galeras[162]. 1522: a queda de Rodes abre a barragem que ainda se opunha para Leste ao grande corso muçulmano[163]. 1538: La Preveza dá ao Islão o domínio do mar que a vitória cristã em Lepanto, em 1571, lhe retirou de novo. Foi entre estas duas datas (1538-1571) que o corso berberesco conheceu o seu primeiro e amplo desenvolvimento, sobretudo de 1560 (depois de Djerba) a 1570, nesses anos em que, posto de parte o cerco de Malta, a guerra das armadas conheceu muito poucas operações importantes. Depois de 1580, os corsos

---

160 A. Com. Marselha BB 40 f.° 147 e segs.; 19 de Agosto de 1561, Simancas, E.° 13; E. Charrière, *op. cit.*, II, pp. 659-661 (27 de Junho de 1561), pp. 799-803 (27 de Setembro de 1561); Baiona, 28 de Junho de 1565, A. N., K 1504 B 19, n.° 34; Veneza, 18 de Agosto de 1565, Simancas, E.° 1325; Carlos IX a Fourquevaux, Orcamp, 20 de Agosto de 1566, Fourquevaux, *op. cit.*, pp. 48-49.

161 G. Fisher, *op. cit.*, p. 144.

162 Segundo M. Sanudo, citado por C. Manfroni, *op. cit.*, I, p. 37. O mesmo em França, cartas reais de 1496, Alfred Spont, «Les galères dans la Méditerranée de 1496 à 1518», in *Revue des Quest. hist.*, 1895; Alberto Tenenti, *Cristoforo da Canal. La marine vénitienne avant Lépante*, 1962, p. 78 e segs. Veneza só possuirá galeras de *condennati* a partir de 1542, *ibid.*, p. 82.

163 Relacion de lo de Tremeti (1574). As ilhas de Tremiti são posições-chave na margem adriática do reino de Nápoles... Simancas, E.° 1333. «Despues de la perdida de Rodas multiplicandose los corsarios en el mar Adriatico...».

cristãos e muçulmanos, com a inacção das grandes frotas, aumentam com o mesmo impulso. Finalmente, depois de 1600, o corso argelino, inteiramente renovado nas suas técnicas, extravasa sobre o Atlântico.

O corso cristão

Sempre houve, no Mediterrâneo, um corso cristão que nunca parou, mesmo nas horas mais sombrias. Este corso é mal compreendido pela história, por algumas razões psicológicas, e porque é o feito de navios muito pequenos, bergantins, fragatas *fregatillas*, barcas, botes por vezes minúsculos. Assim o permitem as fracas distâncias das costas da Sicília ou de Espanha às margens africanas, assim o exige a modicidade do espólio. A costa do Magrebe, bem guardada pelos Turcos, é com efeito montanhosa, deserta. Antigamente, sim, talvez ainda no século XV, o corso era aí lucrativo. *Non si può corseggiar la riviera di Barberia, come già si soleva*, diz uma relação veneziana de 1559[164]. O que se apanhava ao longo destas costas, cerca de 1560? Alguns indígenas, uma barca, um bergantim carregado de *baracans*, esses tecidos grosseiros de lã, ou manteiga rançosa. A este magro espólio corresponde um magro corso. Os nossos documentos só excepcionalmente falam disso. Há um, como esse raio de luz que Haedo projecta sobre os feitos e atitudes do valenciano Juan Canete[165], mestre de um bergantim de catorze bancos, fundeado em Maiorca, caçador assíduo das costas da Berberia, indo de noite até às portas de Argel, apanhando aí os indígenas adormecidos sob as muralhas da cidade... Na Primavera de 1550[166], aventurava-se até ao porto, caída a noite, com o projecto de aí incendiar fustas e galeotas mal guardadas. A tentativa foi um fracasso. Nove anos mais tarde, na prisão, seria executado pelos seus guardas. Em 1567, um outro valenciano retomava o seu projecto, um tal Juan Gascon, empenhado com o seu bergantim no abastecimento e na posta de Orão, pirateando quando se oferece a ocasião[167]. Mais feliz do que o seu predecessor, penetrou no porto, incendiou alguns navios, mas foi em seguida apanhado no alto mar pelos *raïs*...

Estes pequenos acontecimentos apenas abrem estreitas trapeiras sobre os sectores do Sul espanhol. Todavia, temos a impressão que eles se reanimam em 1580 porque, muito mais vivos nesta época, tornam-se mais evidentes nos nossos documentos. Certamente, nunca abrandaram. Quando começamos a apercebê-los melhor, utilizam ainda os mesmos botes ligeiros, com velame alto, sempre tão audaciosos. É disto testemunho o relato da terceira viagem de um

---

[164] *Relazione di Soriano*, p. 54.

[165] *Op. cit.*, p. 158.

[166] Não em 1558 como afirma C. Duro, *op. cit.*, II, p. 16. Corsos análogos, em 1562, de um certo Francisco de Soto, com base em Maiorca, D. de Haedo, *op. cit.*, p. 163 v.°

[167] Madrid, 13 de Junho de 1567, Simancas, E.° 333.

tal Juan Filipe Romano, «passador» para os evadidos de Argel[168]. A 23 de Maio de 1595, deixava o *Grao* de Valência, sem dúvida a bordo de uma fragata berberesca, capturada no ano precedente[169]. A 7 de Junho, arribava perto de Argel, numa baía, à beira de um horto, local de encontro. Mas ninguém aí o esperava na primeira noite. Ao ver isto, ficou em terra, enviando de novo para bordo o seu companheiro, com ordem de atingir o mar alto e esperar um sinal para regressar. No dia seguinte, com efeito, chegam o proprietário do horto e sua mulher, com os quais Romano está há muito tempo de acordo. Trata-se de um tal Juan Amador de Madrid, feito prisioneiro em Mostaganem em 1558 (portanto uma quarentena de anos mais cedo). Entretanto renegou, mas deseja voltar a Espanha, com sua mulher e um neto de sete meses... Para a fragata onde embarca nessa noite, sobem ainda uma «princesa», a *soldina*, filha de Mustafá, dez cativos cristãos e dois escravos negros dela, mais uma jovem Mourisca de 22 anos; uma mulher do *raïs* Mami, filha de um lugar-tenente de Minorca, acompanhada também ela de escravos, quatro cristãos e uma cristã; um português, mestre serralheiro em Argel, sua mulher e os dois filhos; finalmente, escravos cristãos que, encontrando-se aí, aproveitam a oportunidade e embarcam. No total, trinta e dois passageiros que Romano conduzirá até Valência sem qualquer embaraço...

Sim, uma bela história. Mas tais golpes d o acaso são a excepção. Esta pirataria artesanal continua a ser modesta, como a dos pescadores de Trapani, a bordo dos seus *liutelli*[170], ou a que organizou em 1614, talvez mais cedo, em benefício de particulares, o governo espanhol da Sardenha[171]. A única caça importante, no Ocidente do mar, são os navios de corso argelino, mas só as grandes galeras das esquadras podem atacar estas presas, particularmente temíveis. Pelo contrário, cerca de 1580, as barcas de pesca, perto de Argel, não ousavam afastar-se a mais de meia légua, com receio das fragatas cristãs[172].

Mas é no Oriente que o corso cristão encontra o seu lucrativo terreno de caça. Atira para aí incessantemente as suas galeras reforçadas, os seus bergantins, os seus galeões, as suas fragatas[173], os seus veleiros de corso aptos a sulcar vitoriosamente as agitadas águas do mar tanto no final do Inverno como na Primavera. A razão é sempre a mesma: o Oriente é, para os corsários, o mar das ricas presas, as do Arquipélago e, mais ainda, as que seguem a rota de Rodes a Alexandria, rota dos peregrinos, das cargas de especiarias, da seda, da madeira, do arroz, do trigo, do açúcar... Presas aliás bem defendidas: no início de cada Primavera os Turcos colocam as suas galeras de guarda, muito menos destinadas a defender as suas costas do que os seus mares.

---

168 Relacion del tercero viaje q. ha hecho Juan Phelipe Romano a Argel (1595), Simancas, E.° 342.

169 Vice-rei de Valência a Filipe II, Valência, 30 de Julho de 1594, Simancas, E.° 341.

170 Salomone Marino, in *A. st. sic.*, XXXVII, pp. 18-19; u m bergantim de Trapani em corso, 17 de Novembro de 1595, Simancas, E.° 1158.

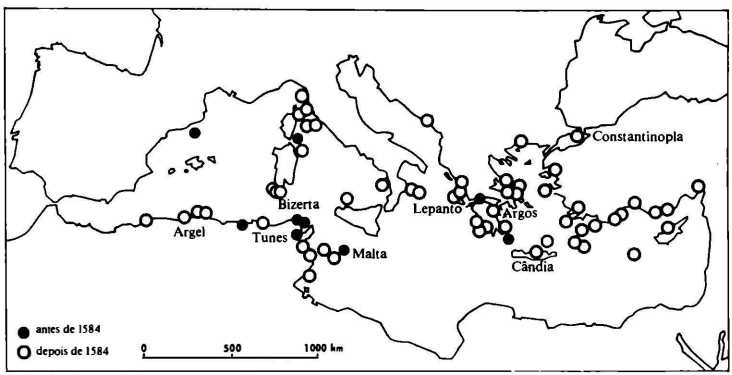
171 Amat di S. Filippo, *Misc. di storia italiana*, 1895, p. 49.

172 D. de Haedo, *op. cit.*, p. 44.

173 Aviso de C., Outubro de 1568.

Cerca de meados do século, só operam no Levante as galeras de Malta, algumas galeras toscanas e veleiros de corso, como o galeão do genovês Cigala, posto fora de causa em 1561[174], e um ou outro navio siciliano como o galeão armado, em 1559, pelo próprio vice-rei, ou essa galeota que o capitão Joseph Santo[175] equipara no ano precedente. Tendo o dito capitão capturado em Alessio um navio turco de mais de quinze mil ducados, foi obrigado pelo mau tempo a refugiar-se junto dos Venezianos, que não tiveram mais nada a fazer senão apoderarem-se do navio. São aliás estes incidentes que nos revelam a existência do barco. Em 1559, uma galera toscana, a *Lupa*, e uma galeota de André Dória tinham igualmente partido para a aventura. A segunda foi apanhada pela guarda

64. O corso toscano



Segundo G. G. Guarnieri, *op. cit.*, entre as páginas 336 e 337. Os grandes feitos das galeras toscanas da ordem de Saint-Étienne são assinalados no mapa de 1563 a 1688. Sem atribuir um valor demasiado grande a este resumo, notar-se-á que antes de 1584 as acções toscanas se situam mais no oeste do que no leste do mar; em seguida generalizar-se-ão em toda a sua extensão.

de Rodes; a primeira, depois de diversas peripécias, acabou por cair, extenuada, nas redes venezianas de Chipre[176]. Imagina-se a irritação ocidental contra estes semiturcos da Senhoria. Têm os Venezianos o direito, argumenta o duque de Florença, de impedirem um Cristão de ir contra os Infiéis, se o dito Cristão não entra nos seus portos? «Não será o mar de toda a gente?»[177]. Pobres Vene-

[174] D. de Haedo, *op. cit.*, p. 160 v.°; Pera, 9 de Abril de 1561, A. d. S., Veneza, Senato Secreta Constant., 3/C, Veneza, 22 de Março de 1561, Simancas, E.° 1324, f.° 83.

[175] Veneza, 27 de Setembro de 1559, Simancas, E.° 1323.

[176] A. de Herrera, *Historia general del mundo...*, Madrid, 1601, 1, p. 15.

[177] *Ibid.*

zianos! O Turco não lhes critica, na mesma altura, não fazerem boa guarda contra os *ponentini*[178]? E as suas represálias, muitas vezes anunciadas, muitas vezes efectivas, ameaçam todos os Cristãos viajantes e mercadores tranquilos no Oriente[179].

Nestes meados do século, os mais ousados corsários do Oeste são os Cavaleiros de Malta, levados para La Valette cerca dos anos 1554-1555[180], e para Romegas cerca de 1560. Em 1561, esta última apossava-se de trezentos escravos e algumas boas cargas nas bocas do Nilo[181]; em 1563, tendo partido com duas galeras[182], regressaria ao cabo Passaro[183] com mais de quinhentos escravos, negros e brancos, e também, em dois navios (os outros foram afundados), as cargas amontoadas de oito barcos que roubara. Estas presas, acrescentam as cartas, «vindas de Alexandria só podem ser muito ricas...». Em 1564, Romegas espoliava três corchapins carregados de remos, de estopa e de munições para Trípoli da Berberia, e uma nau turca de 1300 *salmas* que havia partido de Trípoli para Constantinopla tendo a bordo 113 negros... A nau foi conduzida para Siracusa, os corchapins para Nápoles[184]...

Nesses anos, o segundo lugar pertencia já aos Toscanos que, um pouco mais tarde, disputarão o primeiro lugar aos próprios Cavaleiros. Em 1562, Baccio Martelli[185] avançava até Rodes, batia o mar entre a Síria e a Berberia e apoderava-se de um barco de Turcos e de Mouros etíopes, estes últimos carregados de presentes destinados ao Sultão: pedras preciosas, uma cruz de ouro, estandartes conquistados aos Cristãos e uma *filza* de narizes cristãos devidamente cortados... Em 1564[186], os Cavaleiros de Saint-Étienne faziam, com quatro galeras, a sua primeira saída, *in forma di religione* e partiam para o Levante a assenhorear-se de dois ricos navios turcos.

Sem dúvida, este inventário de presas não está completo. Todavia, nesta época, o Levante ainda não era pilhado inexoravelmente. Um relatório veneziano, no início da Primavera de 1564, assinalava doze galeras ponentinas no Arquipélago[187]. Número evidentemente nada desprezível, mas na mesma época, são às vintenas, às trintenas de fustas e galeotas onde o corso muçulmano crava todos os seus dentes nas riquezas do Ocidente. Não existe então equilíbrio entre as rapinas de uns e de outros.

---

[178] Péra, 13 de Julho de 1560, A. d. S., Veneza, Senato Secreta Const., 2/B f.° 253.
[179] Barão de Busbec, *op. cit.*, II, p. 279, cerca de 1556.
[180] J. B. E. Jurien de La Gravière, *Les chevaliers de Malte...*, 1887, I, pp. 16-18.
[181] *Ibid.*, pp. 63-64 e Simancas, E.° 1050, f.° 27, 28 de Maio de 1562.
[182] *Ibid.*, p. 64.
[183] Aviso de Messina, 1 de Junho de 1563, Simancas, E.° 1052, f.° 189.
[184] Per Ire (= lettere) di Messina, 7 de Maio de 1564, Simancas, E.° 1383.
[185] G. Mecatti, *op. cit.*, II, p. 723.
[186] G. Vivoli, *op. cit.*, III, p. 53.
[187] Daniel Barbaro ao Doge, Péra, 28 de Março de 1564, A. d. S., Veneza, Senato Secreta 4/D.

Rapinas cristãs no Levante

O Levante, pelo contrário, desde 1574 abre-se de par em par à pirataria ponentina. Os Cavaleiros de Malta praticamente abandonam as margens próximas da Berberia exclusivamente por esses circuitos em direcção a Leste. O aumento é visível também no que diz respeito às galeras toscanas. Navegam sempre em grupos de quatro ou cinco navios rápidos e poderosos. Em 1574[188], uma ida e volta de Itália até Rodes e Chipre exigir-lhes-á apenas vinte e nove dias (de 7 de Agosto, partida de Messina, a 5 de Setembro, chegada a Catano). O que os não impede de fazerem bruscas saídas para o Oeste. De vez em quando, um galeão do Grão-Duque tenta também a sua oportunidade[189]. O pitoresco livro de Guarnieri[190], que exalta esses feitos selvagens, não relata tudo sobre esta história viva, apressada, a cada instante reveladora do tráfico do Oriente turco, cheia de *gerbe*, de *caramusali*, de *passa cavalli*, de barcas, de bergantins, de grandes naus ponentinas. Os relatórios dos corsos, nos Arquivos de Florença, documentos de grande precisão, estão cheios de pormenores vivos. É, mais uma vez, o Veneziano com as suas galeras quem, entre Cérigo e Cérigotto, ataca como um cão de guarda; e as galeras com a cruz vermelha a virarem de bordo para Itália e a perderem-se na noite protectora[191]. É, numa palavra, o relato de longas viagens directas, sem história. Metem-se ao mar, com bom tempo, e de repente aparece a terra que se visa, um cabo, mil fogos acesos de noite, ou velas, sinal muitas vezes da terra próxima. Ou então são as lentas viagens ao longo das costas, de aguada em aguada, nas angras ou perto dos areais das costas desoladas. As próprias presas são descritas rapidamente, sem a menor sensibilidade: um *caramusali*, tantos tiros de canhão da capitania para quebrar as suas vergas ou os seus mastros, tantos mortos de um lado, tantos do outro... Depois, o que se encontra a bordo: Gregos, Turcos, peixe seco, sacos de arroz, especiarias, tapetes... E passa-se ao seguinte. Numa palavra, estão explicadas as astúcias clássicas: se se ousa entrar no Arquipélago *alla turchesca costeggiando la terra firma*[192], acontece apanhar-se sem combate aqueles que se apresentam para embarcar, julgando estar a lidar com as galeras do Grande Turco. E ficam-se também a saber as práticas habituais do ofício: afundar os navios inúteis, depois de retirado o essencial; torturar o capitão genovês de alguma nau veneziana, com um bom peso nos pés, até que confesse ter a bordo «roupas» de Judeus ou Turcos; em seguida, fazer um acordo[193], mil escudos por exemplo, pagáveis em fardos de seda de 250 libras, contadas a um escudo a libra; ou então

---

188 Ver página seguinte, nota 194.

189 Silva a Filipe II, V, 10 de Setembro de 1574, Simancas, E.° 1333.

190 *Cavalieri di San Stefano...*, Pisa, 1928.

191 Em relação à polícia veneziana, papel considerável da vigia de Cérigo, a partir de 1592 (E. Albèri, *op. cit.*, III, V, p. 430), a guarda veneziana de Cérigo teria conseguido proteger a navegação turca. Cérigo, diz Cigala, «...fanale e lanterna dell'Arcipelago e la lingua e la spia di tutti gli andamenti turcheschi...».

192 Nota di vascelli presi (1575), A. d. S., Florença, Mediceo 2077, f.° 536.

193 Outro exemplo, 10 de Dezembro de 1558, *Corpo dipl. port.*, VIII, p. 78.

ainda, se for possível, armar o navio carregado de arroz ou de trigo que se acaba de capturar, e depois de aí ter colocado uma tripulação grega lançá-lo para a Sicília, pedindo a Deus e aos santos que chegue a bom porto... Neste barco turco esvaziado, colocar-se-ão os gregos do navio precedente que se teve de afundar; e se se encontrar um pope pouco contestatário, conduzi-lo a Malta, sem mais formalidades[194]...

Para tudo conhecer destas viagens violentas, seria preciso reencontrar os resumos das batalhas e das presas, calcular o deve e o haver destes empreendimentos comerciais de um género especial, estudar os mercados igualmente especiais que o corso cria, particularmente o dos homens para vender e comprar, especialidade de Malta, de Messina, de Livorno... Um inventário de cativos decididos a pagar resgate (os locais de nascimento estão indicados e levam o leitor de Fez à Pérsia e ao mar Negro)[195], uma lista de forçados com as suas idades e os seus locais de origem bastam para calcular os lucros dos piratas de Saint-Étienne e do seu avisado mestre. Adivinham-se também pelas inumeráveis cartas que as casas rivais, Trípoli ou Argel, dirigem ao Grão-Duque[196]. Nelas se pede que liberte alguém em troca de quem ele quiser; ou que escute as recomendações que, em forma respeitosa, a esposa de Arnaut Mami dirigia à própria Grã-Duquesa. E pede-se-lhe que, em todo o caso, se digne a aceitar o cavalo que se lhe envia como presente...

Também neste caso a roda girou. Em 1599, as cinco galeras com cruz vermelha apossam-se da cidadela de Quios que vigiarão durante algum tempo[197]. Melhor ainda, em 1608, perto de Rodes, a frota de Saint-Étienne apodera-se de todos os barcos turcos carregados de peregrinos para Meca[198]. Mesmo em Constantinopla, as represálias que se encaram são represálias de fracos... Em 1609 pede-se ao Conselho do Sultão que proiba a peregrinação de Jerusalém, na esperança de indignar o mundo cristão contra os saques toscanos[199]. Sim, os tempos mudaram muito. E os Toscanos, os Malteses, esses invasores do Arquipélago como os chama um documento de 1591[200], não são os únicos a aperceberem-se disso. Outros corsários forçam as entradas do Levante: Sicilianos, Napolitanos, até mesmo Berberescos[201], sem contar os temíveis Levantinos

---

194 Todos os pormenores deste parágrafo tomados de uma relação de 1574, A. d. S., Florença, Mediceo 2077, f.os 517 a 520 v.°, e uma relação de 1597, *ibid.*, f.° 659 e segs.

195 *Nota delli schiavi...* (1579-1580), *ibid.*, f.° 606 e segs. Lista de forçados, feridos ou mortos, *ibid.*, f.° 349.

196 *Ibid.*, 4279, numerosas missivas de Argel, de Mustafa Aga, 15 de Abril de 1585; da mulher de Arnaut Mami, 20 de Outubro de 1586; de Mahamat Paxá, «rei» de Trípoli, Junho e Julho de 1587; de Arnaut Mami, 9 de Outubro de 1589; de Morat Bey, *capitan general de mar y tierra deste reyno de Argel*, 16 de Fevereiro de 1596, etc.

197 As galeras de Saint-Étienne têm a cruz vermelha no Levante, G. Vivoli, *op. cit.*, IV, p. 11. Tomada da fortaleza de Quios, G. Mecatti, *op. cit.*, II, p. 816.

198 G. Vivoli, *op. cit.*, IV, pp. 29-30.

199 Alonso de la Cueva a Filipe III, Veneza, 7 de Fevereiro de 1609, A. N., K 1679.

200 C. 19 de Abril de 1591, A. N., K 1675, «...para guardar el Arcipielago de la inbasion de Malta...».

201 Fustas berberescas saqueiam a Cândia, H.° Ferro ao Doge, Péra, 12 de Novembro de 1560, A. d. S., Veneza, Senato Secreta Const., 2/B f.° 291 v.°; Simancas, E.° 1326, 12 de Agosto de 1567; A. N., K 1677, 7 de Julho de 1600. Em relação ao século XVII, Paul Masson, *op. cit.*, pp. 24, 33, 380.

infinitamente pequenos, muitas vezes de acordo com o pessoal de guarda para extorquir o que ainda pode ser extorquido num Arquipélago miserável... Os Napolitanos, a julgar pelas informações oriundas de Veneza (exceptuando um interregno, de 1575 a 1578) não aparecem em grande número antes do final do século[202]. É só então que os vice-reis deixam navios armar-se em corso à sua conta ou à conta de particulares. Será de admirar se se encontrar, entre estes corsários, Alonso de Contreras, cuja exposição sobre as piratarias das ilhas é particularmente dura, e dois capitães provençais a quem, de Paris, se atribuem negros projectos[203]?

Pelo contrário, da Sicília, antes de 1574, um verdadeiro enxame de corsários começa a avançar na direcção do Levante. Eis alguns nomes célebres: Filipo Corona, Giovanni di Orta, Jacopo Calvo, Giulio Battista Corvaja e Pietro Corvaja, presentes no Lepanto com mais alguns, e nomeadamente com o espantoso Cesare Rizzo, especialista dos reconhecimentos no Levante: da grande batalha, na qual participará com a sua *fregatina* ligeira, adornada de velas, trará como troféu, para a capela de Santa Maria da Graça, na paróquia de S. Nicolo Kalsa, em Messina, um sino que os Turcos, no ano anterior, *havianu priso à l'isola di Cipro*[204]. E há ainda muitos outros nomes, tal como esse Pedro Lanza, grego de Corfu, caçador de fragatas e de galeotas, de navios e de súbditos venezianos, e que Ribera, governador de Bari e de Otranto[205] emprega em 1576-1577. Como ainda esse Filipe Cañadas, corsário famoso que, em 1588, sobe para uma das galeotas de corso de Pedro de Leyva, general das galeras da Sicília[206], também ele saqueador de navios venezianos.

No final do século XVI, todo o mundo dos corsários pede contas a São Marcos e vive às suas expensas. Em vão, as galeras da Sereníssima exercem vigilância. Há muitos meios — nem que fosse uma imposição sobre os seus mercadores em Tarento — de fazer largar a presa à Senhoria. As suas representações diplomáticas, em Florença ou em Madrid, não são de modo algum ouvidas. Consegue de Filipe II proibições contra o corso em Nápoles e na Sicília: em Nápoles, obedece mais ou menos; na Sicília, os particulares e o próprio vice-rei continuam o seu frutuoso tráfico. Aliás, a interdição de Filipe II[207] (data de 1578) foi imposta muito mais em atenção ao Turco, com quem estão em curso conversações, do que em consideração aos Venezianos. Estes podem dizer e repetir que apanhar nas suas naus as *ropas de judios y de turcos* é comprometer o seu comércio, e por ricochete, o dos Espanhóis com quem estão ligados, e que assim se molestam pobres Judeus «sem Estado» que, expulsos de Espanha,

---

[202] Fco. de Vera a Filipe III, Veneza, 10 de Julho de 1601, A. N., K 1677.

[203] J. B. de Tassis ao embaixador espanhol em Génova, Paris, 20 de Julho de 1602, A. N., K 1630.

[204] Salomone Marino, in *Arch. Stor. Sic.*, XXXVII, p. 27.

[205] Relacion sobre lo del bergantin de Pedro Lanza..., Simancas, E.° 1336, 1577. Silva a Filipe II, Veneza, 20 de Novembro de 1577, *ibid.*

[206] Relacion que ha dado el embaxador de Venecia..., Simancas, E.° 1342. O documento assinala outras duas galeotas expedidas em corso por P. de Leyva à sua própria custa, contrariamente às ordens do Rei.

[207] Marcantonio Colona a Filipe II, Messina, 10 de Julho de 1578, Simancas, E.° 1148.

nem por isso se consideram menos súbditos do Rei Católico, e modestos e tranquilos mercadores turcos[208]... Em Madrid vêem-se sempre com agrado as dificuldades da Senhoria que se sabe malévola e que se considera abusivamente enriquecida por uma paz que manteve cuidadosamente, e não importa por que meio. No Levante, os próprios Turcos pilham os navios de Veneza. Se bem que este complexo aumento do corso deva também ser considerado atentamente por Veneza e por Ragusa (as naves ragusanas não escapam também ao direito de visita). É essencial perguntar se o corso ponentino triunfante não é, em parte, a razão do duplo recuo de Ragusa e de Veneza sobre as seguras rotas do Adriático, longe dos mares e das ilhas «agitadas» e «esfomeadas» pela insolência dos *vasselli christiani*[209]. Em todo o caso, as taxas de seguros em Veneza são concludentes: para a viagem da Síria, em 1611, subiam a 20% e a 25% em 1612[210].

A primeira e prodigiosa fortuna de Argel

Do outro lado do mar, o corso muçulmano não é menos próspero e é-o há muito mais tempo. Os seus centros são numerosos, mas a sua fortuna resume-se toda no poderoso crescimento de Argel.

De 1560 a 1570, o Mediterrâneo Ocidental está infestado de piratas berberescos, sobretudo argelinos; alguns avançam para o Adriático ou para as costas da Cândia... O que caracteriza estes anos talvez seja o ataque regular com grandes grupos, até mesmo com verdadeiras esquadras. Em Julho de 1559, apercebemos quatorze navios de corsários perto de Niebla, na Andaluzia[211]; dois anos mais tarde, divisamos ainda quatorze (galeras e galeotas) perto de Santi Pietri, ao largo de Sevilha[212]. Em Agosto, Jean Nicot assinala «dezassete galeras turquescas» no Algarve português[213]. Na mesma ocasião, Dragut opera na Sicília e em frente de Nápoles apoderou-se, de uma só vez, de oito galeras sicilianas[214]. Com trinta e cinco velas bloqueia Nápoles[215], em pleno Verão. Dois anos mais tarde, em Setembro de 1563 (portanto depois das colheitas), gira em redor da Sicília e encontra-se por duas vezes na fossa de Saint-Jean, perto de Messina, com vinte e oito barcos[216]. Em Maio de 1563, assinalam-se doze navios, dos quais, quatro são galeras, perto de Gaeta[217]. Em Agosto, nove navios de Argel surgem

---

208 Fco. de Vera a Filipe III, Veneza, 5 de Fevereiro de 1601, A. N., K 1677. Importante e longo arrazoado.

209 V. Lamansky, *op. cit.*, p. 578 (1588), igualmente pp. 592, 599, 601-602. Cumplicidade das populações gregas.

210 G. Berchet, *op. cit.*, pp. 130 e 139.

211 Simancas, E.° 138, 7 de Julho de 1559.

212 El Prior y los Consules de Sevilla a Filipe II, 7 de Maio de 1561, Simancas, E.° 140.

213 *Op. cit.*, p. 69.

214 A. d. S., Nápoles, Farnesiane, fasc. II, 2, f.° 271, 28 de Junho de 1561; Simancas, E.° 1126, 29 de Junho de 1561; J. Nicot, *op. cit.*, p. 70, 17 de Agosto de 1561.

215 O bispo de Limoges ao Rei, Madrid, 12 de Agosto de 1561, B. N., Paris, Fr. 16103, f.° 33 e segs.

216 Relacion de lo que ha hecho Dragut, 15-30 de Setembro de 1563, Simancas, E.° 1127.

217 Simancas, E.° 1052, f.° 182.

entre Génova e Savona[218]; em Setembro aparecem treze na costa corsa[219]. No início de Setembro vislumbram-se trinta e dois na costa da Calábria[220], os mesmos sem dúvida que se calculam numa trintena quando chegam, de noite, em frente de Nápoles, ao abrigo da ilha de Ponza[221]. Ainda em Setembro, oito navios passam em frente de Puzoles, avançando para Gaeta[222], enquanto vinte e cinco velas surgem *sopra Santo Angelo in Ischia*[223]. Em Maio de 1564 uma esquadra de quarenta e duas velas surge perante a ilha de Elba[224], talvez quarenta e cinco segundo uma carta francesa[225]. São ainda quarenta velas, desta vez ao longo do Languedoque, espiando as galeras de Itália, que Fourquevaux assinala em Abril de 1569[226]. Um mês mais tarde, vinte e cinco corsários desfilam perante o litoral siciliano que não perturbam de tal modo estão empenhados em perseguir as barcas ou barcos[227].

Os corsários assestavam tais golpes de surpresa que uma vez se apoderaram de oito galeras, e outra vez, frente a Málaga, de vinte e oito navios biscainhos (Junho de 1566)[228]. Numa só estação, arrebatam cinquenta navios no estreito de Gibraltar e nas costas oceânicas da Andaluzia e do Algarve[229]; uma incursão ao interior das terras de Granada fornece-lhes quatro mil cativos[230]... Nestes anos, a audácia dos corsários, dizem os Cristãos, não tem limites[231]. Antes actuavam de noite, agora em pleno dia. Até nas *Percheles*, o bairro dos meliantes, em Málaga, vêm fazer presas[232]. As Cortes de Castela, em 1560, dizem da desolação, do abandono das costas da Peninsula[233]. Em 1563, quando Filipe II está em Valência, «só se fala — escreve Saint-Sulpice[234] — em torneios, jogos de anel, bailes e toda a espécie de diversões, enquanto os Mouros não perdem tempo e não receiam apoderar-se de barcos até uma légua desta cidade e roubar tudo quanto podem.»

Que Valência esteja ameaçada, Nápoles bloqueada (como em Julho de 1561, quinhentos homens não podem passar de Nápoles para Salerno por causa dos corsários)[235], que a Sicília ou as Baleares estejam cercadas, tudo isto é explicado pela geografia, pois todas estas regiões meridionais estão às portas da

---

218 Simancas, E.° 1392, 18 de Setembro de 1563.
219 *Ibid.*
220 Simancas, E.° 1052, f.° 212.
221 *Ibid.*, vice-rei de Nápoles a J. André Dória, 20 de Setembro de 1563.
222 *Ibid.*, f.° 214, 9 de Setembro de 1563.
223 *Ibid.*, f.° 217, 10 de Setembro de 1563.
224 Simancas, E.° 1393, 24 de Maio de 1564.
225 Oysel a Carlos IX, Roma, 4 de Maio de 1564. E. Charrière, *op. cit.*, II, p. 755, em nota.
226 *Op. cit.*, II, p. 69, 7 de Abril.
227 Simancas, E.° 1132, Pescaire a Filipe II, 18 de Junho de 1569.
228 Fourquevaux, *op. cit.*, I, p. 90.
229 *Ibid.*, p. 122.
230 *Ibid.*, p. 135.
231 Simancas, E.° 1052, f.° 184.
232 Pedro de Salazar, *Hispania victrix*, 1570, p. 1 v.°
233 Citado por C. Duro, *op. cit.*, II, pp. 45-46.
234 Citado por H. Forneron, *op. cit.*, I, pp. 351-352.
235 3 de Julho de 1561, Simancas, E.° 1051, f.° 108.

África do Norte. Mas os corsários atingem também as costas do Languedoque, da Provença, da Ligúria, até aí mais tranquilas. Perto de Vilafranca, em Junho de 1560[236], o próprio duque de Sabóia escapa-lhes por pouco. Neste mesmo mês de Junho de 1560, em Génova, não há trigo, não há vinho, e os preços sobem: as barcas que trazem os vinhos da Provença ou da Córsega não ousam arriscar-se no mar, por receio de vinte e três navios de corsários que aí erram[237]. E não se trata de acidentes. Em cada boa estação, o território genovês será saqueado. Em Agosto de 1563 é a vez de Celle e de Albissola, na riviera do Ponente. Tudo «isto deriva — escreve a República a Sauli, seu embaixador em Espanha — do facto de estes mares estarem despejados de galeras: nem sequer um bote cristão aí navega»[238]. Resultado: ninguém ousa navegar. Em Maio do ano seguinte, um aviso de Marselha, que o próprio Filipe II anotará[239], diz que saíram para o corso cinquenta navios de Argel, trinta de Trípoli, dezasseis de Bona e quatro de Velez (o Peñon que encerra este porto só será tomado pelos Espanhóis em Setembro de 1564). Se se tomasse a informação à letra, operaria nos mares uma centena de navios, galeras, galeotas ou fustas... Os mesmos informadores acrescentavam: «Os pobres cristãos chovem nesta Argel...»

A segunda e sempre prodigiosa fortuna de Argel

De 1580 a 1620, desenha-se uma segunda fortuna de Argel, tão brilhante como a primeira, seguramente de maior amplitude. Houve, em benefício de Argel, uma concentração do corso, assim como uma renovação técnica decisiva.

Tal como cerca de meados do século o corso desloca grandes esquadras. As ilhas meridionais estão cercadas durante semanas e até durante meses. «Os corsários provocam grandes prejuízos nesta ilha — escreve Marcantonio Colonna, vice-rei da Sicília em Junho de 1578 —, nas múltiplas regiões costeiras onde faltam as torres»[240]. Em 1579, perto de Capri, as fustas berberescas capturam duas galeras da esquadra da Sicília e em vão se alertarão as galeras de Nápoles! Mais uma vez, estão no porto, desarmadas, sem soldados, as suas tripulações ocupadas em desembarcar as mercadorias dos navios mercantes ou com outras tarefas igualmente pacíficas[241]. Em 1582, o vice-rei da Sicília está muito pessimista: «o mar pulula de piratas»[242]. Com o passar dos anos, a situação agrava-se. Pormenor revelador, só por si, o corso persiste nas costas Norte

---

[236] H. Forneron, *op. cit.*, I, p. 365; Campana, *op. cit.*, II, XII, p. 87 e v.°; Pietro Egidi, *Emmanuele Filiberto*, II, p. 27, dá a data de 1 de Junho, Campana a de 31 de Maio. A incursão conduzida por Euldj Ali. A notícia chega a Espanha, Maçuelo a Filipe II, Toledo, 12 de Julho de 1560, Simancas, E.° 139.

[237] Figueroa a Filipe II, Génova, 19 de Junho de 1560, Simancas, E.° 139.

[238] A. d. S., Génova, L. M. Spagna, 3.2412.

[239] Avisos de Marselha, 2 de Maio de 1564, Simancas, E.° 1393.

[240] Marcantonio Collona a Filipe II, Messina, 26 de Junho de 1578, Simancas, E.° 1148.

[241] E. Albèri, *op. cit.*, II, V, p. 469.

[242] A Filipe II, Palermo, 6 de Junho de 1582, Simancas, E.° 1150, «...el mar lleno de corsarios...».

do mar. Nem a longínqua Catalunha, sobretudo ela, nem a Provença, nem Marselha são poupadas. A 11 de Fevereiro de 1584, discute-se, no Conselho[243], o resgate de cativos marselheses em Argel; a 17 de Março de 1585, o Conselho[244] decide «arranjar os meios mais eficazes para fazer cessar as rapinas que os corsários da Berberia fazem na costa da Provença.» Os anos passam sem remediar a situação. Durante o Inverno de 1590, Marselha decide enviar um deputado ao rei de Argel para os resgates de cativos[245]. Em Veneza, que em princípio o seu afastamento poria ao abrigo, os procuradores *sopra i capitoli* elegeram, a 3 de Junho de 1588, um cônsul para Argel, com o encargo de se ocupar particularmente dos escravos venezianos[246].

Nesses anos terríveis os corsários estão por todo o lado. É preciso lutar contra eles no estreito de Gibraltar; e quase diariamente nas margens da Catalunha[247] e nas costas romanas; saqueiam ao mesmo tempo as madragas da Andaluzia e as da Sardenha[248]. Mas, já em 1579, Haedo exclamava: «Sessenta e dois eclesiásticos cativos ao mesmo tempo em Argel, nunca se viu isto na Berberia!»[249]. No entanto, isso ver-se-ia imensas vezes e durante muitos anos.

Para esta segunda prosperidade de Argel, não faltam as explicações: deriva em primeiro lugar da prosperidade geral do mar. Repitamos: se não há navios mercantes, então não há corsários. Esta é uma das constantes observações de Godfrey Fisher: a prosperidade, uma certa tonicidade da vida económica mantiveram-se a favor e contra tudo no Mediterrâneo, pelo menos até depois de 1648[250]. Daí essa conclusão, a saber, que o corso não provocou os efeitos desastrosos que afirmam ou sugerem tantos testemunhos ou queixas excessivas, dado que a prosperidade continua apesar do desenvolvimento destas actividades hostis. De facto, corso e actividade económica estão ligados: esta aumenta, aquele aproveita o impulso... Em suma: o corso é uma forma de câmbio de mercadorias em todo o espaço mediterrânico. Outra explicação[251]: a atonia evidente, que se acentua, dos grandes Estados. O Turco entrega os mares do Levante, tal como o Espanhol os do Ponente. A tentativa de João André Dória contra Argel, em 1601[252], será um gesto, nada mais. Finalmente e sobretudo, o dinamismo de Argel afirma-se como o de uma cidade nova, em rápido crescimento. É, juntamente com Livorno, Esmirna e Marselha, uma das jovens

---

243 A. Communales, Marselha, BB 46, f.º 91 e segs.

244 *Ibid.*, f.º 228 e segs.

245 *Ibid.*, BB 52, f.os 10 e 10 v.º e f.º 29.

246 A. d. S., Veneza, Cinque Savii, 26.

247 A. de Capmany, III, *op. cit.*, pp. 226-227; IV, Apêndice, p. 85; A. d. S., Florença, Mediceo 4903, Madrid, 3 de Junho de 1572.

248 F. Corridore, *op. cit.*, p. 21. Na Córsega, no final do século, 61 aldeias destruídas ou incendiadas, Casanova, *Histoire de l'Église corse*, 1931, I, p. 102.

249 *Op. cit.*, p. 153.

250 *Op. cit.*, p. 158.

251 Ver supra, vol. II, p. 63.

252 Ver infra, pp. 614-615.

potências marinhas. Tudo aí depende, evidentemente, dos volumes e dos êxitos do corso, mesmo a ração do mais pobre burriqueiro da cidade[253], a limpeza das ruas de que se encarregam os escravos, e, com mais razão, os estaleiros de construção, as dispendiosas mesquitas, as casas de campo dos ricos, a canalização de águas devida, parece, ao trabalho dos refugiados andaluzes. Contudo, o nível de vida continua muitas vezes a ser modesto. Nem todos os janízaros fazem fortuna no comércio, apesar de participarem nele frequentemente. O corso, indústria principal, faz a coerência da cidade, cria a sua unanimidade tanto na defesa como na exploração do mar, da província ou das massas de escravos. Reina aí a ordem, uma justiça estrita, que é instaurada e garantida, de facto, por um exército acampado nas casernas urbanas. Julgo que Haedo conservou nos ouvidos, durante toda a sua vida, o ruído das botas ferradas dos janízaros nas ruas de Argel... É também certo que a actividade do corso estimula os outros sectores, leva-os consigo, organiza-os e faz confluir para Argel víveres e mercadorias. Muito longe da cidade branca, até nas montanhas e nos planaltos longínquos, a tranquilidade torna-se regra. Segue-se para a cidade um crescimento rápido, anormal, com mudanças nas suas aparências e nas suas realidades sociais.

Argel, em 1516-1538, era uma cidade berbere e andaluza, uma cidade de Gregos renegados e uma cidade turca, tudo misturado de qualquer maneira. É a Argel da época favorável dos Barba-Roxa. De 1560 a 1587, a Argel de Euldj Ali é cada vez mais italiana. Depois de 1580-1590, depois cerca de 1600, eis os Nórdicos, Ingleses e gente dos Países Baixos, um Simon Danser[254] (o *Dansa* dos documentos italianos e franceses), ou seja *der Tantzer*, o bailarino, de seu verdadeiro nome Simon Simonsen, natural de Dordrecht. O cônsul inglês, em Argel, vê-o chegar, em 1609, a bordo de um navio de grande tonelagem *(of great force)* fabricado em Lubeck e equipado com gente ao mesmo tempo turca, inglesa e holandesa, tendo no seu activo, nesse ano, uma trintena de presas[255]. Contar a sua vida, o seu regresso à Cristandade em Marselha onde tem mulher e filhos, depois a sua entrada para o serviço da cidade mercantil, a sua captura, finalmente, anos mais tarde, a sua execução *provável* em Tunes, por ordem do Dey, em Fevereiro de 1616, estes pormenores de que não estamos seguros[256], exigiriam explicações, discussões, investigações. Será necessário? Mas os loiros invasores não vieram sós. Chegam com cargas de velas, de pranchas, de resina, de pólvora, de canhões — também com os seus veleiros, esses mesmos veleiros que percorrem o Oceano e, há muito tempo, ridicularizaram as enormes caracas e os galeões dos Ibéricos. Livorno acolhe-os na mesma altura. Mas Argel saberá utilizá-los melhor. O veleiro afasta aí as finas galeras, as galeotas tradi-

253 O. Eck, *op. cit.*, p. 139 e segs. Em relação a todo este parágrafo, G. Fisher, *op. cit., passim* e p. 96 e segs.
254 E. Mercier, *Histoire de l'Afrique septentrionale*, Paris, 1891, III, p. 189.
255 G. Fisher, *op. cit.*, p. 174.
256 S. Bono, *op. cit.*, p. 361 e nota 21.

cionais, com cascos ligeiros e esguios, sobrecarregadas não de canhões, de bagagens e de pesos mortos, mas de forçados, estes martirizados se for preciso, para que o bote vá contra o mar perturbado e, perante as pesadas galeras dos Cristãos, conserva sempre a vantagem da velocidade. Remadores incomparáveis, além da força dos *raïs* de Argel. Mas, Argel adopta o veleiro ligeiro, também ele feito para a velocidade e para a surpresa.

Em 1580 a frota argelina ascendia talvez a trinta e cinco galeras, vinte e oito fragatas e um número indeterminado de bergantins e de barcas. Em 1618 conta, provavelmente, com uma centena de veleiros, dos quais, o mais pequeno tem de dezoito a vinte bocas de fogo. Em 1623 (número mais provável, dado por Sir Thomas Roe, encarregado dos interesses ingleses no Corno de Oiro), são setenta e cinco veleiros e várias centenas de outros botes. Então, o corso berberesco concentra-se quase inteiramente em Argel. Trípoli, a temível Trípoli (dizia-se em Itália, cerca de 1580, a quem partia para o mar: que Deus vos proteja das galeras tripolitanas!) só possuía em 1612 um par de veleiros, e Tunes sete, em 1625[257]. Acontecerá o mesmo no Oeste onde, em 1610 e depois em 1614, os Espanhóis tomaram Larache e Marmora sem desferir um golpe[258]? Em todo o caso, Argel enche-se, resplandece de riquezas. Um cativo português[259] diz-nos que entre 1621 e 1627 há alguns vinte mil cativos em Argel: metade, gente da «melhor Cristandade», Portugueses, Flamengos, Escoceses, Ingleses, Dinamarqueses, Irlandeses, Húngaros, Eslavónios, Espanhóis, Franceses, Italianos; a outra metade, heréticos ou idólatras, Sírios, Egípcios e mesmo Japoneses e Chineses, gente da Nova Espanha, Etíopes. E cada nação, evidentemente, fornece o seu lote de renegados... Atribuamos a sua parte à imprecisão do testemunho: continua a ser inegável que o fato de Arlequim de Argel multiplicou as suas cores. Contudo, os corsários argelinos enchem o mar, a sua cidade está a partir de então à altura de todo o Mediterrâneo. Em 1624, Argelinos saqueiam Alexandreta e capturam dois navios, um francês e um holandês[260]. Mais ainda, são um enxame depois de Gibraltar, saqueiam a Madeira em 1617, a Islândia em 1627, atingem a Inglaterra (já o dissemos antes) em 1631[261], pirateiam desde então no Atlântico (sobretudo de 1630 a 1640)[262]. O corso muçulmano casou-se com o corso oceânico... E foi, diz-se, Simon Danser, aliás Simon Raïs, ainda ele, quem teria ensinado aos Argelinos, talvez desde 1601, a passarem com destreza o difícil estreito de Gibraltar[263].

---

257 *Ibid.*, p. 89.

258 20 de Novembro, A. Ballesteros, y Beretta, *op. cit.*, IV, 1, p. 485.

259 *História trágico-marítima, Nossa Senhora da Conceição*, p. 38.

260 H. Wätjen, *op. cit.*, p. 138, nota 2; Paul Masson, *op. cit.*, p. 380.

261 S. Bono, *op. cit.*, p. 178.

262 J. Denucè, *op. cit.*, p. 20 e mesmo mais cedo, como Berberescos (Turcos) nas proximidades da Islândia em 1617, *ibid.*, p. 12.

263 Ver supra, vol. 1, pp. 137-138.

A que conclusões podemos chegar?

Este *dossier* do corso argelino, mal resumido, não comporta conclusões peremptórias. Pelo meu lado, inscreveria esta actividade argelina na conta de uma conjuntura ainda não catastrófica para o Mediterrâneo. A inovadora obra de Godfrey Fisher não o contradiz, pelo contrário. Mas, com alguma razão, complica o problema. Para ele, exagerou-se o papel nocivo e do mesmo modo repreensível, em relação ao Ocidente, do corso muçulmano em geral e da actividade argelina em particular. A boa fé estava tanto do lado dos adversários da Cristandade como do lado dos seus defensores e servidores. Sobre este ponto, nenhum «juiz» a condenará. Mas a história rejeita os juízes. É por outro lado importante constatar, sempre com o nosso colega inglês, que toda a actividade do corso no Mediterrâneo foi sobrestimada. Ouvimos demasiado as queixas e os argumentos dos ribeirinhos do mar cristão e os historiadores tiraram as suas conclusões demasiado depressa.

O corso não foi essa calamidade de Deus que se abateu sobre as prosperidades do mar. Para melhor estabelecer as suas conclusões, G. Fisher gostaria de rever os nossos números: a centena de veleiros de Argel parece-lhe demasiado numerosa. De facto, ignoramos o número exacto, e sobretudo as suas variações com os anos. Mas é certo que estes veleiros são de pequena tonelagem, que sacrificam à velocidade a força do seu armamento[264]. Muitas vezes não passam de saqueadores, roubando a bordo dos navios alguma barrica de peixe da Terra Nova ou de outro lugar... Assim, quando surgem na costa inglesa em 1631, é a *novelty*, a novidade que choca, não o perigo real[265]. Lá, como em outros lugares, trata-se de alfinetadas.

Podemos deixar-nos convencer? Sim e não. Sim, porque tínhamos resolvido o problema demasiado depressa e de maneira unilateral; sim, porque Argel é um fenómeno mundial, internacional e não apenas islâmico ou norte-africano. Não, apesar de tudo, porque outros testemunhos além dos que G. Fisher emprega anunciam algo diferente. Estudos atentos como o de Alberto Tenenti[266], restituem-nos precisamente a imagem de um corso múltiplo, assestando sérios golpes. A sondagem que ele oferece de 1592 a 1609, pondo em causa os navios em rota para Veneza ou que abandonaram o seu porto, não pode ser válida à escala de todo o Mediterrâneo. Contudo, como Veneza tem o privilégio de ser o alvo de todos os corsos, o teste não é estritamente local. Dos 250 a 300 navios saqueados durante este breve espaço de tempo e que conseguimos localizar sobre o mapa, conhecemos com uma relativa precisão o agressor em noventa casos. Aos corsários muçulmanos atribuem-se 44 capturas, aos Nórdicos (Ingleses e Holandeses) 24, aos Espanhóis 22. Na generalidade, o corso cristão e o muçulmano equilibram-se. Face a estas 250 a 300 capturas, houve 360 naufrágios.

---

[264] G. Fisher, *op. cit.*, p. 186.
[265] *Ibid.*, p. 138.
[266] *Naufrages, corsaires et assurances maritimes à Venise, 1592-1609*, 1959.

Portanto, os homens são quase tão nocivos como os elementos[267]... Se se aceitasse, por um instante, sem acreditar demasiado nisso, que o tráfico de Veneza é o décimo do do mar, com tudo igual, seria preciso contar de 1598 a 1609, durante dezoito anos, 2500 ou 3000 capturas no activo do corso, ou sejam, de 138 a 166 capturas anuais em média (sem contar os homens, as mercadorias, os bens roubados nas margens). São números modestos. Todavia, não nos fiemos demasiado na modicidade destes números incertos[268]. Nem sequer na modicidade do conjunto dos utensílios da frota corsária. Está à altura da resistência oferecida num mar onde superabundam os barcos muito pequenos e onde o policiamento é mal feito. O corso é aliás a abordagem, a arma branca, o arcabuz muito mais do que o canhão. Se se avaliassem segundo o seu armamento as barcas dos Uscocos, não se poderia imaginar que alguma vez tenham sido um perigo. E todavia!...

O essencial, evidentemente, continua a ser a correlação positiva entre corso e vida mediterrânica. Disse positiva, e repito-o: tudo sobe, tudo desce em conjunto. Quando o corso incide apenas sobre a vida pacífica dos câmbios, é porque a provisão de víveres oferecida se torna insuficiente, e, em consequência, corresponde a um momento de decadência geral do comércio. Para o estabelecer precisaríamos de números que todavia ainda nos faltam. Não possuímos qualquer ideia precisa sobre o número global dos navios de corso, o volume das capturas, a massa dos cativos... Esta massa *parece* engrossar.

Resgate de cativos

Por todo o lado, na Cristandade, criam-se instituições para o resgate dos pobres: os ricos, é sabido, trocam-se por si só. Em 1581, o Papado dá o exemplo: Gregório XIII criava a *Opera Pia della Redenzione de'Schiavi* e ligava-a à antiga e activa *Arciconfraternita del Gonfalone* de Roma. Os primeiros resgates tiveram lugar em 1583, a primeira missão chegava a Argel em Fevereiro de 1585[269]. Em 1596 funda-se na Sicília a *Arciconfraternita della Redenzione dei Cattivi* que teve a sua sede na igreja de Santa Maria Nuova, em Palermo. Isto era aliás o ressurgimento de velhas instituições que já tinham funcionado no século XVI[270]. A 29 de Outubro de 1597[271], em Génova, constituía-se o activo *Magistrato del Riscatto degli Schiavi* que paralelamente retomava a sequência de um organismo que remontava a 1403, o *Magistrato di Misericordia.* Eram

---

267 *Ibid.*, p. 27 segs.

268 A dificuldade consiste sobretudo em avaliar as importâncias *relativas*. Abordo este problema numa outra obra: *Capitalisme et civilisation matérielle, XVe-XVIIIe siècles*, vol. I, cap. 1. Seguir de perto uma série de números do século XVI é encontrar uma outra *escala.* Tudo dependerá desta.

269 Salvatore Bono, «Genovesi schiavi in Algeri barbaresca», in *Bolletino Ligustico*, 1953; «La pirateria nel Mediterraneo, Romagnuoli schiavi dei Barbareschi», in *La Piê, Rassegna d'illustrazione romagnuola*, 1953.

270 G. La Mantia, in *Archivio storico siciliano*, XLIV, p. 203.

271 R. Russo, in *Archivio storico di Corsica*, 1931, pp. 575-578. Sobre os resgates, enorme documentação inédita.

indispensáveis administrações e também tribunais para estes prisioneiros, atingidos em certa medida de morte civil provisória, que regressavam, quando regressavam, com inverosímeis situações a resolver. Desaparecidos há muito tempo, ou renegados, deixavam em suspenso demasiados assuntos de modo que as famílias tinham de intervir, mandar elaborar actas de desaparecimento, enquanto o «ministério dos cativos» intervinha, pelo seu lado, a fim de salvaguardar os direitos e os recursos dos ausentes. Que magnífica fonte documental é a longa série dos papéis genoveses, para quem quisesse precisar a história destes cativeiros, não a sua literatura fácil!

Salvar os prisioneiros, estava bem. Antes de tudo, era preciso salvar as suas almas. As ordens religiosas ocuparam-se fervorosamente desta grande tarefa. Era ainda preciso deslizar para a Berberia, sob o pretexto plausível de resgates, entender-se com as organizações piedosas, conseguir uma passagem e, de Roma, de Espanha, de Génova ou de qualquer outra parte, as esmolas justificativas. Ficar-se-á com uma ideia destas difíceis negociações ao ler a carta do capuchinho Frei Ambrosio da Soncino, datada de Marselha, de 7 de Dezembro de 1600, e dirigida ao *Magistrato del Riscatto*, em Génova... Capuchinhos e Carmelitas dividiram entre si a tarefa espiritual, a estes Tetuão, àqueles Argel. Mas as negociações para conseguir a ocasião de uma viagem são intermináveis e «o tempo é indispensável para a salvação das almas, porque é apenas isso que se procura e nada mais»[272].

Com estes resgates, estas trocas de homens e de mercadorias, esboça-se uma nova geografia dos mercados e dos tráficos. As viagens dos resgatadores multiplicam-se: levam nas suas barcas numerário ou mercadorias, tudo devidamente seguro[273]. Em Argel, desde 1579, tudo se regista no Consulado de França, tal como em Tunes, a partir de 1574. Em Tabarca[274], cerca dos anos 1600, funciona um outro centro activo de resgate, na direcção de Tunes e de Bizerta. No regresso dos libertados, realizam-se grandes cerimónias, com desfiles e acções de graças. Já em 1559[275], em Lisboa, um comboio de cativos libertados passeava-se na cidade, trazendo na extremidade de um pau o pequeno pão integral, o único alimento dos presos... Quem não vê como estas capturas, estas viagens, estas libertações criavam contactos e laços? Com a reciprocidade do corso culminava-se em situações complicadas. Um documento do Consulado francês de Tunes[276] assinala um padre sardo, escravo da mulher de Mami Arnaout, ele mesmo escravo do Rei Católico. Estas complicações tornam as trocas possíveis, senão rápidas.

Por outro lado, com as prisões superlotadas, multiplicam-se as evasões. Vimos os feitos da fragata de Filipe Romano, o Valenciano, passador subornado

---

[272] A. d. S., Génova, M.° del R.° degli Shiavi, Atti, 659.

[273] *Ibid.*, 14 e 15 de Maio de 1601, seguro sobre 2532 liras, a 4% (dois seguradores).

[274] *Ibid.*, documentos muito numerosos e também, a título de exemplo, Giacomo Sorli a Filipe Lomellini, Tunes, 7 de Novembro de 1600.

[275] J. Nicot, *op. cit.*, p. 25, 21 de Setembro de 1559.

[276] P. Grandchamp, *op. cit.*, I, p. 43, 26 de Agosto de 1592.

dos forçados de Argel. Os forçados organizam eles próprios as suas fugas e as suas evasões em grupo são moeda corrente[277]. Um dia apoderam-se de uma fusta, noutro de uma galera, e partem à aventura! Estes não são os pormenores menos simpáticos destas vidas infelizes. A facilidade das fugas deriva em grande parte do número crescente desta gente suspeita, semimuçulmana, semicristã, que vive na fronteira dos dois mundos, numa aliança fraterna que seria ainda mais aparente se os Estados não estivessem lá para manter uma certa decência. Fraternização na negação (não é mais bela, é sem dúvida a mais ampla); fraternização no comércio, no tráfico sobre os resgates e sobre as mercadorias. Em Constantinopla é a especialidade de renegados italianos; em Argel, dos marinheiros do cabo Corso, familiares dos *raïs* e da prisão, pescadores de coral se se oferecer a ocasião, transportadores de cera, de lãs, de coiros; em Tunes é quase um monopólio dos cônsules franceses a quem se acusa de poderem mandar sair quem querem e de se encarregarem se houver possibilidade, contra dinheiro, de proceder de tal forma que determinado cativo não regresse[278]. Encontram-se por todo o lado intermediários judeus.

Trata-se de operações frutuosas. Traficar em Argel representa 30% de lucro seguro, diz um mercador genovês interrogado... De igual modo, é preciso lembrar mais de uma vez, em Espanha, que não é permitido levar para Argel mercadorias proibidas e também comprar mercadorias saqueadas[279], que é proibido comprar aí mercadorias de corsários. Mas estas encontram facilmente quem as queira, para a Itália e para Livorno. No século XVII continua a existir a ligação. A captura de uma nau portuguesa, em 1621, deixa nas mãos dos *raïs* argelinos um lote de diamantes «com que se enriquece toda a Itália», conta o narrador[280]. Os Turcos percebem pouco de pedras preciosas: venderam-nas a baixo preço... Mas nós apenas apercebemos estas realidades quotidianas, as que causam menos alarido. Tanto como, talvez mais do que Argel, Tunes é um local de encontro de trocas duvidosas. Uma espécie de Xangai antes de o ser, diz um historiador siciliano[281]. Tem seguramente razão.

Uma guerra expulsa a outra

Portanto, quando se diz: em 1574, a guerra pára no Mediterrâneo, é preciso notar de que guerra se trata. A grande guerra, muito ordenada, mantida com grandes despesas pelo avanço autoritário de amplos Estados, essa sim, desaparece. Então lançaram-se à aventura as forças vivas, os homens que já não podiam viver das actividades das armadas, dos benefícios e dos salários que se tor-

[277] Relacion del tercer viaje que ha hecho J. Phelipe Romano a Argel (1594), Simancas, E.° 342.
[278] G. Atkinson, *op. cit.*, p. 133.
[279] Como proibição aos Valencianos, 4 de Janeiro de 1589, B. N., Esp. 60, f.ºs 441 e v.° Enumeração não menos frequente das *mercaderias no prohibidas*, 17 de Julho de 1582, Simancas, E.° 329, I.
[280] *História trágico-marítima, Nossa Senhora da Conceição*, p. 19.
[281] Carmelo Trasselli, *Noti preliminari sui Ragusei in Sicilia*, artigo inédito, p. 32 do original dactilografado.

navam insuficientes (o facto não escapou a um veneziano perspicaz, o Capitão do Golfo Filippo Pasqualigo, em 1588). Os marinheiros de galeras, por vezes as próprias galeras, que se escapam das frotas, os soldados ou aqueles que normalmente teriam sido soldados, os aventureiros com maior ou menor raio de acção, são todos tidos de novo em conta pela guerrilha, terrestre ou marítima. Uma guerra expulsa a outra, substitui a outra. A grande guerra, engenhosa, moderna e dispendiosa atinge o Norte da Europa e o Atlântico, e assim o Mediterrâneo já só vai abrigar formas secundárias e degradadas. Como puderem, as suas sociedades, as suas economias, as suas civilizações acomodar-se-ão aos recontros de pequenos grupos e à guerra dos barcos de corso. A bem dizer, queimarão aí forças, arrependimentos, má consciência, vinganças... A guerra dos bandoleiros consome também, como que adiantadamente, uma guerra social que não eclode. A guerra dos piratas queima uma cruzada (ou um *djihad*): nem uma nem outra interessam a ninguém, salvo aos loucos e aos santos.

65. Prisioneiros cristãos a caminho de Constantinopla

Segundo um desenho de S. Schweigger, 1639.

Com os regressos maciços à paz (1598, 1604, 1609), a grande guerra abandona de igual modo o Norte e o Atlântico, projecta então para o Mediterrâneo as suas ameaças, os seus projectos, os seus sonhos... Regressará? Não, e é isto que dá valor ao teste da guerra abortada do duque de Ossuna e da Espanha contra Veneza (1618-1619). Não, e esta é a prova de que o Mediterrâneo já não é talvez capaz de aguentar o seu peso, ou seja, de pagar o respectivo preço. Mas nem por isso está liberto.

Nesta altura, a nossa conclusão será pessimista. Se o século XVI mediterrânico, na sua vida bélica, não tem mentiras ou ilusões — pela suas metamorfo-

ses, os seus inventários, as suas fendas, as suas revalorizações e as suas degradações, a guerra assegura aí a sua perenidade: os seus fios vermelhos nem todos se partem ao mesmo tempo. ***Bellum omnium pater***, o antigo adágio é familiar aos homens do século XVI. Pai de todas as coisas, filho de todas as coisas, rio com mil fontes, mar sem margens. Pai de todas as coisas, mas não da própria paz, tão sonhada, tão raramente atingida. Cada época fabrica *a sua* guerra e mesmo *as suas* guerras. Em relação ao Mediterrâneo, depois de Lepanto, terminou uma grande guerra muito sua. A grande guerra aloja-se no Norte, no Oeste, no Atlântico — e durante séculos — lá onde deve estar, lá onde bate o coração do mundo. Este afastamento, só por si, melhor do que um longo discurso, anuncia, sublinha a retirada do Mediterrâneo, e consagra-a. Quando, em 1618, com os primeiros fogos da Guerra dos Trinta Anos, recomeça a grande guerra, é longe dele: o mar Interior já não é o coração violento do mundo.